



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – CCEN
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS – DGEOC
GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**TERRITÓRIO E RELAÇÕES DE PODER:
A BUSCA POR AUTONOMIA CAMPONESA POR MEIO
DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UFPB**

Thiago Araújo Santos

Orientadora: **Profa. Dra. Valéria de Marcos**

Co-orientadora: **Profa. Msa. Ana Glória Cornélio Madruga**

**JOÃO PESSOA-PB
2007**

THIAGO ARAÚJO SANTOS

**TERRITÓRIO E RELAÇÕES DE PODER:
A BUSCA POR AUTONOMIA CAMPONESA POR MEIO
DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UFPB**

Monografia apresentada ao Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: **Profa. Dra. Valéria de Marcos**

Co-orientadora: **Profa. Msa. Ana Glória Cornélio Madruga**

**JOÃO PESSOA-PB
2007**

THIAGO ARAÚJO SANTOS

**TERRITÓRIO E RELAÇÕES DE PODER:
A BUSCA POR AUTONOMIA CAMPONESA POR MEIO
DA FEIRA AGROECOLÓGICA DA UFPB**

Monografia apresentada em: ____/____/____.

BANCA AVALIADORA:

Profa. Dra. Valéria de Marcos (DG/FFLCH /USP – Orientadora)

Profa. Msa. Ana Glória Cornélio Madruga (DGEOC/CCEN/UFPB – Co-orientadora)

Prof. Dr. Paulo José Adissi (DEP/CT/UFPB – Examinador Externo)

Profa. Dra. María Franco García (DGEOC/CCEN/UFPB – Examinadora Interna)

**JOÃO PESSOA-PB
2007**

Não serei o poeta de um mundo caduco
Também não cantarei o mundo futuro
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.
(...)

Carlos Drummond de Andrade.

Dedicatória

Aos camponeses da feira agroecológica da UFPB,
por tudo que me ensinaram.

Aos meus pais, pela vontade e esforço cotidiano
para tornar real cada um dos meus sonhos.

À Polena, minha companheira, pela presença,
participação e por comungar dos meus objetivos.

À Valéria de Marcos, por ter instigado em mim o
interesse e a paixão pela Geografia.

Agradecimentos

Impregnada nas linhas deste trabalho está a contribuição valiosa de várias pessoas que estiveram/estão ao meu redor, sugerindo, apoiando, criticando, silenciando, estando perto. Resta-me agradecer, pois:

À minha mãe, que, apesar de insistir sempre em guardar meus livros e arrumar a “bagunça”, me deu o apoio necessário para que me fosse possível ter a Geografia enquanto atividade cotidiana nos últimos anos.

Ao meu pai, grande amigo e referência para a minha vida, estando ao meu lado, sempre fazendo o “impossível” para que eu tivesse uma boa formação acadêmica e *humana*.

À Polena, minha companheira de “cada minuto”, que sempre esteve comigo, tanto nos momentos de inquietação, quanto nos de tranquilidade. Sua presença ao meu lado, desde o início do curso, fez toda a diferença, me encorajando e me dando forças para que eu continuasse seguindo em frente. Valiosas também foram as suas sugestões para este trabalho e a ajuda desprendida para a tabulação dos dados utilizados.

À Valéria de Marcos, orientadora, referência e amiga, por ter me dado todas as ferramentas para buscar um futuro na Geografia e ter me contagiado com a sua *(u)topia* por um mundo socialmente menos injusto.

Ao Paulo Adissi, coordenador do projeto que inspirou a realização deste trabalho, pela sua amizade, orientações e por ter contribuído financeiramente, através do projeto, para viabilizar a minha participação no *XIVº Encontro Nacional de Geógrafos*, em Rio Branco-AC e no *IIIº Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*, realizado em Florianópolis-SC.

Ao André Lucena, Kátia Cristina, Cida Alves e Mariana Borba, companheiros de projeto, pelos agradáveis momentos de discussões de textos e de conversas informais, que para mim grande relevância tiveram.

À Roberta Tavares, pela amizade e oportunidade que me foi dada de participar de trabalhos de campo da sua pesquisa, contribuindo, assim, enormemente para a minha formação acadêmica e pessoal.

À Mara Edilara, grande amiga, pelos vários momentos de risos e “conversas de corredor”, momentos estes que tornaram a minha passagem pela UFPB muito mais agradável.

Ao grande companheiro Marcos Aurélio, por sempre acreditar no meu potencial e por estar disponível em todos os momentos em que precisei. Também pelos seminários e trabalhos em que apresentamos juntos e pelos momentos de conversas descontraídas regadas à “cafezinhos”.

Ao Jackson, por ter estado presente desde os primeiros momentos de minha aproximação da Geografia Agrária, pelas várias e ricas discussões, pelas dicas, conversas e pelo seu entusiasmo inspirador em fazer uma *geografia socialmente engajada*.

Ao Silvio, funcionário do INCRA e companheiro de turma, por ter disponibilizado informações daquele instituto e ter me ajudado no que foi necessário.

Ao Lúcio Cardoso, por ter disponibilizado o seu computador para que eu pudesse usá-lo para a conclusão deste trabalho, enquanto o meu estava quebrado.

À Paula Peixoto, que tornou possível a entrega deste trabalho no prazo determinado, por ter me emprestado, literalmente, o seu computador, me abrindo a possibilidade de “ganhar tempo” e trabalhar em casa na redação final da monografia.

À Fátima Peixoto, pela amizade, credibilidade, confiança e por também acreditar em um futuro melhor para todos através da Educação.

À Professora María Franco, por ter aceitado estar presente no processo de avaliação do presente trabalho e pelos ensinamentos dados em trabalhos de campo que participamos juntos.

A todos os meus companheiros de turma ingressantes no ano de 2003, pelas ricas discussões em sala de aula e pelas amizades encontradas.

Ao Everton (“Magenta”), Lairton, Igor, Romero, Iure, Nirvana e Alexandre, pelas várias conversas nos corredores da UFPB e em “mesas de bar”, pela amizade e companheirismo.

Ao Luiz Sena, técnico agrícola da feira agroecológica da UFPB, pela total disponibilidade de informações e pela confiança, como também pelo seu exemplo de comprometimento e paixão pela agroecologia.

Ao Flávio Junior, técnico agrícola da feira agroecológica da UFPB, por atender aos meus telefonemas em busca de mais informações sobre a feira, pela amizade e pelo apoio que me foi conferido ao longo da pesquisa.

Ao Sr. Zizo, que em sua grande sabedoria me ensinou que “Ninguém nasceu aprendido”. Ao Luizinho, lutador e guerreiro, por ser um exemplo de vida e de força. Ao Cleibson, pela amizade, contribuições dadas para a pesquisa e por ter disponibilizado a sua casa para a “dormida”, no decorrer dos trabalhos de campo. Ao Marcos, pela sua “consciência ambiental” e pelos exemplos trazidos nas suas práticas cotidianas. Ao Naldo e Assis Severo, pelos momentos de descontração nas manhãs de sexta-feira. Ao Gabriel Boiadeiro, pela amizade e pelas maravilhosas “Buchadas de bode” servidas na feira. Ao Assis, Dona Ilda, Dona Eliete, Joseane, Dona Maria, Sr. Orlando, Tina, Sueli, Dona Neura, Geraldo, Sr. Dequinha, Zé Antônio, Doda, Walter, Dona Josefa, Sr. João e todos os demais membros da feira, cujos nomes nos fogem à memória no momento, por acreditarem neste trabalho e por permitirem a realização desta pesquisa.

À todos que participaram, direta ou indiretamente, para a realização desta monografia.

Resumo

Em 2002, após vários anos de tentativas mal sucedidas, camponeses de quatro assentamentos de reforma agrária e um acampamento, estabelecem em um estacionamento do Campus I da UFPB, uma *feira agroecológica*. Tendo como motivação principal para a sua construção a luta pela independência daqueles camponeses em relação aos atravessadores, esta feira, a nosso ver, é uma manifestação concreta de uma conquista do campesinato de uma autonomia sobre o *processo produtivo*, de *comercialização*, e sobre o *tempo de trabalho*. Tal conquista está baseada no *afastamento*, ou mesmo *rompimento total* por parte daqueles camponeses, de antigas relações de exploração engendradas pelo capital comercial e/ou industrial nas áreas de assentamentos rurais e acampamento. Assim, lutando pela superação da dependência aos *intermediários* na *comercialização* dos alimentos produzidos e encontrando alternativas a esse processo, tais camponeses empenham uma luta contra a própria *sujeição da renda da terra* (OLIVEIRA, 2001, p. 11). Desde modo, além de superar tal dependência, como resultado do estabelecimento da feira agroecológica e das transformações no processo produtivo a partir da agroecologia, os camponeses passaram a questionar também os resultados do avanço da agricultura capitalista no campo brasileiro a partir da Revolução Verde e o processo de modernização da agricultura, desvendando os males que este trouxe para a sociedade e para o ambiente.

Lista de Ilustrações

1 – Fases de implantação dos assentamentos rurais.....	48
2 – Evolução da produção mundial das principais <i>commodities</i> do agronegócio (1999/2006).....	73
3 – Antigo local de realização da feira agroecológica, tendo ao fundo a Central de Aulas/UFPB.....	89
4 – Atual local de realização da feira agroecológica, no estacionamento da Biblioteca Central/UFPB.....	89
5 – Evolução da renda anual bruta da <i>feira agroecológica</i> da UFPB.....	90
6 – Ajuda da família na colheita de cenoura a ser comercializada na feira agroecológica da UFPB.....	91
7 – Caixotes empilhados na caminhonete, contendo os produtos que serão vendidos na feira da UFPB.....	91
8 – Armação das barracas para o início da feira na UFPB.....	92
9 – Venda de acerola na feira agroecológica na barraca de Geraldo (Assentamento Pe. Gino, Sapé-PB).....	95
10 – Momento da oração realizada antes da <i>reunião de fim de feira</i>	93
11 – O retorno para os assentamentos em uma das duas caminhonetas fretadas semanalmente para a realização do transporte dos caixotes e dos feirantes.....	93
12 – Classificação Etária dos feirantes participantes da feira agroecológica da UFPB (%).....	94
13 – Classificação Etária dos membros da feira agroecológica da UFPB, por sexo.....	95
14 – Tipo de trabalho realizado pelos feirantes participantes da <i>feira agroecológica</i> da UFPB.	96

15 – Participação na <i>feira agroecológica</i> da UFPB por assentamento/acampamento.....	97
16 – Ano de ingresso dos feirantes entrevistados participantes da <i>feira agroecológica</i> da UFPB.....	97
17 – Nível de união do grupo da <i>feira agroecológica</i> da UFPB.....	99
18 – Atividade coletiva que mais une o grupo da <i>feira agroecológica</i> da UFPB..	99
19 – Nível de participação dos feirantes participantes da <i>feira agroecológica</i> nos dias de feira em um total de quatorze feiras seguidas.....	99
20 - Participação dos membros da <i>feira agroecológica</i> da UFPB em grupos organizativos (%).....	100
21 - Participação em cursos/oficinas por parte dos feirantes participantes da <i>feira agroecológica</i> da UFPB (%).....	101
22 - <i>Visita de intercâmbio</i> à Áustria, realizada em 2005 por Luiz Damásio (Luizinho) – Assentamento Pe. Gino, Sapé-PB.....	102
23 - <i>Visita de intercâmbio</i> à Venezuela, realizada em 2006, por Cleibson – Assentamento Pe. Gino, Sapé-PB.....	102
24 – Tipo de crédito acessado pelos feirantes participantes da <i>feira agroecológica</i> da UFPB entre 2005/2006 (%).....	103
25 – Motivo para o não acesso a crédito entre 2005/2006 alegado pelos feirantes entrevistados da <i>feira agroecológica</i> (%).....	104
26 - Rotina semanal ligada ao cultivo de hortaliças entre os membros da <i>feira agroecológica</i> da UFPB.....	105
27 - <i>Mudas</i> de tomate na estufa do <i>Centro de Apoio à Produção Agroecológica</i> . ..	106
28 - <i>Minhocários</i> do <i>Centro de Apoio à Produção Agroecológica</i>	106
29 - Tipo de comercialização utilizada pelos membros da <i>feira agroecológica</i> da UFPB.....	106
30 - Prioridades para a comercialização entre os entrevistados da <i>feira agroecológica</i> da UFPB.....	107
32 - Prioridades entre os entrevistados da <i>feira agroecológica</i> da UFPB, em ordem de importância.....	109
33 - Prioridades entre os entrevistados que são <i>Lideranças e Não lideranças</i> da <i>feira agroecológica</i> da UFPB, em ordem de importância.....	109

34 - Festa de aniversário da filha de “Gabriel Boiadeiro” (Assentamento Boa Vista-Sapé-PB), com a presença de vários amigos/clientes.....	112
35 - Qualidade do atendimento por parte dos feirantes, na opinião dos clientes entrevistados da <i>feira agroecológica</i> da UFPB.....	114
36 – Clientes entrevistados que dizem saber que a feira da UFPB é <i>agroecológica</i> (FA) e/ou que os produtos nela ofertados são <i>orgânicos</i> (PO).....	115
37 - Nível de satisfação dos feirantes participantes da <i>feira agroecológica</i> da UFPB com a vida que levam nos assentamentos/acampamento.....	117

Índice

INTRODUÇÃO.....	15
1. A pesquisa na geografia agrária brasileira e o capitalismo no campo: <i>Amadurecer para transformar</i>	20
2. O campesinato e a questão agrária <i>ontem e hoje</i> : Interpretações teóricas.....	29
2.1. Os caminhos da revolução: as teorias clássicas e as interpretações sobre o campesinato no capitalismo.....	29
2.1.1 <i>Narodnismo russo</i>	30
2.1.2 <i>Anarquismo agrário</i>	33
2.1.3 <i>Marxismo ortodoxo</i>	37
2.2. Os caminhos para a <i>modernidade</i> : As interpretações <i>clássicas</i> e as <i>recentes</i> sobre a <i>destruição/permanência</i> do campesinato no capitalismo.....	41
2.2.1 Kautsky e Lênin: O capitalismo e a <i>destruição</i> do campesinato na teoria clássica.....	41
2.2.2 O <i>Novo Mundo Rural</i> e a transformação do camponês em <i>agricultor familiar</i> : as <i>novas</i> interpretações sobre a <i>destruição</i> do campesinato.....	44
2.2.3. Os elementos da agricultura camponesa: quem é o camponês afinal?.....	50
2.2.4. O conceito de <i>camponês</i> e as ligas camponesas: a conquista do <i>lugar social</i> do campesinato brasileiro.....	55
3. Território e relações de poder: o avanço do capitalismo no campo brasileiro e a resistência do campesinato por meio das feiras agroecológicas.....	58
3.1 A Renda da terra e a contradição propriedade fundiária/capital.....	58
3.2. A apropriação/sujeição da <i>renda da terra</i>	61

3.3. Internacionalização da economia brasileira e a fusão indústria/agricultura.....	65
3.4. Uma interpretação da agroecologia na Geografia: <i>Território</i> e busca por autonomia e liberdade camponesa.....	68
4. A Feira agroecológica da UFPB.....	79
4.1. <i>Adversidades e superações</i> : Os assentamentos rurais da região da várzea paraibana e o nascimento da <i>feira agroecológica da UFPB</i>	79
4.1.1. O Regimento Interno e o processo organizativo da <i>feira agroecológica</i>	81
4.1.2. A <i>feira agroecológica</i> : De Mangabeira ao Campus I da UFPB.....	87
4.2. <i>Dinâmica e funcionamento</i> da feira agroecológica da UFPB.....	91
4.3. Perfil dos camponeses feirantes.....	94
4.3.1. <i>Dados Gerais</i>	94
4.3.2. <i>Organização e participação</i>	96
4.3.3. <i>Acesso à Crédito/Financiamento</i>	103
4.3.4. <i>Produção/comercialização</i>	104
4.3.5. A importância dos elementos da agroecologia.....	108
4.3.5.1. <i>A Consciência Ambiental</i>	110
4.3.5.2. <i>A qualidade da alimentação</i>	110
4.3.5.3. <i>A renda familiar</i>	111
4.3.5.4. <i>A relação dos camponeses com os clientes</i>	111
4.3.5.5. <i>A independência em relação ao atravessador</i>	114
4.3.5.6. <i>Oferta de alimentos orgânicos para a população</i>	114
4.3.5.7. <i>Diversificação da produção</i>	116
4.3.6. Nível geral de satisfação.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121
APÊNDICES.....	128
ANEXOS.....	134

INTRODUÇÃO

O nosso interesse pelo estudo das feiras agroecológicas surgiu ainda na graduação, quando tivemos a oportunidade de nos aproximar da Extensão Universitária. Naquela ocasião, participamos de um projeto intitulado “Feira agroecológica do Campus I da UFPB: (Re)construindo a relação produtor/consumidor”, coordenado pela Profa. Dra. Valéria de Marcos, então vinculada ao departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Este projeto era parte integrante de um projeto maior, sob coordenação do Prof. Dr. Paulo José Adissi (Departamento de Engenharia de Produção da UFPB), cujo título era “Feira agroecológica da UFPB: Certificação social e revitalização”. Apesar das especificidades de cada um dos projetos citados, de uma forma geral tínhamos por objetivo, através deles, encontrar caminhos para realizar melhorias no processo produtivo e de comercialização da feira agroecológica que é realizada semanalmente, desde o ano de 2002, em um estacionamento no interior da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Além dos resultados ligados diretamente às propostas dos projetos, como consequência da nossa participação nas atividades a eles relacionadas, pudemos ter um contato freqüente, ao longo dos mais de dois anos de sua vigência, com professores, estudantes, técnicos agrícolas, clientes da feira e camponeses feirantes. Deste modo, aos poucos, foi se edificando uma relação recíproca de respeito e amizade entre nós e vários desses *atores sociais* envolvidos com a feira agroecológica referida, sobretudo com os camponeses feirantes, com os quais tivemos a oportunidade de nutrir momentos freqüentes de *trocas de experiências e saberes*.

Como consequência de tudo isso, foi inevitável a busca pelo aprofundamento das leituras acerca da *questão agrária* e das alternativas construídas pelos

camponeses para superar as adversidades no campo brasileiro. Foi exatamente a partir deste *encontro* entre as *leituras feitas* e a *realidade vivenciada* a partir dos projetos ligados à feira, que o nosso interesse pelo estudo da feira agroecológica da UFPB cresceu.

Fazem parte da feira agroecológica do Campus I da UFPB, camponeses de quatro assentamentos de reforma agrária e um acampamento. São eles os assentamentos: Dona Helena, localizado no município de Cruz do Espírito Santo-PB; Padre Gino, Rainha dos Anjos e Boa Vista, localizados em Sapé-PB; e o acampamento Ponta de Gramame, localizado no bairro de Valentina, em João Pessoa-PB.

Essa feira é o resultado de uma insistente busca dos camponeses, iniciada no ano de 1996, pela superação dos problemas então encontrados no processo de produção e comercialização nos assentamentos rurais/acampamento¹. Após diversas tentativas mal sucedidas de construção de um canal de comercialização direta da produção dos assentamentos rurais, os camponeses dos assentamentos/acampamento citados souberam da existência de uma feira agroecológica realizada no município de Santa Maria-RS, através de uma *visita de intercâmbio*, e decidiram tentar estabelecer algo semelhante. Deste modo, diversificaram a produção e estabeleceram o cultivo de hortaliças seguindo os princípios da agroecologia. Em 2001 a Cáritas conseguiu R\$ 6.000,00 como recurso para a compra dos materiais necessários para o estabelecimento da primeira feira agroecológica organizada por aqueles camponeses. O interesse inicial era o de implantar uma feira no Campus I da UFPB mas, em decorrência de uma greve que ocorria naquele momento, houve a necessidade de se buscar um outro local. Foi então escolhida uma área da Praça Cristo Rei, no bairro de Mangabeira, em João Pessoa-PB. Embora o bairro de Mangabeira fosse bastante populoso, a feira agroecológica não obteve o sucesso esperado naquele local, em decorrência, sobretudo, da concorrência com o Mercado Público daquele bairro. Percebendo a queda sucessiva no faturamento das feiras em Mangabeira, os camponeses decidiram buscar novamente o apoio da universidade, discutindo com a Prefeitura Universitária a possibilidade de implantação da feira no Campus I da UFPB. A idéia foi aceita pela universidade e a primeira feira agroecológica do Campus I da UFPB

¹ Várias das dificuldades encontradas nas áreas de assentamentos rurais paraibanos foram analisadas por Marcos (1998, p.43-102).

foi realizada em maio de 2002, em uma área próxima à Central de Aulas, tendo sido remanejada posteriormente para o estacionamento próximo à Biblioteca Central, onde está até hoje.

O estabelecimento da feira agroecológica da UFPB está intimamente ligado, sobretudo, à busca por parte daqueles camponeses pela independência aos atravessadores, no que se refere ao processo de comercialização dos produtos oriundos dos assentamentos rurais. É neste sentido que surge, a nosso ver, a necessidade de avaliar a feira agroecológica da UFPB, enquanto manifestação concreta de uma possível conquista do campesinato de uma autonomia sobre o *processo produtivo*, de *comercialização*, e sobre o *tempo de trabalho*. Tal conquista estaria baseada no *afastamento*, ou mesmo *rompimento total* por parte daqueles camponeses, de antigas relações de exploração engendradas pelo capital comercial e/ou industrial nas áreas de assentamentos rurais e acampamento. Assim, lutando pela superação da dependência aos *intermediários* na *comercialização* dos alimentos produzidos e encontrando alternativas a esse processo, tais camponeses empenhariam uma luta contra a própria *sujeição da renda da terra* (OLIVEIRA, 2001, p.11). Desde modo, além de superar tal dependência, como resultado do estabelecimento da feira agroecológica e das transformações no processo produtivo a partir da agroecologia, os camponeses passariam a questionar também os resultados do avanço da agricultura capitalista no campo brasileiro a partir da Revolução Verde e o processo de modernização da agricultura, desvendando os males que este trouxe para a sociedade e para o ambiente.

Partindo das informações e reflexões citadas, estruturamos o presente trabalho em quatro capítulos distintos, porém indissociáveis. O conjunto dos capítulos, da forma como foram organizados, tem o objetivo de expor a nossa reflexão acerca da feira agroecológica da UFPB a partir da sua inserção em um contexto extremamente adverso para o campesinato brasileiro em sua luta cotidiana por um *lugar social* através da conquista da *terra de trabalho*. Isto significa que, ao longo da nossa pesquisa, nos esforçamos para não analisar a feira agroecológica de forma desvinculada da realidade social do campo brasileiro e, do mesmo modo, de forma desprendida das reflexões teóricas, realizadas por geógrafos e intelectuais de outras áreas do conhecimento, sobre o *campesinato* e a *questão agrária*.

No primeiro capítulo, intitulado “**A pesquisa na geografia agrária brasileira e o capitalismo no campo: Amadurecer para transformar**”, realizamos uma

discussão acerca dos caminhos traçados pela geografia brasileira e, mais especificamente, pela Geografia Agrária, nas últimas décadas. Nessa discussão, discutimos algumas transformações ocorridas no interior do pensamento geográfico, transformações estas que apontaram para uma (re)atualização da postura do cientista frente às desigualdades sociais do modo de produção capitalista.

No segundo capítulo, denominado **“O campesinato e a questão agrária ontem e hoje: Interpretações teóricas”**, refletimos sobre alguns dos principais conceitos que embasam a nossa pesquisa. Deste modo, pudemos apontar algumas das *construções teóricas* que envolvem, sobretudo, o *campesinato* e a *questão agrária* apontando *diferenças* e *semelhanças* nas perspectivas de intelectuais europeus do século XIX até alguns dos teóricos brasileiros do final do século XX e início do século XXI. No interior dessa análise, destacamos também os elementos específicos da agricultura camponesa, apontamos os fundamentos teóricos da categoria *agricultura familiar* e o significado da sua apropriação por parte dos últimos Governos Brasileiros, como forma de se pensar os assentamentos rurais de Reforma Agrária sob a lógica da “viabilidade econômica”. Tratamos ainda de apontar os aspectos inerentes ao conteúdo político presente no termo “camponês” e da relação entre este termo e o movimento das *ligas camponesas*, emergente no Nordeste Brasileiro a partir das décadas de 1950 e 1960.

No terceiro capítulo, cujo título é **“Território e relações de poder: o avanço do capitalismo no campo brasileiro e a resistência do campesinato por meio das feiras agroecológicas”**, apresentamos uma sucinta discussão conceitual sobre a *renda da terra* para expor os mecanismos de *sujeição* presentes no campo brasileiro no interior do processo de internacionalização da economia brasileira e de desenvolvimento do agronegócio. Neste sentido, evidenciamos o fato de que, na atual conjuntura do campo brasileiro, estamos diante de fortes *relações de poder* impressas no *território* dos assentamentos rurais, onde as feiras agroecológicas podem se apresentar como um importante instrumento do campesinato para a conquista da autonomia e liberdade de *produzir* e *comercializar* a produção, sem estar necessariamente sujeito aos mecanismos de *sujeição da renda da terra* engendrados no capitalismo.

No quarto e último capítulo, intitulado **“A Feira agroecológica da UFPB”**, apresentamos a história daquela feira agroecológica, enquanto o resultado de uma luta empenhada pelos camponeses em busca de um canal de escoamento direto da

produção dos assentamentos/acampamento nela envolvidos. Discutimos ainda, no referido capítulo, o Regimento Interno daquela feira e o seu processo organizativo, bem como a sua dinâmica e funcionamento. Expomos ainda um *perfil dos feirantes* a partir de informações coletadas através da aplicação de um *questionário* no dia 19 de Janeiro de 2007, como também mediante a realização de vários trabalhos de campo nos assentamentos envolvidos e de entrevistas realizadas² junto aos feirantes. Neste perfil expomos informações sobre os camponeses da feira no que se refere ao processo de *organização, produção e comercialização*. Além disto, pudemos analisar a importância dada por aqueles camponeses aos vários elementos componentes da agroecologia, bem como compreender o nível de satisfação daqueles feirantes com a vida que levam nos assentamentos/acampamento.

Concluindo a análise contida neste trabalho, nas “**Considerações Finais**” pudemos expor alguns dos principais elementos que envolvem a feira agroecológica da UFPB, relacionando-os à conquista da autonomia camponesa sobre o trabalho e os “frutos” deste trabalho por parte dos participantes da referida feira. Por este caminho apontamos que a feira agroecológica da UFPB foi uma alternativa viável encontrada por aqueles camponeses para que seja possível a superação de alguns dos mecanismos de exploração capitalista engendrados nas áreas de assentamentos rurais/acampamento que dela fazem parte.

² Além dos vários trabalhos de campo realizados nos assentamentos, como consequência da nossa participação nos projetos de Extensão Universitária, realizamos várias visitas semanais na feira, ocasiões em que pudemos realizar entrevistas semi-estruturadas com os camponeses feirantes.

CAPÍTULO 1 – A pesquisa na geografia agrária brasileira e o capitalismo no campo: *Amadurecer para transformar*

Pesquisar é algo essencialmente político. Isto porque os resultados oriundos desse processo podem servir tanto como instrumentos importantes para a manutenção de determinada estrutura social de dominação, como também para a sua superação. Sobre esse assunto, Borda (1999, p.44) afirma que a ciência dominante exerce uma nítida influência sobre a manutenção do *status quo* político e econômico que cerca o modo de produção capitalista. Assim, segundo o autor, sob essas condições, a produção de conhecimento acha-se fortemente orientada para a preservação e fortalecimento do próprio capitalismo. Para ele,

[...] há um aparelho científico construído para defender os interesses da burguesia, e este é hoje o aparelho dominante em nível local e geral nos países ocidentais. Este é também o aparelho que limita o crescimento de outras construções científicas, como as que dizem respeito aos que se encontram na base da sociedade (BORDA, 1999, p.45).

Partindo da constatação de que a realidade social no modo de produção capitalista é impregnada de contradições, é válida a afirmação de Brandão (1999, p. 11), segundo a qual “Nenhum conhecimento é neutro e nenhuma pesquisa serve teoricamente ‘a todos’ dentro de mundos sociais concretamente desiguais”. Assim, mesmo que o cientista social opte por realizar uma pesquisa “isenta de posicionamento político”, ainda assim os resultados do seu trabalho servirão para atender aos interesses da atual classe dominante, na medida em que ele desconsidere as desigualdades sociais e os mecanismos de exploração entre

classes sociais distintas. Assim, consciente ou inconscientemente, o cientista tomará partido de algum “lado” nessa estrutura social desigual. Sobre isto, estamos de acordo com as palavras de Paulo Freire, quando este afirma que para ele,

[...] a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a percepção que deles esteja tendo a população neles envolvida. Assim, a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade. Se me preocupa, por exemplo, numa zona rural, o problema da erosão, não o compreenderei, profundamente, se não percebero, criticamente, a percepção que dele estejam tendo os camponeses da zona afetada. A minha ação técnica sobre a erosão demanda de mim a compreensão que dela estejam tendo os camponeses da área. [...] Fora desta compreensão e deste respeito à sabedoria popular, à maneira como os grupos populares se compreendem em suas relações com o seu mundo, a minha pesquisa só tem sentido se a minha opção política é pela dominação e não pela libertação dos grupos e das classes sociais oprimidas. Desta forma, a minha ação na pesquisa e a dela decorrente se constituem no que venho chamando de invasão cultural, a serviço sempre da dominação (FREIRE, 1999, p.35).

Por este caminho, Borda (1999, p.43) afirma que ser um cientista significa estar compromissado com algo que afeta o presente ou o futuro da humanidade. Portanto, a substancia da ciência é tanto qualitativa quanto cultural; não é apenas uma mera quantificação estatística, mas a compreensão de realidades.

Na contramão da ciência dominante, emergem formas de interpretações que passam a “dar voz” para aqueles que historicamente eram relegados, quando muito, à condição de “objetos de estudo”. Segundo Brandão (1999, p.10), esta expressão muitas vezes subordina a idéia e a intenção de que aqueles cuja “vida” e “realidade” afinal se “conhece”, sejam reconhecidos para serem *objetos* também na História. No entanto,

[...] aqui e ali, entre pesquisadores e pesquisados de um lado e do outro, surgem sinais de crítica. Do lado subalterno do mundo, das culturas das gentes das classes populares [...] cada vez com mais força chegam perguntas que os próprios cientistas por muito tempo esqueceram de fazer. Perguntas de pessoas reais, muito mais do que de categorias abstratas de “objetos”, que parecem descobrir, com a sua própria prática, que devem conquistar o poder de serem, afinal, o *sujeito*, tanto do *ato de conhecer* de que têm sido *objeto*, quanto do *trabalho de transformar* o conhecimento e o mundo que os transformaram em objetos (BRANDÃO, 1999, p.11).

Deste modo, o autor afirma que entre os cientistas amadurecem novas posturas políticas que pretendem efetivar uma relação verdadeiramente recíproca entre a academia e as comunidades envolvidas no processo de construção do conhecimento. Assim, os *sujeitos* passam a conhecer a sua própria realidade, participar da produção deste conhecimento e tomam posse dele. Por este caminho, a sociedade começa a

Aprender a reescrever a História através da *sua* história. Ter no agente que pesquisa uma espécie de *gente* que serve. Uma gente aliada, armada dos conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem a *pesquisa participante* – onde afinal pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes – pretende ser um instrumento a mais de reconquista popular (BRANDÃO, 1999, p.11).

No seio do pensamento científico, à geografia também coube a tarefa de (re)atualizar as suas concepções e debruçar o *olhar* para aqueles até então esquecidos pela ciência dominante. Tais atualizações na geografia aconteceram, sobretudo, a partir de discordâncias de idéias e de superações nas *formas de entender o mundo* em cada época, como também a partir de afirmações de novos pontos de vista sobre os métodos a serem empregados para o conhecimento da realidade social. As pesquisas sobre o campo brasileiro não ficaram isentas de tais mudanças de interpretações, mudanças estas surgidas, sobretudo, a partir da necessidade de explicação para as transformações ocorridas no território com o desenvolvimento do capitalismo e sua mudança histórica para a fase monopolista. Entretanto, Oliveira (2001, p.8) chama a atenção para o fato de que

[...] a geografia científica brasileira nasceu velha. Velha porque apegada ao pensamento político que deixava de ser dominante. Foi essa a base material sobre a qual a produção geográfica do país foi se edificando. E, como era óbvio, foram os estudos sobre o campo os principais dessa época. O capitalismo entrava em sua etapa monopolista em nível internacional e a formação social capitalista no Brasil agitava-se, procurando adaptar-se a essa nova ordem; mas a geografia brasileira, de certo modo, ignorou durante muito tempo toda essa realidade. Por isso, nasceu velha, cheia dos valores do

capitalismo concorrencial, que teimosamente mesmo depois, durante muito tempo, continuaram sendo aplicados em sua produção.

Assim, Oliveira (2001, p.8) destaca que durante muito tempo os estudos que objetivavam entender o campo se apresentavam de forma muito restrita em seu conteúdo, na medida em que privilegiavam as relações técnicas de produção, priorizando entender como, tecnicamente, fazia-se para produzir, não dando, deste modo, tanta importância às questões sociais, econômicas e políticas. Desta maneira,

[...] a geografia que se dizia humana, esquecia-se, propositadamente das classes sociais assentadas na base desse modo de produzir. O importante eram os sistemas agrícolas, se extensivos, intensivos, primitivos, modernos, com rotação entre terras ou com cereais. Toda a estrutura social edificada sobre o colonato, as relações sociais de produção que permitiam a explicação dessa massa trabalhadora, era relegada a um segundo plano, quando não, esquecida intencionalmente (OLIVEIRA, 2001, p.9).

O autor afirma, pois, que a partir do período posterior à Segunda Guerra Mundial, as transformações sociais e políticas abriram novas perspectivas à produção geográfica. Naquele contexto, segundo Oliveira (2001, p.9/10), novos autores passaram a tratar do campo brasileiro de forma diferenciada, fazendo com que o debate político entrasse, de fato, na geografia. Entre os autores responsáveis por isso, destacam-se, segundo Oliveira: Orlando Valverde, Manuel Correia de Andrade e Pasquale Petrone.

É fundamental também lembrar que o final da década de 60 foi rico em crises, quer no nível nacional, quer no nível internacional. E como produto dessa crise a que ninguém ficou imune, procurou-se avançar em direção a uma posição mais crítica na geografia agrária brasileira frente à questão agrária (OLIVEIRA, 2001, p.10).

Não se deve esquecer, pois, como marco importante para uma atualização do pensamento na geografia brasileira o III Encontro Nacional de Geografia, realizado em Fortaleza, no ano de 1978. Tal evento representou o estabelecimento de uma *Geografia Crítica* no Brasil, a partir da qual era fundamental o “desmascaramento” do conteúdo ideológico vigente em alguns dos estudos daquele momento (ALMEIDA, 2003, p.63).

Enfim, como não poderia ser diferente, o desenvolvimento da Geografia Agrária também percorre esse labirinto filosófico e compartilha da angústia geral concernente à busca da produção de uma teoria que conheça e explique a realidade além do imediato sensível e seja capaz de contribuir, no ato histórico, para libertação dos homens a partir desse conhecimento (ALMEIDA, 2003, p.63).

Almeida (2003, p.64/65) destaca ainda como marco para um posicionamento crítico na geografia agrária brasileira a publicação feita por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, de *Agricultura e Indústria no Brasil*, em 1981. Segundo a autora, a importância deste trabalho reside na análise do papel da *renda da terra* no desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira. Tal trabalho, para a autora, produziu uma primorosa contribuição ao decifrar as nuances que cercam a aliança terra/capital, sendo esta a reprodução contraditória de formas sociais não-capitalistas como o campesinato. Para a autora, um outro avanço inegável a partir deste estudo se refere aos conceitos de *monopolização do território e territorialização do capital*.

Tal interpretação acerca do desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção no campo brasileiro, tratado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, teve e continua tendo uma importante aceitação no âmbito da geografia agrária no Brasil. A influência do pensamento do referido autor, além de se estender às mesas de debates dos principais encontros, simpósios e congressos na geografia ligados às temáticas da geografia agrária, estimulou a realização, em 2005, do *III Simpósio Nacional de Geografia Agrária: Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira*, na cidade de Presidente Prudente-SP.

As novas questões que se apresentam no campo brasileiro nos dias de hoje, passam, pois, a ser tratadas de forma crescente a partir de um posicionamento teórico crítico e compromissado politicamente com a luta e as reivindicações dos trabalhadores rurais e dos camponeses. A luta pela terra, nesta perspectiva, começa a ser analisada pela geografia agrária brasileira como um problema central a ser discutido e compreendido no contexto do desenvolvimento do capitalismo no campo.

A discussão acerca da territorialização da luta pela terra, na perspectiva de se pensar uma teoria da luta, tem sido a contribuição mais significativa da Geografia Agrária, ou melhor, da Geografia como um todo. Logo, é na direção deste desafio que muitos trabalhos a respeito da temática dos movimentos sociais, no caso específico do MST, têm se desenvolvido na contramão das

críticas daqueles que se arvoram na defesa dos limites rígidos entre as ciências para a preservação de seus objetos (ALMEIDA, 2003, p.65/66).

A interdisciplinaridade torna-se de fundamental importância para a compreensão dos vários elementos que permeiam as questões ligadas ao campo e ao campesinato no atual contexto do capitalismo mundializado. Por este caminho é importante o diálogo com outras ciências, de diferentes bases filosóficas para que, deste modo, a geografia possa ir se firmando no cenário científico (ALMEIDA, 2003, p.66).

Neste sentido, compreender as buscas por alternativas por parte do campesinato para a superação dos limites impostos pelo capitalismo no campo brasileiro, torna-se, cada vez mais, tarefa fundamental para a geografia agrária. O cientista que possui tal objetivo deve, pois, estar instrumentalizado por conceitos e categorias próprios da sua ciência, além de estar também consciente da produção científica de outras áreas para além da Geografia, quais sejam: Economia, Sociologia, Antropologia, Filosofia, etc. O uso e a aplicação de tais conceitos e categorias podem dar conta de *desvendar* as contradições apresentadas e, desta maneira, torna possível ao cientista, pois, compreender a *essência* daquilo que lhe aparece à primeira vista.

No âmbito da Geografia Agrária é inegável a relevância do *território* enquanto categoria de análise para a instrumentalização dos geógrafos para o entendimento das novas relações sociais impressas no campo. Diversos autores fizeram uso de tal categoria para compreender a luta pela terra e a afirmação dos camponeses frente à força do capitalismo no Brasil. Tais autores compartilham da idéia de que a luta pela terra e a reforma agrária se apresentam enquanto mecanismos importantes para o processo de *territorialização* e (re)criação camponesa.

Um exemplo de tal opção teórica, entre muitos outros possíveis, é o trazido por Almeida (2003), em seu trabalho intitulado *“Identidade, distinção e territorialização: O processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul”*, onde a autora, entre outras coisas, analisa as condições de reprodução do campesinato no capitalismo, defendendo que a sua (re)criação se dá através da luta pela conquista e sobrevivência da/na terra. Desta luta resulta, para a autora, o domínio de parcelas do território pelos camponeses, através de um conflito aberto com a produção capitalista do território.

Sob perspectiva semelhante, destaca-se também o trabalho realizado por Bernardo Mançano Fernandes (1996), intitulado “*MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: Formação e territorialização em São Paulo*”, cuja importância reside na análise do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), realizada pelo autor, a partir de uma dimensão espacial, tendo como elemento presente o estudo do processo de *territorialização* daquele movimento.

Paulino (2003, p.349) também passa a analisar o campesinato considerando a luta pela terra tendo como categoria fundamental o *território*. Para a autora, em seu estudo, a produção do território é a expressão da própria luta empenhada pelos camponeses, daí a afirmação de que o mesmo se inscreve em um campo de poder.

O que há de comum entre estas análises e de inúmeros outros autores que tratam do campesinato sob esta perspectiva é a consideração de que, na atual conjuntura capitalista, a realidade no campo se apresenta de forma contraditória, fazendo emergir a luta de classes a partir do crescimento dos movimentos sociais de camponeses. O desenvolvimento de tais movimentos se realiza geralmente a partir de uma relação desigual de forças onde estes têm que enfrentar inimigos geralmente mediante uma relação de poder. Assim, a conquista/efetivação de um *território camponês* pressupõe a superação de determinada condição de subordinação do campesinato ao capital.

A compreensão desse processo de *territorialização* pressupõe o entendimento acerca do que seja esse *território*. Antes de expor tal definição, Raffestin (1993, p.143) chama a atenção para a diferença existente entre o *espaço* e o *território*, lembrando que estes não são termos equivalentes. O autor afirma que o *espaço* é anterior ao *território*, onde,

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...], o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Nesta interpretação, o *território* se apóia no *espaço*, mas não é em si mesmo *espaço*. Trata-se, pois, de uma produção a partir do *espaço*, produção esta que por causa de todas as relações que envolve, se inscreve, essencialmente, em um campo de poder (RAFFESTIN, 1993, p.144). Assim,

O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p.7/8).

Eduardo (2006, p.179) afirma que o território, antes de qualquer coisa, é produto de uma relação social. O território é, para ele, a expressão concreta e abstrata do espaço apropriado, produzido. É formado, em sua multidimensionalidade, pelos atores sociais que o (re)definem constantemente em suas cotidianidades, num “campo de forças” relacionalmente emaranhado por poderes nas mais variadas intensidades e ritmos. Assim,

São, pois, as relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território (OLIVEIRA, 1996, p.12).

É de fundamental importância, a nosso ver, reconhecer e considerar as recentes manifestações de relações de poder impressas no *território* do campo brasileiro como forças resultantes do próprio funcionamento contraditório do capitalismo. Deste modo, por exemplo, as *ocupações* de terra, os conflitos no campo, as manifestações populares, entre várias outras coisas, revelam as próprias contradições que permeiam historicamente a propriedade da terra no Brasil e a *desigual* relação entre as classes sociais nas diferentes conjunturas políticas, sociais e econômicas. Buscando dar conta de compreender essa realidade, a geografia agrária brasileira, deste modo, tem amadurecido dando “passos” à frente, tomando “partido” neste conflito. Esse processo de amadurecimento deve ser acompanhado por mudanças no diálogo entre os cientistas e as populações estudadas. Borda (1990, p.55) afirma que se torna necessário para o pesquisador, nesta perspectiva, entre outras coisas:

- (a) Abandonar a tradicional arrogância do erudito, aprender a ouvir discursos concebidos em diferentes sintaxes culturais, e adotar a humildade dos que realmente querem aprender e descobrir;
- (b) Romper com a assimetria das relações sociais geralmente impostas entre o entrevistador e o entrevistado;
- (c) Incorporar pessoas das bases sociais como indivíduos ativos e pensantes nos esforços de pesquisa.

Nesta nova postura, a pesquisa na geografia agrária não pode, no entanto, desconsiderar a produção teórica construída ao longo do tempo acerca do campo e, sobretudo, do campesinato. Parte destes estudos trás consigo a importância de ter alimentado posicionamentos políticos distintos, fazendo com que o debate sobre a questão agrária e o campesinato “ultrapassasse os muros” da Academia, influenciando fortemente o pensamento político ao longo da História. Torna-se, pois, de fundamental importância também ter o domínio teórico de tais construções intelectuais do passado sobre o campesinato e a questão agrária, para que assim possamos ter mais ferramentas para entender e dar conta de interagir com os camponeses de hoje para a construção conjunta de um conhecimento científico que possa servir como instrumento de transformação social.

CAPÍTULO 2 – O campesinato e a questão agrária ontem e hoje: Interpretações teóricas

2.1. Os caminhos da revolução: as teorias clássicas e as interpretações sobre o campesinato no capitalismo

A discussão a partir dos conhecimentos históricos acumulados sobre a Revolução russa é necessária para destacar e caracterizar a participação dos camponeses no processo revolucionário. Não se trata de enquadrar a realidade atual numa determinada teoria construída no passado. Mas, a partir da realidade existente e de posse dos conhecimentos construídos, re-elaborar a teoria (FABRINI, 2003, p.42).

No objetivo de compreender o processo de transformação social que acompanha o desenvolvimento do modo de produção capitalista e as repercussões oriundas deste processo para o campesinato, são elaboradas as bases teóricas do que Guzmán e Molina (2005, p.17) chamam de *pensamento social agrário*. Estes autores apontam a gênese deste pensamento surgido ao longo dos séculos XVIII e XIX, não como um fenômeno casual, mas como resultado de uma acumulação teórica que se fundamentou na *filosofia da história*, de Giambattista Vico até Hegel; no *evolucionismo naturalista*, de Lamarck, Darwin, Malthus, entre outros; como também a partir dos vários *teóricos anarquistas*, entre estes, Pierre Joseph Proudhon, Claude Henri de Rouvroy e conde de Saint-Simon (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p.17). Guzmán e Molina caracterizam a gênese desse *pensamento social agrário* enquadrando-o no que denominaram de *antiga tradição de estudos campesinos*, no qual se incluía, segundo os autores, as orientações teóricas do:

- *Narodnismo russo*;
- *Anarquismo agrário*;

- *Marxismo ortodoxo.*

2.1.1 *Narodnismo russo*

O *narodnismo* é considerado a primeira corrente de pensamento no interior da plataforma intelectual definida por Guzmán e Molina como *antiga tradição de estudos campesinos*. De acordo com os autores, ele surgiu

[...] da perspectiva da teoria social agrária, como consequência do debate intelectual e político gerado na Europa do século 19 (*sic*) sobre a vigência das instituições encarregadas do manejo autônomo dos recursos naturais, socioeconômico e político das comunidades rurais, pelo Direito Consuetudinário camponês. O tema central era a possível permanência de uma adaptação ao novo palco vinculado ao desenvolvimento do mercado, ou ao contrário, sua drástica substituição perante as exigências de um progresso material que impunha cruéis sacrifícios sociais (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p.20/21).

Guzmán e Molina (2005, p.22/23) definem o *narodnismo* como uma práxis intelectual e política, que teve grande influência nas discussões sobre o campesinato na Rússia do Século XIX, a partir da elaboração de uma estratégia de luta contra o capitalismo, luta esta caracterizada pelos seguintes traços:

- Os sistemas de organização política gerados no seio do capitalismo constituem formas de submissão e dominação sobre o povo, o que cria uma minoria que pretende se legitimar mediante falsas fórmulas de participação democrática;
- Os sistemas de legalidade assim estabelecidos desenvolvem uma prosperidade material que vai contra o desenvolvimento físico, intelectual e moral da maior parte dos indivíduos;
- Nas formas de organização coletiva do campesinato russo, existia um estado de solidariedade contrário à natureza competitiva do capitalismo;
- Era possível frear o desenvolvimento do capitalismo na Rússia mediante a extensão das relações sociais do coletivismo camponês ao conjunto da sociedade;

- Os intelectuais críticos devem se fundir com o povo para desenvolver com ele, em pé de igualdade, mecanismos de cooperação solidária que permitam criar formas de progresso às quais se incorpore a justiça e a moral.

Nesta perspectiva, os autores já citados consideram o *narodnismo russo* em diferentes etapas cronológicas, as quais são caracterizadas por distintos momentos de prática intelectual e política. Em uma *etapa de fundação*, Guzmán e Molina chamam a atenção para a importante contribuição de Nicolai Gavrilovich Chernychevski. Este autor realizou uma atividade de propaganda revolucionária no meio das dificuldades impostas pela censura, utilizando a literatura como marco gerador de processos de conscientização e contestação. Este, mediante a análise da experiência européia, relaciona as vantagens e desvantagens do desenvolvimento capitalista, chegando à conclusão de que a Rússia ainda podia eleger uma *outra via* para o processo revolucionário, evitando a proletarização, a pauperização e a desorganização social das comunidades rurais provocadas pelo avanço do capitalismo (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p.25).

Era possível dar a marcha para trás e saltar sobre a etapa do capitalismo chegando diretamente ao progresso do socialismo. Isso seria possível mediante o fortalecimento das formas de ação solidária do coletivismo camponês para evitar o sofrimento e a exploração que sobre a comunidade rural gerava a mercantilização das formas de vida e natureza (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p.25).

Em uma segunda fase do *narodnismo*, segundo Shanin (1983, p.172-178), se apresentam como principais representantes Tkachev, Lavrov, Mikhalovski e Bervi-Flerovski.

A coincidência entre eles e os representantes da etapa anterior em sua rejeição ao capitalismo e em seu desejo de que a Rússia desse o salto ao socialismo sem passar pela desorganização do campesinato cristaliza-se numa formulação definitiva do marco teórico anterior, com a teoria das vantagens do atraso que permitiria elaborar uma estratégia pela qual seria possível evitar que a Rússia “descesse ao inferno do capitalismo” como passo necessário para obter o progresso. A partir dessa perspectiva, o desenvolvimento ficaria, em todo o caso, subordinado ao bem-estar social do campesinato (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p.25).

Guzmán e Molina (2005, p.25) afirmam que essa teoria deve ser entendida em um contexto teórico mais amplo, como o da *sociologia subjetiva*. Esta, por sua vez, parte do axioma de que a história não segue leis objetivas, mas é possível selecionar, dentre a massa amorfa de dados históricos, a vida a ser seguida pelo nosso ideal social. Em outras palavras, nesta perspectiva,

[...] a ciência não é objetiva: os indivíduos de pensamento crítico podem – com o povo – incorporar a ética e a justiça à ciência mediante o fator subjetivo com o qual se construiriam as instituições sociais partindo da organização autônoma do campesinato, pela comuna rural como núcleo do socialismo (GUZMÁN; MOLINA, 2005, P.25).

A partir da década de 1860, na Rússia, se abre a possibilidade de implementação prática do pensamento *narodnista*, quando se inicia uma verdadeira migração de população urbana ao campo, com predomínio de jovens. Estes migrantes estavam convencidos da necessidade de uma ação conjunta com os camponeses para transformar as suas precárias condições de vida. Este processo de migração, também conhecido como *ida para o povo* (*khosdenie u narod*), alcança seu ápice na metade dos anos de 1870 (GUZMÁN, MOLINA, 2005, p.26).

Originalmente, o movimento tinha caráter pacífico e, objetivando a deflagração de um processo de conscientização entre os camponeses, carecia de qualquer estrutura organizativa (PAULO NETTO, 1982, p. 11).

Segundo Guzmán e Molina (2005, p.25), os grupos assim criados pretendiam ser legais, desenvolvendo uma propaganda, que, em uma primeira fase, foi denominada de “causa do livro”, ao conseguir ajuda de editores para a publicação de textos e panfletos que se difundiam nas comunidades rurais, chegando a abranger uma grande parte do território russo. Tais grupos, a partir da lenta tarefa de propagar uma cultura moral, social e política, evoluíram de tal forma que substituíram a “causa do livro”, pela “causa dos operários”, cujo objetivo era criar a estrutura organizativa para passar, enfim, a uma ação transformadora (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p.25).

A perseguição a que foram submetidos os militantes do movimento, porém, conduziu à criação, em 1876, de uma organização de natureza francamente política, clandestina: *Zemliá i Volia* (“Terra e Liberdade”). Três anos depois, ela se cindiu em dois agrupamentos: *Narodnaia Volia* (“Vontade do Povo”) [...] e Cherny Peredel (“Partilha Negra”) (PAULO NETTO, 1982, p.11).

O surgimento da organização “Vontade do Povo”, está ligado com a criação do Partido Social Revolucionário da Vontade do Povo. Este tinha como estratégia de ação política o desafio armado direto com o estado tsarista, no intuito de derrotá-lo, como pressuposto necessário para a transformação almejada da sociedade russa. Por outro lado, o grupo “Partilha Negra” pretendia continuar a tática e o programa de “Terra e Liberdade”, ou seja, continuar a ação que visava o aumento da consciência camponesa (MOLINA, GUZMÁN, 2005, p.27). Segundo Guzmán e Molina (2005, p. 27), a organização “Partilha Negra”,

[...] pelo seu reduzido tamanho e falta de meios, fracassou em obter o mínimo impacto, a maioria de seus líderes emigrou e em 1883 abraçou o marxismo, adotando o nome de Emancipação do Trabalho (*Grupa osvobozhdeniya Truda*).

Por outro lado, o grupo majoritário “Vontade do Povo” mostrou uma incrível capacidade organizativa para enfrentar de forma armada o estado tsarista. Em 1881, depois de várias tentativas, conseguiu matar o tsar Alexandre II e, mesmo diante da forte repressão sobre a organização e os simpatizantes desse movimento, através das freqüentes detenções e execuções em massa, a luta teve continuidade até 1887 (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p.25).

2.1.2 Anarquismo agrário

No interior das discussões acerca do processo revolucionário na Rússia do século XIX, se encontravam também os teóricos anarquistas, que dedicaram atenção para os rumos a serem delineados para a deflagração da revolução social na Europa.

Os anarquistas [...] tem em mira apenas o indivíduo, sem representantes, sem delegações, produtor, naturalmente em

sociedade. Positivamente, eles preconizam uma nova sociedade e indicam alguns meios para isto.

[...] E como tudo que vive, não existe somente um anarquismo, abstrato e definido, conceitualmente manejável e concretamente perceptível. Existem vários anarquismos (COSTA, 1988, p.11/12).

Este caráter aberto e sem rigidez clara, caracteriza o movimento anarquista de forma preponderante. Este compartilha com outras correntes, diversos elementos dos seus pressupostos filosóficos, tendo como aspecto relevante de convergência interna entre os seus adeptos, a negação do Estado e a busca pelo estabelecimento de inter-relações humanas na base da cooperação voluntária mediante pactos livres, do ponto de vista da práxis política (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p.28).

A consciência da força da classe trabalhadora, assim como de sua capacidade de organização nos sindicatos, serviu de estímulo ao debate sobre as formas de organização possíveis da sociedade futura. A sede privilegiada desses debates foi a Associação Internacional dos Trabalhadores, sobretudo a Primeira Internacional, onde os socialistas discípulos de MARX e os anarquistas discípulos de BAKUNIN apresentaram e defenderam as suas propostas para a sociedade revolucionária (MARCOS, 2005, p.8524).

Os camponeses passam a ser discutidos e analisados, sobretudo no interior do movimento anarquista, considerados enquanto agentes potencialmente revolucionários. Pode-se enquadrar como os intelectuais que se apresentaram como precursores dessa idéia os russos Michail Alexandovich Bakunin e Piotr Alexeyevich Kropotkin.

Para Bakunin, na Rússia da segunda metade do século XIX, existiam as condições objetivas precisas para o desencadeamento de uma revolução social. Tais condições, para o autor, são identificadas com a situação das massas populares camponesas russas, definida pela conjunção da extrema miséria com uma servidão feudal que era modelo em seu gênero, à que adicionava uma consciência histórica de emancipação social (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p.28). No exame da consciência histórica do povo russo, Bakunin aponta elementos que considera positivos e negativos. Entre os elementos entendidos como positivos destacados por Bakunin, segundo Guzmán e Molina (2005, p.28/29), estão:

- A convicção fortemente arraigada de que a terra pertencia integralmente ao povo;
- A posse da terra era um direito que não correspondia ao indivíduo, mas, sim, à comunidade rural (ao *mir*³), que se encarregava de reparti-la entre seus membros por prazos definidos;
- A autonomia política quase absoluta, bem como a capacidade administrativa e gerencial do *mir*, que provocava a hostilidade manifesta daquele em relação ao Estado.

A revolução social, para Bakunin, se realizaria calcada nos aspectos positivos acima citados, a partir dos quais se destruiria os traços negativos, fato que culminaria na transformação do ideal do povo russo. Os aspectos negativos destacados pelo autor que deveriam ser destruídos são: o *patriarcalismo*; a *absorção do indivíduo pelo mir* e a *confiança no tsar*.

O marco teórico do campesinato como agente revolucionário consiste, pois, no estabelecimento de um sistema de fatores como estrutura analítica para explicar a potencialidade revolucionária do campesinato. O fato de que Bakunin o elaborará para um caso concreto não é obstáculo para apreender a análise teórica subjacente e suas pretensões de generalidade. Assim, a comuna russa supunha, para Bakunin, algo mais do que alavanca para que o povo russo chegasse a se redimir a si mesmo; significava também a possibilidade de encontrar aqueles fatores que, desde o campesinato, conseguissem estender a revolução a toda a Europa (GUZMÁN; MOLINA, p. 29, 2005).

Por este sentido, Bakunin ressalta a dimensão política que conceitua o *mir* como núcleo social com vida própria e com capacidade para resistir às ingerências do Estado, de lutar contra ele e de destruí-lo. Assim, a valoração dada por Bakunin ao *mir* dependia das relações que a comunidade estabelecia com o Estado: enquanto se contrapunha ao Estado, o *mir* era considerado *revolucionário*; mas, por

³ De acordo com Wolf (1984) *apud* Marcos (1996, p. 275), o *mir* era “geralmente formado por antigos servos e seus descendentes, radicados numa única aldeia, embora, às vezes, uma aldeia compreendesse mais de uma comuna ou uma comuna, por sua vez, pudesse abranger várias aldeias. Dentro da estrutura da comuna, cada família tinha direito a uma gleba. [...] Não existia cultivo coletivo; cada família cultivava a sua própria terra. Os direitos aos pastos e às vezes aos prados e florestas, no entanto, pertenciam coletivamente à comuna”.

outro lado, se houvesse a sua integração à organização estatal, ele passava a ser considerado *reacionário* (GUZMÁN; MOLINA, p. 31, 2005).

São relevantes também as contribuições de Kropotkin para o entendimento do campesinato enquanto um agente revolucionário. Kropotkin, apesar de ter sido demasiadamente influenciado por Bakunin, aprimorou vários dos pensamentos elaborados por este, tratando de levar as teorias anarquistas a um alto nível de desenvolvimento e de elaboração científica (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p.31).

Guzmán e Molina (2005, p. 32) afirmam que além da elaboração dos pressupostos teóricos para o anarcocomunismo, combinando os conteúdos agrários com os industriais, Kropotkin gera uma importante contribuição teórica ao converter o *apoio mútuo* em uma categoria científica. Em sua obra *O Apoio Mútuo*, o autor publica alguns artigos em resposta ao artigo denominado “*A luta pela existência na sociedade humana*” elaborado pelo naturalista T. Huxley. Neste artigo, Huxley expressou a idéia de que a civilização humana nasceu no trânsito de um estado de *guerra mútua* e amoralidade, característico do estágio animal e próprio de uma vida humana selvagem, para outro definido pela paz e evolução moral.

Este trabalho teve uma importante repercussão no sistema científico da época, ao pretender fundamentar historicamente o liberalismo econômico, então emergente, a partir do núcleo radical do pensamento científico; por isso, Kropotkin considerou um dever inevitável mostrar a falsidade de tal proposta teórica (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p.32).

Para Kropotkin, ao contrário do que achava Huxley, ao invés da luta cruel entre os meios de subsistência, dentro de cada espécie animal, predominava a luta individual ou associada contra algumas condições naturais desfavoráveis. Houve o amadurecimento desta premissa a partir da análise por parte de Kropotkin, na obra de outros autores que realizavam trabalhos similares. O aprofundamento da idéia do *apoio mutuo* ocorreu, pois, quando Kropotkin analisou a ajuda mutua entre os selvagens, os bárbaros, na cidade medieval e na época moderna (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p.33).

Por esta base teórica, Kropotkin segue o seu caminho para a análise também da propriedade comunal e da comuna rural, criadas, sob sua ótica, a partir da sociabilidade humana como mecanismo de sobrevivência e luta em condições desfavoráveis de existência. Assim, a comuna rural, no pensamento de Kropotkin,

[...] representava o marco organizativo pelo qual se desenvolvia em suas múltiplas variantes o apoio mútuo, fazia-se justiça, organizava-se a defesa mútua contra os inimigos externos, articulava-se a participação democrática nos assuntos comuns e se desenrolava o progresso econômico, intelectual e moral da época (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 34).

Dentro do contexto da produção intelectual da Europa do século XIX, a importância da consideração do campesinato como um agente potencialmente revolucionário, se refere, sobretudo, à contraposição desta interpretação em relação às feitas pelos teóricos marxistas sobre essa classe social. Ao contrário do que pensavam estes últimos teóricos, para os *anarquistas*, os camponeses tinham totais condições para se *integrarem* à revolução social almejada, já que, como ratificaram Guzmán e Molina (2005, p.35):

1. O apoio mútuo constitui um elemento central da natureza das relações sociais existentes no interior das comunidades rurais;
2. A estrutura organizativa e material de sua organização econômica possui, certamente, um atraso que pode ser superado em formas de ação social coletiva de caráter revolucionário ao reter este a energia da natureza popular;
3. A condição subordinada a que se vê submetida sua forma de produzir, dentro de uma dinâmica de exploração crescente, os faz odiar os exploradores do trabalho;
4. Só determinados aspectos tradicionais, atuantes como preconceitos, lhes separam, realmente, dos comuns interesses dos trabalhadores urbanos, pelo que, rompidos tais preconceitos pela comunidade de interesses da classe trabalhadora é possível desatar a autêntica rebeldia natural existente na estrutura social do campesinato.

2.1.3 Marxismo ortodoxo

É irrefutável a grande influência exercida pelo pensamento de Karl Marx entre os intelectuais, partidos e organizações políticas, como também junto à sociedade como um todo a partir do século XIX, até os dias atuais. Em sua vasta obra, este tratou, sobretudo, de analisar os mecanismos pelos quais se desenvolvia o

capitalismo. Seus trabalhos são comumente citados como referência, entre aqueles que se opõem ao posicionamento teórico que entende o campesinato como potencialmente revolucionário ou reconhecem o caráter de *permanência* destes no interior do modo de produção capitalista. Este entendimento acerca do campesinato na obra de Marx parte de alguns estudos do autor como naquele realizado em *18 Brumário de Luiz Bonaparte*, no qual Marx se refere ao campesinato parcelar francês como “barbarismo da civilização”. Um outro elemento que é atribuído à Marx, em sua obra, como legado teórico acabado e definitivo trazido por este é o entendimento da agricultura enquanto um ramo da indústria (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 44/45).

Tais fundamentos têm embasado o discurso daqueles contrários ao posicionamento dos *populistas* e dos *anarquistas agrários*, pois indicam, de um lado, o posicionamento subalterno dos camponeses no processo revolucionário da Europa do século XIX e, por outro, o da agricultura, conseqüentemente o da *comuna*, a partir do desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo.

[...] Marx vai estabelecer que a acumulação de capital está centrada na anteposição existente entre trabalhadores, de um lado, e capitalista, de outro. Neste ordenamento social, o capital composto pela mais-valia, permite o acúmulo capitalista. Portanto, a base do modo de produção capitalista está na separação do produtor e dos meios de produção e não somente na produção de mercadorias em si. [...] Trata-se de uma teoria que privilegia a relação econômica e produção de mercadorias. Esta generalização não contempla especificidades do modo de produção capitalista como o campesinato. Marx estudou a questão agrária a partir do capitalismo inglês, revelando em sua obra pouca familiaridade com o problema do camponês, considerando-os “de fora” do capitalismo, falando como alguém que não dá muita atenção, até porque a sua atenção estava voltada para a compreensão das relações tipicamente capitalistas (FABRINI, 2003, p.28).

Com a morte de Marx, Engels se encarrega de reconstruir o seu pensamento, tentando elaborar uma teoria geral da evolução das sociedades, seguindo a necessidade histórica marcada pelos clássicos do pensamento social da época, mas, para Guzmán e Molina (2005, p.43), comete erros

[...] com respeito à existência de uma seqüência única, inexorável, compartimentada, de modos de produção, dando a falsa evidência de que Marx havia alcançado tal propósito em sua obra, quando, ao

contrário, [...] ele considerava que ainda não havia alcançado a maturidade de pensamento nem a evidência empírica suficiente para formulá-la (*sic*), como se depreende dos *Grundrisse* e do prefácio à *Contribuição*.

Assim, segundo Guzmán e Molina (2005, p.43), como resultado da obra de Marx, os teóricos do *marxismo ortodoxo* afirmam que este autor teria elaborado uma teoria geral dos modos de produção e formações socioeconômicas aplicável universalmente a todas as sociedades históricas. Deste modo, a dinâmica nas sociedades implica a mudança de um modo de produção para outro mediante determinadas leis do movimento econômico das sociedades. Essa passagem de um modo de produção para outro se realiza segundo períodos de transição, nos quais se produz um desajuste entre as formas de produzir e as maneiras de pensar e atuar. Portanto, por esta ótica, uma determinada estrutura socioeconômica se construirá sobre as bases das antigas formas de produzir, pensar e atuar do modo de produção anterior, em uma seqüência taxonômica única pelos períodos de transição até alcançar uma coerência entre a base material e a superestrutura política, ideológica e cultural, consolidando-se assim um novo modo de produção (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p.44). Guzmán e Molina (2005, p.44) evidenciam ainda que, por esta lógica, a

[...] mudança social na história se produz por meio de leis de transformação dos modos de produção irreconciliáveis entre si numa seqüência compartimentada de fases históricas, quer dizer, um processo unilinear.

Guzmán e Molina (2005, p.42), no entanto, a partir dos escritos de Marx no prefácio da *Contribuição à crítica da Economia Política*, defendem uma necessária relativização dos escritos de Marx sobre as transformações sucessivas de modos de produção, pois tais escritos passam a ser considerados pelos *marxistas ortodoxos* como uma verdade acabada e reconhecida. Segundo os autores, no entanto, esses “manuscritos” contidos na *Contribuição* não tinham sido feitos inicialmente para a publicação, mas para o esclarecimento das próprias idéias de Marx.

Guzmán e Molina (2005, p.40), atribuem ainda aos *marxistas ortodoxos* uma comum incompreensão por estes da obra *O Capital*, de Marx. Segundo os autores citados, essa incompreensão foi influenciada pela peculiar forma de escrever de

Marx, quando este relega elementos centrais de seu discurso a notas de rodapé ou a lugares periféricos de seu método expositivo. Tal incompreensão se explica também

[...] pela generalização a todo o mundo das apreciações que Marx havia obtido por uma evidência empírica européia, centrada no primeiro país industrializado, Inglaterra. Outro erro consiste no desconhecimento da metodologia utilizada por Marx na citada obra, todas as vezes que elevam a categoria de lei universal a seqüência de modos de produção (comunal, escravista, feudal e capitalista) utilizados por Marx tão-somente como modelos, ou cortes históricos, em seu processo de avaliação no interior de seu método de regressão histórica (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p.41).

Em consequência do desconhecimento acerca do *método regressivo*, utilizado por Marx, um outro aspecto incompreendido pelos teóricos marxistas ortodoxos, na obra *O Capital*, é o que se refere à consideração da agricultura enquanto um ramo industrial. Segundo Guzmán e Molina (2005, p.44), na referida obra, para analisar os elementos básicos da agricultura, Marx estabeleceu a *hipótese* de que a agricultura européia era um ramo da indústria. Por esta razão, não tratou de realizar uma análise específica para ela, a não ser em formações sociais pré-capitalistas. O entendimento de tal *hipótese*, levantada por Marx, como verdadeira fica claro nas palavras de Kautsky, onde, segundo ele,

[...] sem dúvida alguma – e o admitimos como provocado – a agricultura não se desenvolve segundo o mesmo processo da indústria. Ela segue leis próprias. Mas isto absolutamente não quer dizer que a evolução da agricultura se coloque em oposição à da indústria e que ambas sejam inconciliáveis. Ao contrário, julgamo-nos com elementos para demonstrar que ambas tendem para o mesmo fim, uma vez que não as isolem uma da outra, e as consideremos como partes de um mesmo progresso de conjunto (KAUTSKY, 1980, p.28).

Baseados em afirmações como a referida, Guzmán e Molina (2005, p.45) ratificam que,

O marxismo ortodoxo considera que, de fato, a agricultura no modo de produção capitalista tem que atuar como um ramo da indústria, já que o desenvolvimento das forças produtivas havia permitido ao homem dominar a natureza para extrair dela acesso aos meios de vida. Ignora, portanto, que no “método regressivo” pelo qual Marx investiga

a realidade, a agricultura industrializada é uma ferramenta heurística para esclarecer os mecanismos de evolução do manejo dos recursos naturais até a agricultura industrializada. Presumia, pois, que *O Capital* possuía um vazio teórico que havia de preencher.

Esse “vazio teórico” presente em *O Capital*, seria solucionado, na ótica dos marxistas ortodoxos, a partir do próprio Karl Kautsky e de Vladimir Lênin, com as obras “*A questão agrária*” e “*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*”, respectivamente, onde estes passariam a analisar a passagem da agricultura feudal para a capitalista, tomando como base empírica a Alemanha, no caso do primeiro autor e a Rússia no segundo caso (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p.45).

2.2. Os caminhos para a *modernidade*: As interpretações clássicas e as recentes sobre a *destruição/permanência* do campesinato no capitalismo

2.2.1 Kautsky e Lênin: O capitalismo e a *destruição* do campesinato na teoria clássica

A obra “*A questão agrária*”, de Karl Kautsky foi elaborada no ano de 1899, tendo por objetivo aplicar à leitura da agricultura alemã a teoria marxista do sistema de produção capitalista e, portanto, mostrar que a essência da vida agrária consistia em produzir duas classes sociais antagônicas – proletariado e burguesia (ALMEIDA, 2003, p.77). Os debates ocorridos no Partido Social-Democrata Alemão, no final do século XIX, sobre a agricultura capitalista, contribuíram bastante para a elaboração desse livro (FABRINI, 2003, p.21). O eixo principal da obra de Kautsky

[...] refere-se à questão da superioridade da grande exploração em relação à pequena exploração territorial por ver, na primeira, a melhor possibilidade de aliança indústria/agricultura. Seus argumentos têm, no processo de superação do sistema feudal, os elementos explicativos da necessidade constante de evolução da indústria e de seus reflexos sobre a agricultura. Para ele, o desenvolvimento do capitalismo na cidade desestruturou a vida camponesa; a procura de dinheiro levou o camponês a produzir o que a indústria não produzia, passando a se relacionar com o mercado e deixando de produzir apenas para seu lar, rompendo assim a comunidade de iguais. Como as exigências da indústria não se esgotam uma vez deflagradas, ela, na concepção do autor, é a única capaz de criar as condições técnicas e científicas para o surgimento da agricultura racional que tem por base a grande exploração (ALMEIDA, 2003, p.77/78).

Sua obra foi elaborada em um contexto de debates e divergências, sobretudo entre a sua corrente de pensamento, o *marxismo ortodoxo*, em oposição à dos *populistas*. Em meio a este debate, eram expostos dados estatísticos no objetivo de demonstrar o crescimento das pequenas unidades de exploração naquele momento específico de avanço do modo capitalista de produção. Tais dados passam a ser refutados por Kautsky, quando o autor explica esse fenômeno de crescimento das pequenas explorações agrícolas a partir da

[...] auto-exploração ou, nas suas palavras, subconsumo, em que o pequeno lavrador acaba se debilitando fisicamente para resistir economicamente. Diante dessa constatação, isto é, da existência de formas tão bárbaras de sobrevivência, Kautsky chama atenção para o cuidado que se deve ter com os números estatísticos, pois eles podem ocultar uma situação social que em nada engrandece a luta da pequena exploração empobrecida contra o grande capital (ALMEIDA, 2003, p.78).

Ainda sobre o aumento numérico das pequenas explorações, Kautsky afirma que os seus proprietários

[...] aparecem no mercado como proletários, como vendedores da força do trabalho. A sua propriedade fundiária já não tem importância para o mercado. Eles apenas produzem para o lar. Esses pequenos cultivadores têm no mercado, como vendedores da força de trabalho, os mesmos interesses essenciais, do proletariado industrial, do qual não diverge por causa da sua propriedade. Esta os torna mais ou menos independentes dos comerciantes de gêneros alimentícios, mas não os protege contra a exploração dos empresários capitalistas, industriais ou agrícolas (KAUTSKY, 1980, p.198).

A intensificação da exploração do capital nas pequenas propriedades, mediante o avanço do capitalismo através das relações de produção especificamente capitalistas, acabaria por levar o campesinato inevitavelmente ao seu desaparecimento, através da sua esperada transformação em proletariado, em trabalhador industrial.

O pensamento de Lênin vai convergir, em vários aspectos, com a análise feita por Kautsky acerca do campesinato e da questão agrária, apesar do fato de que Lênin até o momento da impressão de “*O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*” não tivera acesso à obra de Kautsky. O livro “*A questão agrária*”, só chega

às mãos de Lênin depois que boa parte do seu livro já estava impressa. Por esta razão este escreveu uma nota no prefácio da primeira edição da sua obra lamentando-se por não ter adquirido o livro de Kautsky antes⁴. Lênin chega a afirmar no prefácio da primeira edição do seu livro que a obra de Kautsky, constituía-se, depois do Livro Terceiro de *O Capital*, “o acontecimento mais notável na literatura econômica moderna” (LÊNIN, 1982, p.6).

Em suas primeiras obras, Lênin era ainda, em muitos aspectos, um kaustkiano, mas com ênfase claramente diferente. Para ele, eram a dinâmica intercamponesa de “aprofundamento” das relações mercantis, a divisão do trabalho e a diferenciação de classe que constituíam o ponto central da transformação capitalista. A ênfase passa da produção para as relações mercantis (SHANIN, 1980, p. 55/56 *apud* ALMEIDA, 2003, p.72).

Diferentemente de Kautsky, que observou o processo de proletarização dos camponeses e a sua conseqüente desintegração na Alemanha, Lênin toma a Rússia como referência empírica, mas elabora a sua teoria em um contexto geral, não apenas aplicando-a àquele país (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p.51).

A perspectiva teórica utilizada por estes autores acaba os levando a crer que o avanço do capitalismo no campo se daria mediante o uso generalizado de relações *especificamente capitalistas* de produção no campo, o que geraria um processo de *diferenciação interna* no campesinato, dando origem a duas classes sociais distintas: os pequenos capitalistas (camponeses ricos), e os que se proletarizariam (camponeses pobres). Esse processo, portanto, culminaria com a *destruição do campesinato* através de dois caminhos: ou o camponês transforma-se em *capitalista* ou em *assalariado*.

Para Engels (1981, p.74), o processo de desintegração do campesinato, apontado por Kautsky e Lênin, torna-se de fundamental importância para a transformação dos camponeses em *sujeitos políticos*, ou seja, na ótica deste autor, o campesinato deveria

[...] transformar-se num operário agrícola forjado no processo de coletivização de terras, para, assim, contribuir na revolução e na construção do socialismo. A contribuição dos camponeses para a

⁴ Lênin afirma: “Lamentamos profundamente a impossibilidade de utilizar no presente trabalho a magnífica análise do desenvolvimento da agricultura na sociedade capitalista” oferecida por K. Kautsky em seu livro *Die Agrarfrage (A questão agrária)* (LÊNIN, 1982, p.6).

construção do socialismo era deixar de existir, pois havia forte antagonismo entre o socialismo e existência do campesinato (FABRINI, 2003, p. 36).

O processo que culminaria com a desintegração do campesinato, defendido pelos *marxistas ortodoxos*, é explicado por Oliveira (1990, p.4), onde, segundo o autor:

O camponês, ao produzir cada vez mais para o mercado, tornar-se-ia vítima ou fruto desse processo, pois ficaria sujeito às crises decorrentes das elevadas taxas de juros (para poder ter acesso à mecanização, por exemplo) e aos baixos preços que os produtos agrícolas alcançam no momento das colheitas fartas. Assim, muitas vezes a grande produção pode ser sinônimo de falência, em função da queda dos preços no mercado. No ponto de chegada desse processo de integração do camponês ao mercado capitalista ter-se-ia a configuração de duas classes sociais distintas: os camponeses ricos, e os camponeses pobres, que se tornariam trabalhadores assalariados, proletarizar-se-iam portanto.

2.2.2 O Novo Mundo Rural e a transformação do camponês em agricultor familiar: as novas interpretações sobre a destruição do campesinato

A partir da segunda metade do século XX, o capitalismo se faz cada vez mais desenvolvido, em praticamente todos os países do mundo, com participação determinante do capital internacional no bojo do processo de globalização. Com o neoliberalismo, as transformações ocorridas no campo passam a ser analisadas, culminando com a formulação de *novas* teorias, algumas delas tendo grandes influências das correntes de pensamento que emergiram, sobretudo, ao longo do século XIX, na Europa. Nesta fase atual, ao mesmo tempo em que aparecem as *novas* teorias, surgem também *novas* discordâncias entre os intelectuais que discutem o tema da questão agrária e do campesinato.

Uma grande polêmica existente atualmente no interior das discussões sobre a questão agrária reside na afirmação feita por alguns intelectuais – e da aceitação desta em textos acadêmicos, documentos governamentais e não governamentais – de que as transformações recentes ocorridas no campo a partir do avanço do capitalismo têm implicado na constituição de um *Novo Mundo Rural*.

Neste *Novo Mundo Rural*, a agricultura estaria sendo substituída de forma preponderante por novas atividades em crescimento nas áreas rurais, como a agricultura em tempo parcial ou mesmo os empregos tipicamente urbanos. José Graziano da Silva (1997) é um dos principais representantes desta corrente. Este autor toma como exemplo inicial os países desenvolvidos para defender a sua tese, segundo a qual, no

[...] mundo rural dos países desenvolvidos esse novo paradigma “pós industrial” tem um ator social já consolidado: o part-time farmer que podemos traduzir por agricultores em tempo parcial. A sua característica fundamental é que ele não é mais somente um agricultor ou um pecuarista: ele combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vem se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços sociais. Em resumo, o part-time não é mais um fazendeiro especializado, mas um trabalhador autônomo que combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não). Essa é a sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não agrícolas (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.4).

O “fenômeno” do *part-time farmer* apontado por Graziano da Silva, pode ser percebido, segundo ele, também nos países subdesenvolvidos, embora de forma menos significativa. O autor afirma que este se difere daquilo que os clássicos marxistas entendiam como processo de proletarianização dos camponeses na medida em que,

[...] a novidade [...] é a combinação de atividades não-agrícolas fora do seu estabelecimento, o que não ocorria anteriormente. E mais: os clássicos consideravam que a existência de membros da família camponesa trabalhando fora de sua unidade produtiva era um indicador do processo de proletarianização e, conseqüentemente, de degradação familiar, empobrecimento e piora (*sic*) das condições de sua reprodução social (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.4).

Diferentemente dos teóricos clássicos, Graziano da Silva passa a compreender o processo de participação dos camponeses nas atividades não-agrícolas como sendo algo favorável para a família camponesa, pois, segundo ele,

O fundamental é que as pessoas ocupadas em atividades agrícolas e residentes no meio rural têm hoje uma alternativa, que parece se desenhar como cada vez mais importante a partir dos anos 80, para aumentarem a sua renda sem terem de se mudar para a cidade: mudar de ramo de atividade (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p.15).

Por este caminho, o autor interpreta que os camponeses tendem a desaparecer nessa mudança de “profissão”. Para ele, a transformação do camponês em um “prestador de serviços” se dá por uma *opção* por melhores condições de vida, através da incorporação de atividades tipicamente urbanas no meio rural. No entanto, entendemos que tal discurso é extremamente *lacunoso* e *ideológico*, na medida em que “mascara” o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo no campo e legitima a inoperância do Estado no que se refere às políticas públicas ligadas à pequena produção agrícola.

Um outro aspecto presente na concepção de *novo* no rural brasileiro em Graziano da Silva é o profundo processo de modernização da agricultura patronal e de parcelas da agricultura de base familiar, que por seu grau de tecnificação e integração em circuitos financeiros e informacionais também não poderiam ser classificados como rurais. Por este sentido, no campo brasileiro estaria em curso um duplo processo de urbanização: uma expansão da lógica de produção tipicamente urbana para os setores modernizados da agricultura e a expansão de atividades tipicamente urbanas para as áreas onde a agricultura modernizada não se implantou (ALENTEJANO, 2000, p.101). Sobre esse posicionamento, Alentejano (2000, p.101) ao discordar, considera que tal idéia é bastante problemática,

[...] uma vez que elimina a possibilidade de se pensar estratégias de desenvolvimento alternativas dentro da agricultura e reifica um modelo que, a rigor, também nada tem de inovador, isto é, o modelo mecânico-químico de modernização da agricultura à *la* revolução verde seria o modelo único capaz de viabilizar a agricultura.

Alentejano (200, p.101) considera tal “modelo” um equívoco, na medida em que tem mostrado perversos resultados sociais e ambientais, como também econômicos. O autor destaca ainda que, sob tal contexto, os índices de produtividade têm se mostrado decrescente e os custos, ao contrário, crescentes, sem contar a dependência de financiamentos cada vez mais elevada, tornando

assim o camponês cada vez mais vulnerável, seja às grandes indústrias fornecedoras de insumos e sementes, seja aos bancos, ou aos intermediários.

O pensamento sobre o *rural* construído por Graziano da Silva, tem adquirido a aceitação de alguns intelectuais, entre estes, José Eli da Veiga e Ricardo Abromovay. Apesar de existirem divergências entre os autores citados quanto aos caminhos que o Brasil deveria seguir para o seu desenvolvimento rural, eles partem de uma mesma matriz teórica (OLIVEIRA, A.M., 2005, p.65).

Para esses autores, no Brasil, a reforma agrária deveria ser voltada para o fortalecimento da agricultura familiar, representada por uma população cada vez mais envolvida com novas atividades econômicas, a exemplo de indústrias, turismo, lazer, comércio, artesanato, serviços profissionais especializados, habitação e etc. (OLIVEIRA, A.M., 2005, p.65).

Os *agricultores familiares* seriam, pois, fortalecidos a partir da conseqüente desintegração dos camponeses enquanto sujeitos sociais. Esses *agricultores familiares*, ao contrário dos antigos camponeses, são bem integrados ao mercado e respondem de forma eficiente às políticas governamentais neste novo contexto do capitalismo.

Este posicionamento teórico-conceitual elaborado, prioritariamente, pelos três autores acima destacados, tem influenciado de forma bastante significativa os programas elaborados pelo Estado no que concerne à reforma agrária no Brasil. Isto se tornou atestado com a publicação realizada pelo Governo Federal, em março de 1999, de um documento intitulado *Agricultura familiar, reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural* (ALENTEJANO, 2000, p. 88). Neste documento estão contidos os fundamentos teóricos que passaram a embasar a nova proposta de política agrária que passou a ser implantada a partir do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que acaba se estendendo até todo o primeiro mandato do governo Lula e que continua influenciando as políticas agrárias deste presidente no seu segundo mandato.

A *viabilidade econômica* dos assentamentos rurais e a forma produtivista de entender a agricultura tornam-se delineadores dos projetos para o campo e os assentamentos rurais no Brasil. Os camponeses devem se transformar em *empreendedores* para que se insiram de forma *competitiva* no mercado capitalista. Neste novo contexto, o termo *camponês* é considerado ultrapassado para definir

esses “novos” sujeitos sociais. Por este motivo a denominação *agricultor familiar* passa a ser propagada de forma ampla pelos vários setores da sociedade.

O entendimento do camponês como um sujeito que deve ser substituído e modelado para a sua transformação em uma nova figura, que é o *agricultor familiar*, pode ser notado de forma clara no esquema abaixo formulado pelo MDA (Figura 1).

Figura 1 – Fases de implantação dos assentamentos rurais.



Fonte: (FERNANDES, 2002, p.4).

Disponível em: www.incra.gov.br/reforma/recordes1.htm
(acesso em jan./2006).

Tal esquema tem por objetivo expor as três etapas sucessivas existentes no processo de implantação dos assentamentos rurais de reforma agrária. A primeira etapa é a *entrada* no assentamento, onde o camponês sem-terra aguarda de dez meses a um ano para a imissão de posse. Na segunda fase, no segundo ano de permanência no assentamento, ocorre a criação do projeto de assentamento (PA), onde o camponês torna-se um *assentado*, passando a ter a possibilidade de acesso a créditos e assistência técnica. Após esta etapa, segundo o esquema, chega-se ao terceiro ano desde o início do processo, quando o assentado passa a ter acesso ao PRONAF linha “A”, consolidando-se no assentamento e tornando-se, enfim, um *agricultor familiar*.

Por esta interpretação, o beneficiário de reforma agrária é tomado, pois, como culturalmente desqualificado, e sua ressocialização é proposta segundo os parâmetros da sociedade de mercado referentes à produção e à organização social e política (MARQUES, 2004, p.259). Tal perspectiva *evolucionista* ligada à

transformação do camponês em *agricultor familiar*, está contida em Lamarche (1993, p.13-33), onde os graus de evolução, segundo o autor, estariam determinados pelos *níveis de integração* dos produtores ao mercado. Deste modo, Lamarche explica a eliminação dos camponeses, na lógica da *diferenciação* e da *desintegração* do campesinato, desintegração esta já defendida em outras bases teóricas por Lênin (1985) e Kautsky (1986) (FERNANDES, 2002, p.3/4). Assim, pois, os teóricos defensores categoria *agricultura familiar* encarregaram-se de (re)atualizar a teoria da *destruição do campesinato*, elaborada há mais de um século pelos *marxistas ortodoxos*, dando conta de incorporá-la ao discurso oficial do governo brasileiro, fazendo com que estas sirvam de base para a elaboração e implantação das suas políticas voltadas para o campo.

Essas formas de interpretação do campesinato o entendem como classe social de *fora* do capitalismo, logo estando destinada ao desaparecimento na medida em que houvesse uma generalização das relações *especificamente capitalistas* no campo, não havendo perspectivas para a sua manutenção. Nessa configuração, os teóricos da *agricultura familiar* associam a imagem do camponês ao velho, arcaico e atrasado, enquanto o *agricultor familiar* representa o novo, o moderno e o avançado (FERNANDES, 2002, p.5). As implicações originadas dessa interpretação são sérias para os movimentos sociais camponeses, pois estes conquistaram com muita luta uma identidade de *classe social* ativa nas discussões relativas às decisões políticas para o campo brasileiro, e passaram a ser vistos novamente como sinônimo de atraso e barbárie.

Para além das correntes de pensamento que propagam a destruição do campesinato a partir da generalização das relações especificamente capitalistas de produção, existe, entretanto, uma outra forma de interpretar o avanço do capitalismo no campo, compreendendo a existência do campesinato no seu interior enquanto resultado do processo de desenvolvimento contraditório do próprio capitalismo. Estando entre aqueles que compartilham desta interpretação, Oliveira (1990, p.12) afirma que a terra sob o capitalismo tem que ser entendida como renda capitalizada e que o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da *sujeição da renda da terra ao capital*. Nestes casos, a pequena produção camponesa é entendida como uma atividade “sustentada” pelo capital e o objetivo desse processo é a exploração da renda da terra. A manutenção dessa situação decorre do papel desempenhado pelo Estado, pelo capital bancário e pelos

monopólios de comercialização dos produtos de origem camponesa. O campesinato, portanto, não estaria fadado ao desaparecimento mediante o avanço e desenvolvimento do capitalismo no campo. Isto porque o capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não capitalista do capital. Nesse sentido, a produção do capital e o seu contraditório processo de desenvolvimento, nunca decorre de relações especificamente capitalistas de produção, fundadas, pois, no trabalho assalariado e no capital (OLIVEIRA, 1990, p.12). É nesse contexto que, diferentemente do que acreditavam os teóricos clássicos e alguns dos adeptos da categoria *agricultura familiar*⁵, a destruição do campesinato não se realizou como foi prevista, isto porque sua (re)criação ocorre na *produção capitalista de relações não-capitalistas de produção* e também por meio da luta pela terra e pela reforma agrária (FERNANDES, 2002, p.4).

2.2.3. Os elementos da agricultura camponesa: quem é o camponês afinal?

Um aspecto importante que se coloca a respeito do campesinato é a sua diferença em relação às classes sociais urbanas, mais fortemente ligadas ao processo produtivo capitalista-industrial. Neste sentido, uma série de peculiaridades caracteriza os camponeses em decorrência do seu *modo de viver* distinto daqueles que são mediados diretamente pela lógica capitalista. Baseado na discussão realizada por Tavares dos Santos⁶, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001, p.55-65) discorre sobre o campesinato apontando alguns elementos⁷ que o caracterizariam, estando entre estes: o uso da força de *trabalho da família*; a *parceria*; a presença do *trabalho acessório*; a força de trabalho *assalariada* na unidade camponesa; a *socialização* do camponês; a *propriedade da terra* e dos *meios de produção* e, por fim, a sua *jornada de trabalho* específica.

Tratado como um primeiro elemento da agricultura camponesa, a *força de trabalho familiar* é a base de todo o processo produtivo camponês. Neste caso, a relação de trabalho se difere daquela capitalista na medida em que aqui é a família

⁵Além daqueles já citados, podemos destacar ainda como teóricos defensores desta categoria, Hespanhol (2000) e Lamarche (1993).

⁶ SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do Vinho. São Paulo: Hucitec, 1978. p.25.

⁷ A análise realizada por Tavares dos Santos (1978) é uma adaptação das propostas de Chayanov à realidade brasileira.

que exerce o trabalho para a produção dos alimentos na unidade camponesa através dos seus próprios instrumentos de trabalho. De acordo com Chayanov (1981, p.137),

Na exploração agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens.

No entanto, o uso da *força de trabalho familiar* como meio fundamental à produção dos bens não impede que, na unidade camponesa se realize outros tipos de relações de trabalho. Sendo assim, de acordo com Oliveira (2001 p.56), a partir do uso do *trabalho familiar*,

[...] a família abre a possibilidade de combinação muitas vezes articulada de outras relações de trabalho no seio da unidade camponesa. É assim que o *trabalho assalariado*, *ajuda mútua* e *parceria* aparecem como relações que garantem a complexidade de relações na produção camponesa. Porém essa complexidade de relações estabelecidas é primeiro e fundamentalmente, articulada a partir da família, a partir da hegemonia que o trabalho familiar exerce nessa unidade de produção e consumo.

O uso de outras relações de trabalho além daquela familiar, resulta da necessidade de mão-de-obra na unidade camponesa em determinados períodos do processo produtivo, sendo muito comum, nesses casos, o uso do *mutirão* ou da troca de dias de trabalho entre camponeses, sobretudo nos momentos em que o rendimento monetário familiar não permite ao camponês pagar trabalhadores (OLIVEIRA, 2001, p.56).

Um outro importante elemento que caracteriza a produção camponesa é o uso da *parceria*. Nesse tipo de relação de trabalho, o camponês contrata um *parceiro* e com o mesmo divide custos e ganhos no processo de produção dos bens (OLIVEIRA, 2001, p.56). Além da *parceria*, é válido destacar que o *trabalho acessório* é tido também como mais um elemento presente na agricultura camponesa. Através deste, em determinados períodos, o camponês pode transformar-se em *trabalhador assalariado* recebendo diárias pelo trabalho por ele realizado. Segundo Oliveira (2001, p.57), essa transformação periódica constitui-se em fonte de renda monetária que suplementa o rendimento com as culturas nas

propriedades dos camponeses. Neste sentido, Tavares dos Santos (1978) *apud* Oliveira (2001, p.59) lembra que na relação de assalariamento que periodicamente ocorre entre os camponeses não ocorre a sujeição da mão de obra a um “patrão”, na medida em que o camponês que pratica o *trabalho acessório* não é um trabalhador expropriado e a sua mão-de-obra, caso não ocorresse o trabalho acessório, ficaria ociosa.

Na produção de bens do interior da unidade camponesa, por vezes, exige-se uma maior quantidade de trabalho, acima inclusive da capacidade da família. A partir deste momento ao camponês resta o uso da *força de trabalho assalariada*⁸ na produção, sendo este mais um elemento componente da agricultura camponesa. Apesar do uso do *assalariamento* no processo produtivo, tal relação não se efetiva enquanto *capitalista*, pois, como afirmou Tavares dos Santos (1978, p. 43/44) *apud* Oliveira (2001, p.59):

Da parte do camponês que utiliza trabalho assalariado, a finalidade de sua produção é vender um produto para comprar outros que satisfaçam as necessidades de sua família. Em consequência, a soma de dinheiro que obtém com a venda de seu produto não se capitaliza, pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas se destina ao consumo individual da família camponesa.

A *socialização camponesa* é considerada por Tavares dos Santos (1978, p. 44/45) como mais um elemento da produção familiar camponesa. Tendo a mão-de-obra familiar uma importância fundamental para a produção dos bens no interior da unidade camponesa, a *socialização camponesa* consiste na integração das crianças ao processo produtivo, onde a elas são destinadas funções de trabalho específicas na unidade de produção. A este respeito, Tavares dos Santos (1978) *apud* Oliveira (2001, p.60) aponta a existência de dois tipos de socialização, a saber: a *primária*, onde o indivíduo se converte efetivamente em membro da sociedade e a *secundária*, através da qual o indivíduo adquire o conhecimento específico de papéis determinados a ele pela divisão social do trabalho. Shanin (1976, p.18), indica ainda a existência de uma *divisão sexual do trabalho* na unidade camponesa. Segundo ele,

⁸ É válido lembrar que o uso da *força de trabalho assalariada* por parte do camponês, ocorre tão somente naqueles momentos em que o mesmo dispõe de dinheiro o suficiente para assalariar. Quando este recurso não existe, resta ao camponês recorrer a outras relações, quais sejam: *ajuda mútua, parceria, mutirão*, etc.

La división básica del trabajo en la explotación campesina está estrechamente relacionada con la estructura familiar y se ajusta a las líneas del sexo y la edad. Las funciones están rígidamente asignadas, con presiones poderosas que operan contra el cruce de las líneas divisorias. Reflejando una vez más la unidad esencial de la estructura social y económica, el principal supervisor y amo formal de la hacienda es, en general, el padre de la familia, que tiene amplios derechos sobre sus miembros; pero que, sin embargo, están restringidos, por obligaciones, hacia ellos, definidas tradicionalmente, es decir, una relación considerablemente «patriarcal».

A *propriedade da terra* é considerada mais um elemento a ser destacado na caracterização dos componentes da agricultura camponesa. No entanto, é preciso que se apontem as diferenças entre a propriedade camponesa da terra e a propriedade capitalista. Tal diferenciação foi feita por Martins (1980, p.59), quando este afirma que a propriedade capitalista

[...] é uma das variantes da propriedade privada que dela [da propriedade camponesa] se distingue porque é propriedade que tem por função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho; é fundamentalmente instrumento de exploração.

Por outro lado, a propriedade familiar não tem por fundamento a exploração do trabalho alheio. Trata-se aqui da propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador (OLIVEIRA, 2001, p.61). Martins (1980, p. 59), discorrendo sobre a propriedade familiar afirma que

[...] seus resultados sociais são completamente distintos, porque neste caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebe lucro. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho.

Somada à *propriedade da terra*, Oliveira (2001, p. 63) lembra para a existência na agricultura camponesa da *propriedade dos meios de produção*, enquanto mais um elemento a ser destacado. Segundo este autor, esses meios de

produção podem ser adquiridos, se configurando, deste modo, como *mercadorias* ou, por outro lado, ser produzidos pelos próprios camponeses, não sendo, neste caso, *mercadorias*. Wolf (1976, p. 19) afirma a existência na unidade camponesa de um *fundo de manutenção* a ser destinado, sobretudo, para a restauração de parte dos *meios de produção*. Para o autor:

Esse montante não pode ser considerado como excedente, uma vez que se destinava à manutenção dos instrumentos de produção. [...] É importante que pensemos nesse fundo de manutenção em termos não apenas técnicos, mas também culturais. Os instrumentos e técnicas que constituem uma tecnologia específica são resultantes de um prolongado processo de acumulação cultural que vem do passado.

Por outro lado, Oliveira (2001, p.63) nos alerta que é no momento da aquisição dos *meios de produção* que o camponês trava a relação com o capital, pois, é por esse processo que parte da renda vai ser drenada para o setor bancário e industrial, pois os empréstimos financeiros fazem parte da dinâmica de reposição desses meios de produção.

Na produção agrícola do tipo camponesa um outro elemento que se destaca é aquele que se refere à *jornada de trabalho*. De maneira diversa ao trabalho capitalista, a *jornada de trabalho* do camponês envolve momentos de “ociosidade” nos quais é possível a prática por parte do camponês do *trabalho acessório*. Existem também, por outro lado, momentos de maior intensificação na jornada de trabalho, quando o trabalho se expande, por exemplo, até a noite, como no caso dos trabalhos ligados à preparação da terra para o plantio (OLIVEIRA, 2001, p.64). A família camponesa é essencialmente autônoma acerca do uso da sua força de trabalho, cabendo a ela a tarefa de definir os momentos de maior e menor intensificação do trabalho, embora exista a interferência de vários aspectos externos, como o período adequado de preparação do solo ou o momento da colheita. Neste sentido, segundo Chayanov (1981, p.139),

[...] o grau de auto-exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho.

[...] Enquanto não se atingir o equilíbrio entre os dois elementos que estão sendo avaliados, [...] a família que trabalha sem utilizar trabalho pago tem todo tipo de motivos para prosseguir em sua atividade econômica. Quando atinge este ponto de equilíbrio, porém, não terá interesse em continuar trabalhando, já que todo dispêndio

adicional de trabalho torna-se mais difícil de suportar, pelo camponês ou artesão, do que a renúncia dos seus efeitos econômicos.

Deste modo, este ponto de equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a penosidade do trabalho familiar camponês é alcançado, de um lado, pelas condições específicas reais de produção da unidade, sua situação de mercado, e pela localização da unidade em relação aos mercados; e de outro, pelo tamanho e composição da família e a premência de suas necessidades que determinam a avaliação do consumo. Assim, todo acréscimo de produtividade do trabalho tem como consequência a obtenção da mesma quantidade de produtos com menos trabalho (CHAYANOV, 1981, p.138).

2.2.4. O conceito de *camponês* e as ligas camponesas: a conquista do *lugar social* do campesinato brasileiro

A luta pela *terra de trabalho* levou os camponeses brasileiros ao enfrentamento com o capitalismo pela mudança de quase 500 anos de uma estrutura agrária concentradora e excludente. Deste modo, uma *identidade de classe* passou a ser construída por camponeses de todo o Brasil, onde a contestação da ordem econômica vigente e o *conflito de classes* antagônicas assumiram também importante papel.

O início da espacialização da luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil travada pelos camponeses se deu nas décadas de 1950 e 1960 quando o campesinato iniciou um processo de organização que se efetivou em decorrência da ampliação das bases políticas do Partido Comunista Brasileiro no campo em busca da realização da revolução no Brasil. Cezar Benevides (1985, p.72) retrata esse processo afirmando que:

Imaginavam as lideranças do PCB fazer uma aliança operário-camponesa para concretizar a “revolução brasileira”, formando, no campo, base política capaz de neutralizar o poder dos currais eleitorais sob o domínio das oligarquias tradicionais. Fomentando associações civis, possibilitavam a organização e mobilização do campesinato sustentadas pela viga mestra do Código Civil.

Desse modo, os conceitos de *camponês* e *campesinato* são trazidos ao Brasil via importação política e passam a ser utilizados para definir esses sujeitos sociais contestatórios que lutaram nas décadas de 1950 e 1960 em vários pontos do país (MARTINS, 1981, p.21).

Antes do aparecimento das Ligas Camponesas, várias eram as denominações empregadas buscando caracterizar esses sujeitos no Brasil, tendo em geral, sentido ofensivo. Dependendo da região do país, além do termo usado, poderia variar também o sentido empregado para a denominação dada ao homem do campo.

Famoso tornou-se o *caipira*, palavra provavelmente de origem indígena, usada para designar o camponês das regiões de São Paulo, Minas Gerais, de Goiás, do Paraná, do Mato Grosso do Sul. No litoral paulista, esse mesmo trabalhador é denominado *caçara*. No Nordeste do país, chamam-no de *tabaréu*. Noutras partes é conhecido como *caboclo*, palavra muito difundida que quer dizer diferentes coisas em diferentes épocas e em diferentes lugares: em São Paulo do século XVII era designação depreciativa pela qual se nomeavam os mestiços de índios e brancos; no Norte e no Centro-Oeste do país é empregada para distinguir o pagão do cristão, sendo nome que se dá ao índio, mesmo em contato com o branco (MARTINS, 1981, p. 22).

Segundo Martins, na medida em que essa classe social passou a integrar-se ao debate político nacional, através do crescimento das lutas camponesas, esses termos foram entrando continuamente em desuso. A partir da década de 1950/60 então, no Brasil, *camponês* passou a indicar o seu novo nome, mas também o seu *lugar social*, um destino histórico (MARTINS, 1981, p.21/22).

No estado da Paraíba, nessa mesma época, o termo “*camponês*” identificava os associados das ligas (ANDRADE, 1964. p.247). A designação de “*camponês*” empregada para definir os associados das ligas deixa clara uma aparente diferenciação entre os associados das *ligas camponesas* e os demais trabalhadores do campo, no sentido em que os camponeses, naquele momento, eram considerados sujeitos detentores de maior *consciência política* e *de classe* em relação aos outros trabalhadores do campo, os não associados das ligas. Esse termo, portanto, não pode ser entendido como meramente designativo. O seu uso permeia o contexto de inclusão de uma classe social no cenário político nacional. Isso se deu a partir do momento em que as ligas camponesas tornaram-se um *movimento político*, quando os seus objetivos estratégicos centralizaram-se na

reforma agrária (BENEVIDES, 1985, p.62). Ao lutar pelo acesso à terra, o campesinato passou a colocar em questão a lógica da propriedade privada e corroborar um ambiente de *luta de classes* no Brasil, assumindo uma posição contrária ao capitalismo.

Como analisamos anteriormente, a conotação política presente no termo “camponês” no Brasil é considerável. Podemos ainda afirmar que o sentido político desse termo decorre, sobretudo, da luta entre classes sociais distintas que ficou mais evidenciada a partir das décadas de 1950 e 1960. Antes desse contexto de luta dos camponeses, os *grandes proprietários* de terras também possuíam designações diferenciadas dependendo da região e da atividade. Segundo Martins (1981, p.22), no Sul, esses proprietários eram chamados *estancieiros*; em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Paraná, eram *fazendeiros*; no Nordeste eram os *senhores de engenho*; no Norte, *seringalistas*. Mas eles também tiveram sua designação modificada a partir do mesmo debate que alcançou os camponeses, passando a ser designados como *latifundiários* (MARTINS, 1981.p.22). A identidade política presente no termo “camponês”, portanto, está intrinsecamente ligada à sua oposição à dominação do *latifundiário*, que historicamente o explora.

CAPÍTULO 3 – Território e relações de poder: o avanço do capitalismo no campo brasileiro e a resistência do campesinato por meio das feiras agroecológicas

3.1 A Renda da terra e a contradição propriedade fundiária/capital

Autores como Abromovay (1992), apontam nas obras de Karl Marx a ausência de uma *questão agrária* em razão, segundo eles, da impossibilidade de definição da natureza e origem dos rendimentos dos camponeses e, conseqüentemente, da dificuldade de definição da classe a qual pertencem (FABRINI, 2003, p.22). Segundo Fabrini, o critério tomado por base para a análise de Abromovay acerca da ausência de uma *questão agrária* em Marx é fundamentalmente econômico, ou seja, tem como referência a *produção de mercadorias*, onde o mercado se constitui como elemento de mediação e compreensão das relações sociais. No entanto, Fabrini é contundente ao afirmar que

[...] a existência de uma questão agrária na obra marxista é verificada por meio da renda da terra, ou seja, do “mecanismo” que confere o caráter capitalista ao campo. A partir da discussão da renda da terra e da presença do campesinato enquanto uma especificidade intrínseca das relações capitalistas [é] que se pode reconhecer uma questão agrária na obra marxista (FABRINI, 2003, p.22).

Para Fabrini (2003, p.23), a *renda da terra* foi compreendida por Marx como sendo um *equivalente de mercadoria* no interior das relações capitalistas e se constitui num componente específico da mais-valia. É excedente sobre o lucro e se realiza em condições diferentes da extração do trabalho excedente realizado na indústria, por exemplo. Deste modo a transformação da terra em *equivalente de*

mercadoria ocorre por meio da renda da terra que se realiza na *circulação* da produção.

Martins (1981, p.159-165) analisa a renda da terra⁹ enquanto uma contradição existente entre a *terra* e o *capital*. O autor inicia a sua análise lembrando que a terra não deve ser entendida como capital, pois, segundo ele,

O capital é o trabalho acumulado pelo capitalista, sob a forma de meios de produção (instrumentos e objetos de trabalho), não obstante produzidos pelo trabalho e não pelo próprio capital, que servem como meios de produção para que o capitalista gaste a outra parte do seu capital pagando salários aos trabalhadores que farão com que o capital cresça ainda mais (MARTINS, 1981, p.159).

Deste modo, Martins (1981, p.159) afirma que o capital é produto do trabalho assalariado e que a terra, por outro lado, não é produto nem do trabalho assalariado, nem de qualquer outro tipo de trabalho. Ela, na verdade, é um bem natural que não pode ser reproduzido ou criado pelo trabalho e, portanto, não tem *valor*.

A terra é, pois, um instrumento de trabalho qualitativamente diferente dos outros meios de produção. Quando alguém trabalha a terra, não é para produzir a terra, mas para produzir o fruto da terra. O fruto da terra pode ser produto do trabalho, mas a própria terra não o é (MARTINS, 1981, p.160).

A terra, pois, não deve ser confundida com o capital, como também não pode ser analisada em suas conseqüências sociais, econômicas e políticas como se fosse capital igual àquele representado pelos outros meios de produção.

A tendência do capital é a dominação de todos os setores e ramos da produção. Isto ocorre até o momento em que diante deste capital se levante um obstáculo que o impeça de circular e dominar livremente, sendo a terra este obstáculo (MARTINS, 1981, p.160). Para que o capital subordine também a agricultura é preciso que seja paga uma renda ao proprietário da terra, ou seja, a *renda da terra* se configura como um tributo cobrado pelos proprietários de terra

⁹ O tipo de renda ao qual nos referiremos ao longo do texto é a *renda absoluta*, que é resultante da propriedade privada da terra. Além deste tipo, pode-se destacar a existência da *renda diferencial*, que tem como fundamento básico a localização e fertilidade (natural) do terreno (*renda diferencial I*) ou investimentos para o melhoramento da sua fertilidade ou localização (*renda diferencial II*). Pode também ser citada a *renda de monopólio*, que é o lucro suplementar derivado de um preço de monopólio de certa mercadoria produzida em uma porção do globo terrestre dotada de qualidades especiais (OLIVEIRA, 1990, p.75-76).

para a exploração capitalista deste bem. Martins explica, pois, de que forma torna-se necessário o pagamento de uma renda ao proprietário da terra para que ela possa ser utilizada. Segundo o autor,

[...] ocorre em relação à terra o mesmo que ocorre com o trabalho. Este também não é produto do próprio trabalho, não contém valor. No entanto, o capital, monopolizando os meios de produção, impede que o trabalhador trabalhe por sua conta; só lhe resta trabalhar para o capital. Assim, através da separação radical entre o trabalhador e os meios de produção, [...] o capital cria as condições para se apropriar do seu trabalho, para fazer com que o trabalho apareça como parte do capital quando é comprado pelo capitalista. Assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra. Assim como a força de trabalho se transforma em mercadoria no capitalismo, também a terra se transforma em mercadoria. Assim como o trabalhador cobra um salário para que a sua força de trabalho seja empregada na reprodução do capital, o proprietário de terra cobra uma renda para que ela possa ser utilizada pelo capital ou pelo trabalhador (MARTINS, 1981, p.160).

Martins (1981, p.161) afirma que quando o capitalista paga pela utilização da terra, está, na verdade, convertendo uma parte do seu capital em renda, ou seja, está imobilizando *improdutivamente* essa parte do capital, unicamente porque esse é o preço para remover o obstáculo que a propriedade fundiária representa, no capitalismo, à reprodução do capital na agricultura. O pagamento da renda da terra representa, pois, na interpretação de Martins, uma *irracionalidade* para o capital.

No entanto, buscando desvendar o verdadeiro responsável pelo pagamento deste tributo, que é a renda da terra, Martins reflete:

O trabalhador troca o seu trabalho por salário, supondo que o tempo que trabalha para o capitalista equivale ao salário que recebe; supondo que uma coisa é igual à outra, embora de fato não o seja. Se aceitasse uma dedução do seu salário para que fosse paga a renda da terra, não poderia reproduzir-se como trabalhador que trabalha para o capital [...]. Do mesmo modo, o capitalista não pode aceitar uma dedução sobre o seu lucro, porque isso poria em risco a sua sobrevivência como capitalista; já que assim, muito provavelmente, estaria retendo da mais-valia uma parte inferior ao lucro médio do capital e dos outros capitalistas (MARTINS, 1981, p. 164).

Desta maneira, a renda da terra no capitalismo se apresenta como um tributo cobrado nem do capitalista, nem diretamente dos trabalhadores, mas, sim, do

conjunto de toda a sociedade (OLIVEIRA, 1990, p.75); (MARTINS, 1981, p.164). Deste fato deriva a diferença fundamental entre a renda capitalista da terra e a sua forma menos desenvolvida, a renda pré-capitalista, já que esta segunda não tem o caráter de um *tributo social* e sim de um *tributo pessoal* pago diretamente ao proprietário da terra. Ou seja, ela é diretamente produto excedente, como por exemplo, a fração da produção que o servo entregava ao proprietário da terra como pagamento pela autorização que este lhe dá para cultivar naquela propriedade (OLIVEIRA, 1990, p.73).

3.2. A apropriação/sujeição da *renda da terra*

Naquele momento em que a terra se ergue diante do capital para cobrar deste um tributo pela sua utilização capitalista, percebe-se que a terra e capital são coisas diferentes. Neste sentido, para Martins (1981, p.171/172), se vemos o capital de um modo muito limitado, unicamente como *relação de produção no processo de produção*, a nossa tendência será considerar a propriedade da terra como algo que pode ser repellido pela simples extensão de relações capitalistas de produção ao campo. Por esta interpretação, a propriedade da terra e a força social e política que ela tem, se apresentariam como expressão de uma realidade que nada tem a ver com o capitalismo, ou seja, como se fosse um outro modo de produção que resiste ao capitalismo e que, por esta razão, precisaria ser removido (MARTINS, 1981, p. 172). Refutando tal interpretação o autor afirma que:

[...] a contradição representada pela terra não é deste último tipo, não é de “fora” do capitalismo; é contradição interna, constitutiva do próprio modo capitalista de produção. Claro que ela representa uma irracionalidade diante do capital. Mas essa contradição somente será resolvida com o avanço do próprio processo do capital, separando, como figuras históricas, o capitalista e o proprietário, levando à nacionalização da propriedade. Ela não é entretanto a contradição fundamental. A contradição fundamental é que a produção da riqueza é socializada pelo capital, é social, e sua apropriação é privada: o burguês e o proprietário de terra se apropriam dessa riqueza. Portanto, a questão da propriedade capitalista, e da exploração que ela viabiliza, se resolverá quando se resolver essa contradição fundamental. Não posso, nesse plano, dissociar a terra e o capital. A contradição entre ambos não é uma contradição da terra, é uma contradição do capitalismo (MARTINS, 1981, p.172).

Para o autor, na medida em se separa cada um dos elementos do processo social, como, por exemplo, quando se entende a terra dissociada do processo do capital, a tendência é ver nessas situações modos de produção diferentes, ou seja, cada diferença se apresentará como indicador da existência de um modo de produção distinto. A partir desta interpretação, tem-se afirmado, segundo Martins (1981, p.172), a existência, por exemplo, do modo de produção feudal na figura do proprietário de terra, ou no produtor familiar a existência de um modo de produção camponês¹⁰.

Só posso entender corretamente essas diferenças se descubro que elas constituem expressão de um processo, indicações de contradições no interior desse processo; se entendo que essas diferenças realizam a sua unidade na contradição; se entendo que esse processo não é uma soma de características, de trações, de tamanho, mas sim uma totalidade em movimento, em que a diferença não se resolve pelo alijamento, mas pela superação (MARTINS, 1981, p.173).

As formulações de Marx sobre a sujeição do trabalho ao capital trouxeram, para Martins, contribuições para a superação do entendimento que a terra se configura como um modo de produção e o capital como outro. O autor analisa de que forma se instaura a sujeição do trabalho camponês ao capital a partir da ótica marxiana com os conceitos de *sujeição formal* e *sujeição real*.

Aparentemente, por esse caminho seria possível explicar como o grande capital se articula com a pequena produção familiar de tipo camponês ou com a produção agrícola em geral. Controlando a comercialização dos produtos agrícolas, controlando até os insumos empregados na produção, o capital estaria instituindo uma sujeição formal do trabalho camponês ao capital (MARTINS, 1981, p.173).

Na realidade, segundo Martins, a noção de *sujeição formal* do trabalho ao capital está originalmente relacionada à expropriação dos trabalhadores, que se veriam, deste modo, obrigados a oferecer a sua força de trabalho ao capitalista.

O passo seguinte é o capital se assenhorear não só do resultado do trabalho, mas também do modo de trabalhar, instituindo, por exemplo,

¹⁰ Para Martins (1981, p. 173), a produção camponesa não poderia se constituir como um modo de produção, porque ela se determina como produção familiar autônoma e um modo de produção é um modo de exploração, que encerra antagonismos de categorias sociais.

linhas de produção em que já nenhum trabalhador fabrica um produto final, mas em que cada trabalhador executa apenas um aspecto, um segmento do trabalho empregado na produção de um objeto. O trabalhador se transforma num trabalhador coletivo. Nesse caso, o trabalho deixa de estar formalmente subjugado pelo capital e passa a estar realmente subjugado (MARTINS, 1981, p.174).

Deste modo, na *sujeição formal* o trabalhador não perdera completamente o conhecimento e a habilidade para a fabricação dos objetos, podendo, ao menos teoricamente, recuperar a sua condição de artesão. Por outro lado, na *sujeição real* do trabalho ao capital, o conhecimento do trabalhador se restringe a um pequeno aspecto da produção, sendo este apenas um segmento de trabalho que não possui nenhuma utilidade para o trabalhador caso ele viesse a se tornar autônomo (MARTINS, 1981, p.174).

Martins afirma que, no entanto, no que se refere à produção camponesa, que não estamos de fato diante da separação do trabalhador dos seus meios de produção. O produtor familiar continua proprietário da terra e dos instrumentos que utiliza no seu trabalho, não sendo um trabalhador assalariado. Nestes casos, nem há *sujeição formal* nem *sujeição real*. Ocorre, nesta perspectiva, a sujeição sem que se dê a expropriação dos instrumentos de produção, sem que o camponês seja expulso da terra:

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. **O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital*. Esse é o processo que se observa hoje claramente em nosso país, tanto em relação à grande propriedade, quanto em relação à propriedade familiar, de tipo camponês** (MARTINS, 1981, p.174).

No que tange à grande propriedade a tendência, como regra geral, é a ocorrência da unificação da figura do proprietário de terras e do capitalista. Para Martins, o capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, etc. Por outro lado, onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado, o

capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe (MARTINS, 1981, p.175). Ocorre, nesta perspectiva, a dependência do produtor ao crédito bancário, aos intermediários, etc.

O que hoje acontece com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco, a sua propriedade sempre comprometida como garantia de empréstimos para investimento e sobretudo para custeio de lavouras. Sem qualquer alteração aparente na sua condição, mantendo-se proprietário, mantendo o seu trabalho organizado com base na família, o lavrador entrega ao banco anualmente os juros dos empréstimos que faz, tendo como garantia não só os instrumentos, adquiridos com empréstimos, mas a terra. **Por este meio o banco extrai do lavrador a renda da terra, sem ser o proprietário dela** (MARTINS, 1981, p. 176).

Desta maneira, o produtor passa da condição de *proprietário real* a *proprietário nominal*, pagando ao banco a renda da terra que nominalmente é sua. Assim, a riqueza que o camponês cria realiza-se em mãos estranhas às suas, como renda que flui disfarçadamente para os lucros bancários, como alimento de custo reduzido que barateia a reprodução da força de trabalho industrial e incrementa a taxa de lucro das grandes empresas urbanas (MARTINS, 1981, p.177). Deste modo,

O que mais pesa ao camponês não é o grande proprietário agrário, mas o capital bancário e o crédito, o capital marcante e os preços, o Estado e o imposto. [...] A contestação camponesa traz à tona o funcionamento fundamental do próprio sistema, e neste caso não há nenhum padrão, em particular, suscetível de desempenhar o papel de pára-raios ou bode expiatório para a cólera das massas camponesas em revolta [...] O verdadeiro padrão dos camponeses é a indústria e o Estado (AMIM; VERGOPOULOS, 1986, p.134) *apud* (FABRINI, 2003, p.33).

A oposição do campesinato à essa lógica atinge o capitalismo e não só os proprietários de terra, ou seja, atinge os mecanismos de transferência de renda para o capitalista (banco, indústria, comércio) (FABRINI, 2003, p.33), ou, nas palavras do próprio Martins:

O questionamento da propriedade fundiária, levado a efeito na prática de milhares de lavradores neste momento, leva-os, mesmo que não

queiram, a encontrar pela frente o novo barão da terra, o grande capital nacional e multinacional. Já não há como separar o que o próprio capitalismo unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência.

3.3. Internacionalização da economia brasileira e a fusão indústria/agricultura

Segundo Oliveira o desenvolvimento/avanço do capitalismo no campo brasileiro se dá de forma *contraditória* e *combinada*, ou seja, ao mesmo tempo em que engendra relações de produção especificamente capitalistas, através do trabalho assalariado, cria e (re)cria também, contraditoriamente, relações não capitalistas de produção, como por exemplo o trabalho familiar camponês. No Brasil, este processo de desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre de forma concomitante à internacionalização da economia brasileira e da conseqüente dependência deste país ao capital internacional, no bojo do capitalismo mundializado. Segundo Oliveira (2005, p.468), esse processo está intimamente relacionado com o mecanismo da dívida externa, na medida em que, através deste,

[...] os governos dos países endividados criam condições para ampliar a sua produção, sobretudo a industrial. Para pagar a dívida eles têm que exportar, sujeitando-se a vender seus produtos pelos preços internacionais.

Desta forma, segundo o autor, o campo vai transformando a agricultura em um negócio rentável e uma estratégia de inserção econômica na lógica capitalista internacional através da exportação dos produtos agrícolas. No entanto, Oliveira (2003, p. 122) lembra que ao mesmo tempo em que o Brasil exporta produtos como papel, celulose, madeira, carnes, soja, café, açúcar, álcool, entre outros, acaba por importar, ironicamente, arroz, feijão, milho, trigo e leite, que são alimentos básicos¹¹ da população brasileira. Deste modo, o Brasil se insere no mercado internacional de *commodities*, priorizando a produção de tais produtos, ao mesmo tempo em que, muitas vezes, torna secundária a produção de alimentos a ser destinada à sua população.

¹¹ Segundo a análise realizada por Oliveira (2003, p.122), tal fato ocorreu, por exemplo, no ano de 2003.

A esse avanço das “culturas de exportação”, soma-se o desenvolvimento da industrialização, que deve ser entendida como processo de introdução do modo de produzir industrial no campo brasileiro, provocando um inter-relacionamento intenso entre a indústria e a agricultura (OLIVEIRA, 2005, p.470).

A partir da fusão estabelecida entre a indústria e a agricultura, o capital se desenvolve no campo através de dois caminhos. No primeiro deles, o capital monopolista se *territorializa* na agricultura, como no exemplo citado por Oliveira (2005, p. 477):

Um exemplo desse processo de desenvolvimento ocorre com as usinas ou destilarias de açúcar e álcool, onde atualmente indústria e agricultura são partes ou etapas do mesmo processo. Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa ou uma só empresa. Para produzir, utilizam o trabalho assalariado dos “bóias-frias” que moram e vivem nas cidades.

Por este caminho, o capital *expropria* o campesinato da propriedade da terra e dos instrumentos de trabalho, havendo a tendência à migração dos camponeses para as cidades e a conversão destes em assalariados nos ramos industrial, comercial ou de serviços; podendo ocorrer também a transformação do camponês em “bóia fria”, em assalariado do campo. Portanto, nesta perspectiva, a reprodução ampliada do capital se desenvolve em sua plenitude, onde o capitalista/proprietário de terra acumula, ao mesmo tempo, o lucro da atividade industrial e agrícola, como também a *renda da terra* gerada por essa atividade (OLIVEIRA, 2005, p.478).

No segundo caminho, ocorre a *monopolização do território* pelo capital monopolista, sem que ocorra a *territorialização* deste capital. Neste caso, o capital cria, recria e redefine as relações de produção camponesa, portanto familiar, como no exemplo citado por Oliveira (2005, p.477):

Outro exemplo se dá com os produtores de fumo no Sul do Brasil, que entregam sua produção às multinacionais do cigarro. Neste caso, o capitalista industrial é uma empresa industrial, enquanto o proprietário da terra e o trabalhador são uma única pessoa, o camponês.

Deste modo, segundo Oliveira (2005, p. 478), o capital sujeita a *renda da terra* produzida pelos camponeses à sua lógica, realizando a metamorfose da *renda da terra* em capital.

Ocorre ainda, como consequência desta relação estabelecida entre a indústria e a agricultura a realização de dois tipos de monopólio, sendo o primeiro deles o *monopólio da produção*, onde a circulação dos produtos está subordinada à produção; e, o segundo tipo, por outro lado, se define pelo *monopólio da circulação*, através do qual a produção se encontra subordinada à circulação. Esses processos corroboram com a subordinação da produção camponesa pelo capital, que sujeita a *renda da terra* (OLIVEIRA, 2001, p.11). Neste sentido, segundo o autor,=

O caso da agroindústria açucareira representa um dos exemplos mais avançados do desenvolvimento de relações sociais capitalistas de produção no campo. [...] O camponês produtor de uva, por exemplo no sul do Brasil, subordinado às multinacionais de vinho é outro exemplo da subordinação da renda da terra ao capital. Isso também ocorre com produtores de ervilha, tomate, figo e outros produtos hortifrutícolas em relação à Cica, Poletti, Peixe, etc. (OLIVEIRA, 2001, p.11).

Nestes casos, a circulação dos produtos é monopolizada pelo *capital industrial*. Ocorre, no entanto, também a *monopolização da circulação* da produção camponesa através de um outro tipo de capital, que é o *capital comercial* (OLIVEIRA, 2001, p.12). Neste caso, em razão das dificuldades relativas ao escoamento da produção camponesa de forma direta para o “consumidor final”, essa produção passa pelos *intermediários*, que destinam essa produção, sobretudo para os “CEASAS”. Analisando esse processo de circulação dos alimentos, Souza (2003, p.51) afirma que

Tradicionalmente, não os próprios produtores rurais, mas sim atacadistas baseados em pequenas cidades que recolhem os produtos do campo e os repassam para serem distribuídos por um outro atacadista, baseado em um centro maior (o qual, por sua vez, redistribuirá parte dos produtos para centros ainda maiores), ou os levam para serem beneficiados e processados. Os atacadistas assumem, com isso, o papel de intermediários no processo de distribuição e comercialização; são os popularmente chamados de “atravessadores”. Entre o campo e a mesa do consumidor final, nas cidades pequenas, médias e grandes da rede, se estabelece toda uma cadeia de distribuição e comercialização em que os agentes,

em número bem variável, são os comerciantes atacadistas, os transportadores [...] e, por fim, os comerciantes varejistas.

A dependência, tanto do *capital industrial*, quanto do *capital comercial* tem levado os camponeses a assumirem uma luta contra a *sujeição da renda da terra* em busca da autonomia sobre o processo produtivo e de circulação dos alimentos produzidos. Esta busca é pela “*liberdade de produzir*”, como lembrou Oliveira (2001, p.12).

A idéia de autonomia deve ser entendida levando-se em consideração as especificidades das classes sociais envolvidas no processo de desenvolvimento capitalista. De um lado, a sujeição ao capital pode ocorrer através da subordinação do *trabalho* e, por outro lado, mediante a subordinação do *produto do trabalho*. A partir de então, nesta perspectiva, se evidencia diferenças entre o proletariado e o campesinato, como aponta Martins (1980, p.14-15):

Enquanto a mercadoria do operário é a *força de trabalho*, a mercadoria do lavrador é o *produto do trabalho*. É através do mercado que a mercadoria perde a sua individualidade, que ela se socializa. Ela só pode ser trocada quando o seu conteúdo, o trabalho, se torna equivalente do conteúdo de todas as outras mercadorias, quando a substância da mercadoria, que é o trabalho, se socializa pela troca. Quando o trabalhador vende diretamente a sua força de trabalho, essa socialização mediada pela troca o atinge diretamente. A mercadoria que aí nasce é produto do trabalho combinado, social, socializado, de muitos trabalhadores. Quando, porém, o trabalhador é proprietário dos seus instrumentos de trabalho, suas ferramentas, sua terra, esse processo atinge diretamente o fruto do seu trabalho, mas não o atinge diretamente.

3.4. Uma interpretação da agroecologia na Geografia: Território e busca por autonomia e liberdade camponesa

A luta pela terra e pela Reforma Agrária se apresenta como importante instrumento dos camponeses pela retomada da sua condição histórica, pela sua (re)criação. É sabido, no entanto, que a conquista da terra através dos assentamentos rurais, não significa necessariamente a obtenção de condições dignas de sobrevivência na atual conjuntura do campo brasileiro.

Tendo conquistado a terra almejada, grande parte dos camponeses permanece em uma situação de penúria, não tendo, pois, as condições técnicas

necessárias para uma boa gestão da propriedade, como também se encontram sem possibilidades de escoamento para a produção oriunda do trabalho familiar. Neste contexto, os problemas são encontrados tanto no que tange à *produção* dos alimentos, quanto na *comercialização* destes. No que se referem à *produção*, os problemas são vários: solo desgastado pelo uso indevido ao longo dos anos, dificuldade para acesso ou ausência de crédito e custeio para a produção, além da baixa diversificação nos cultivos, assistência técnica insatisfatória, entre outros. Quanto à *comercialização*, nos assentamentos rurais brasileiros, as pouquíssimas possibilidades de escoamento da produção corroboram com a conseqüente dependência dos camponeses aos intermediários¹² onde estes, por sua vez, costumam pagar preços baixíssimos pelos produtos comprados. Um outro problema encontrado pelos camponeses de assentamentos rurais se refere à dificuldade para a comercialização nas feiras livres, devido ao alto preço cobrado pela participação nestas feiras (“pedra”) e aos custos do frete para o transporte dos produtos e do próprio camponês para esses locais de comercialização, geralmente localizados nas áreas urbanas.

Torna-se, portanto, evidente que a conquista da terra não significa necessariamente a desvinculação das antigas relações de exploração engendradas pelo capitalismo. Ao conquistar a terra, o camponês, em geral, encontra-se sujeito ao capital sob *novas formas de exploração*, sobretudo, a partir da *sujeição da renda da terra*.

Nos momentos de luta pela terra, entre as aspirações dos camponeses, estava o desejo de conquista da liberdade e da autonomia sobre o tempo de trabalho, geralmente então inexistente. Tais conquistas representavam na vida de muitos a emancipação em relação à situação de explorados a qual vivenciavam enquanto trabalhadores assalariados do campo ou da cidade. Este sentido de liberdade fica evidenciado nas palavras de um camponês assentado, que afirma que,

Na palavra liberdade você se livrou do cativeiro. Porque quando você é empregado dos outro, que tem que manter a ordem do seu patrão... às vezes tem um serviço que você num quer nem fazer, mas aí chega o patrão e fala: “óá, vá fazer esse serviço!”, então como eu sou

¹² De acordo com estudos do NEAD (2004, p. 173), só na zona canavieira nordestina, cerca de 70% da produção dos principais alimentos oriundos dos assentamentos rurais desta região são destinados aos atravessadores.

empregado, se eu não for, ele vai me botar pra fora, ele vai me demitir, né? Então quando eu tomei a liberdade e fiquei uma pessoa livre pra trabalhar só pra mim, eu me livrei da escravidão do patrão. Eu moro aqui, tenho a minha área, tenho a minha horta. Vamo supor: amanhã, amanhece o dia relampiano, aí Deus manda chuva, ali mermo do terraço eu olho e vejo chovendo, aí eu penso, “eu hoje num vou trabalhar não”. Aí, se parar de chover de tarde, de tarde eu vou lá. Se eu for empregado dos outro, eu vou ter que sair de casa, com chuva ou com sol. Tem que ir mermo, num tem pra onde (Sr. Zizo, Assentamento Padre Gino, Sapé-PB, Fev/2007).

É comum o uso da palavra “liberdade” no discurso dos camponeses assentados se referindo, sobretudo, à desvinculação das antigas relações de trabalho assalariado à qual estavam subordinados antes de conquistarem a terra. Tal termo, no entanto, é repleto de nuances e é comumente citado na atual conjuntura capitalista, como mais uma característica essencial deste modo de produção. Sob tal perspectiva é válido destacar o ponto de vista de Prado Jr. (1980, p.14) sobre a liberdade no capitalismo, sob a égide das democracias liberais. Para ele,

[...] a democracia burguesa não é senão a forma político-jurídica do sistema capitalista, e transpõe por isso para as relações humanas em geral a norma das relações econômicas características do sistema, que vem a ser a da transação mercantil.

Por este caminho, o autor entende que, no capitalismo, a liberdade consiste no livre estabelecimento e aceitação de acordos com outros indivíduos, através de uma relação aparente de “igualdade”. Para ele, este é o limite da liberdade burguesa. No entanto, tal concepção de liberdade passa a ser contestada para Prado Jr. (1980, p.13), quando este afirma que essa igualdade dos indivíduos na liberdade de se acordarem entre si é, contudo, uma igualdade *jurídica*, isto é, uma liberdade de direito e não de fato.

A realidade, no entretanto (*sic*), é que os indivíduos [...] são muito desiguais, e são particularmente naquilo que mais contribui na fixação dos limites e do alcance da sua ação. A saber, na sua posição dentro da estrutura econômica da sociedade. Decorre daí que a liberdade de cada um variará muito, pois será função de desigualdade real existente à margem da esfera jurídica (PRADO JR., 1980, p.13).

Esta desigualdade, segundo o autor, é fundamentalmente consagrada e determinada pela riqueza, nível econômico, ou seja, pela *propriedade privada* de cada indivíduo (PRADO JR, 1980, p.15). Aprofundando a questão da *propriedade privada da terra* pelo camponês, Almeida (2003, p.325), diferencia a propriedade capitalista da propriedade camponesa nesse contexto, onde, segundo a autora:

[...] em se considerando o campesinato como uma relação não capitalista e a propriedade familiar camponesa como instrumento de trabalho e não de acumulação/reprodução do capital, podemos afirmar que, para o camponês, a detenção da propriedade privada familiar da terra não figura como representação mental da desigualdade entre os indivíduos, ao contrário, tem significado a possibilidade de identidade de interesses, não particularistas, mas coletivos, disso resultando o reencontro da classe camponesa e de sua lógica organizativa fundamentada na tríade família, trabalho e terra.

Para a autora, a conquista da terra se insere numa concepção de liberdade que se contrapõe àquela liberdade burguesa, porque dá ao indivíduo possibilidade de se realizar como ser portador de sonhos e de aspirações. Este interesse individual confunde-se com o interesse coletivo porque foi através deste último que o primeiro pôde ser alcançado (ALMEIDA, 2003, p.326).

A autonomia sobre o trabalho e a transmissão do conhecimento de geração em geração se inserem como partes fundamentais da concepção de uma liberdade camponesa, pois, segundo Woortmann (1990, p.43),

A liberdade do sitiante, do agricultor, do colono – sempre um pai de família, ou mesmo um patriarca, chefe de uma casa tronco, como entre colonos do Sul – tem como uma de suas dimensões a autonomia do processo de trabalho e do saber que a este informa, transmitido de pai a filho. A transmissão da terra sem o saber não transformaria essa terra em terra de trabalho, nem em patrimônio familiar. É pelo saber que o pai “governa”, “dá a direção” do processo de trabalho.

Assim, a idéia de liberdade trazida pelo autor tem grande relação com a concepção de autonomia no sentido do controle do tempo de trabalho, sendo condição para a realização de tal autonomia a existência da propriedade da terra por parte do camponês. Neste sentido, a conquista da terra e pela permanência nesta, se apresentam enquanto “bandeira de luta”, como aspectos fundamentais, para que os camponeses estejam sob a condição da autonomia e da liberdade.

Campos (2006, p.151), por sua vez, entende a questão da autonomia como sendo uma tendência gestada pelos movimentos sociais do campo, tendência esta, exposta através dos discursos e das práticas sociais do campesinato, sobretudo nos dias atuais. A autora ratifica que essa autonomia não significa, necessariamente, a independência das instituições ou do mercado e nem tão pouco implica o rompimento total das relações de exploração em que o campesinato está inserido. Segundo a autora, tal autonomia se manifesta de várias formas, dentre as quais:

- a) Na capacidade do campesinato se tornar sujeito social, com identidade própria, que faz disputa política [...] se representando através de seus movimentos e organizações, que buscam formar lideranças próprias.
- b) No fato de o campesinato compreender cada vez mais que as causas das dificuldades de sua vida não são provocadas pela natureza, pela vontade divina, mas pelo funcionamento do capitalismo em escala local e global.
- c) Pela capacidade de ir rompendo com o medo de sair de seu próprio mundo, buscando entender e respeitar a própria diversidade procurando construir a unidade camponesa, mas se dando conta das diferenças étnicas, religiosas, de gênero (CAMPOS, 2006, p.151).

Nesta concepção de autonomia é fundamental a preocupação com o conjunto dos recursos naturais, como também a capacidade de articulação das organizações de camponeses entre si e com outros movimentos e agentes sociais. Tal autonomia se realiza de forma complementar à conquista de um *lugar social* para o campesinato, cuja *função social* é a produção de alimentos. No entanto,

[...] para cumprir essa função elementar, o campesinato precisa enfrentar inimigos poderosos, uma vez que defender a agricultura camponesa é defender a terra como espaço de trabalho, o que contraria a concepção capitalista da terra de negócio, que vem proliferando no Brasil e no mundo através do agronegócio (CAMPOS, 2006, p.158).

A expansão do agronegócio no Brasil é apontada por Oliveira (2005, p.469), quando este afirma que tem ocorrido no nosso país uma rápida expansão da produção agrícola de culturas a serem destinadas à exportação, em detrimento, muitas vezes, da produção de gêneros alimentícios destinados ao mercado interno, de origem essencialmente camponesa. Este processo está intimamente ligado ao

mecanismo da dívida externa, através do qual os países endividados têm que aumentar suas exportações, sujeitando-se a vender os seus produtos pelos preços internacionais (OLIVEIRA, 2005, p.468). A tabela seguinte demonstra o crescimento da produção mundial dos principais produtos do agronegócio, tendo como destaque o complexo da Soja, cuja taxa de crescimento percentual foi consideravelmente superior às demais *commodities*.

Tabela 1 – Evolução da produção das principais *commodities* do agronegócio (1999-2006)
Produção Mundial

Milhões de Toneladas							
	Algodão	Arroz	Milho	Soja	Farelo	Óleo	Trigo
	Pluma			Grão	Soia	Soia	
1999-2000	19,1	408,7	607,3	160,7	107,4	24,6	585,2
2000-2001	19,3	398,2	590,0	175,9	116,5	26,7	581,4
2001-2002	21,5	398,5	599,1	185,1	125,2	28,9	581,1
2002-2003	19,2	377,9	601,8	197,0	130,1	30,5	567,4
2003-2004	20,7	389,5	623,8	186,3	128,8	29,9	553,9
2004-2005	26,1	401,2	706,3	214,3	136,6	31,9	624,5
2005-2006*	23,6	409,9	673,4	219,7	143,8	33,5	612,6
Taxa Anual de Crescimento (%)	4,38	0,003	2,57	4,90	4,47	4,81	0,83

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento / Projeção do agronegócio/2006. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br> (acesso em Abril/2007).

O Brasil, seguindo os ditames do capital internacional, acompanhou tendência da produção mundial do complexo da soja, tendo aumentado a área plantada desta leguminosa de 9,5 milhões de hectares na safra de 1995/1996 para 13,9 milhões de hectares, na safra de 2000/2001. Nos anos seguintes, a área plantada de soja no Brasil continuou aumentando, chegando, na safra de 2002/2003 ao total de 18.4 milhões de hectares (OLIVEIRA, 2003, p.140). O objetivo desta expansão da área plantada de soja no Brasil é o abastecimento do mercado externo, no intuito de obter o crescimento do superávit na balança comercial para o pagamento dos juros da dívida externa brasileira.

Deste modo, estamos diante de uma ofensiva do capital no campo, que tem atuado de forma a ora expropriar o camponês, ora subordinar o seu trabalho, para que, ao invés do camponês trabalhar *livremente* para si mesmo, trabalhe para o capital, esteja ao seu serviço (MARTINS, 1980, p.15). Assim, mesmo conquistada a

posse da terra, por vezes, a liberdade e a autonomia permanecem ausentes da vida do camponês brasileiro.

Assim, na realidade de vários dos assentamentos brasileiros a dificuldade para o escoamento da produção acaba por fazer permanecer na vida dos camponeses assentados antigas relações de dependência. Isto fica claro nas palavras de um camponês de um assentamento do município de Sapé-PB, que compara a relação entre camponeses e atravessadores nos assentamentos com a relação entre patrão e empregado. Segundo ele,

[...] é a mesma coisa, sabe? Porque você tem um produto e só tem que vender ao atravessador, no preço que tiver você tem que vender a ele. Tá preso a ele. E às vezes, tem gente que tem até uma idéia de pegar o dinheiro adiantado, e depois quando pega o dinheiro adiantado, aí piorou mais ainda. Porque se você tiver seu produto, vamos supor, cem arroba de inhame no seu mato plantado... vem o caba lá, o atravessador: “Seu Zizo, quanto é seu inhame?”, “rapai, esse inhame é doze real a arroba”, aí ele diz: “rapai, eu pago por dez”, aí eu digo: “por dez num vendo não, só vendo por doze”. Mas se eu dever algum dinheiro a um desses atravessador, se eu peguei algum dinheiro emprestado, o inhame que vale doze real, eu sou obrigado a vender por dez, porque eu devo a ele, né? Isso se chama escravidão. Quer dizer, é a merma coisa de eu ser empregado dele. Eu vô trabaia pra dar o lucro pra ele. (Sr. Zizo, Assentamento Padre Gino, Sapé-PB – Fev/2007).

Como já ratificamos em outro momento, estes são mecanismos utilizados para a extração da *renda da terra* do camponês assentado. O dinheiro conseguido no período da colheita através da comercialização junto aos atravessadores, muitas vezes é insuficiente para o pagamento dos empréstimos com os bancos. Tal dívida preocupa fortemente os assentados, pois estes sentem comprometida a própria posse da terra que conquistaram a partir de vários anos de luta. Esse temor acaba gerando revolta, na medida em que tais sujeitos não encontram mais saída para a superação da situação de dependência à qual estão sujeitos. Este sentimento pode ser notado no relato de mais um camponês assentado:

Se eu vender uma mandioca por trinta centavo, o comprador vende a um real e eu perdi o que? Perdi mais da metade. Aí eu vou pagar o banco, lá em baixo, vou pagar um banco cuma? [...] Aí eu vou trabaia pra eu e prum cara que nunca trabaiou, só faz ganhar da gente. E é obrigado a vender, porque a gente num tem saída, ou

vende aqui ou morre (Sr. José Otacílio, Assentamento Tiradentes, Mari-PB – Dez/2006).

A ausência de mecanismos que possibilitem o escoamento direto da produção camponesa nas áreas de assentamentos rurais de reforma agrária brasileiros tem gerado essa crescente dependência da pequena produção aos *atravessadores*. Se analisarmos a partir da aparência, concluiremos que o acirramento de tal conjuntura não deixaria espaço para que o camponês se reproduzisse de forma autônoma e livre. No entanto, o que percebemos é que ao mesmo tempo em que a força do capital se expande, cresce, por outro lado, a luta contra a sua ação, ou seja, a tendência da busca pela autonomia camponesa e da conquista da liberdade camponesa, em grande medida, se constrói a partir de uma identidade de resistência no *território* (CAMPOS, 2006, p.160). Torna-se, portanto, necessário o estabelecimento de uma alternativa capaz de solucionar os problemas frequentemente encontrados no campo brasileiro enfrentado pelos camponeses assentados. É neste contexto de busca por soluções para tais problemas que se encontra a agroecologia e as feiras agroecológicas.

Segundo Guzmán (2001, p.11), a agroecologia tem como proposta a viabilização de um desenvolvimento participativo, tanto no que se refere à *produção*, como na *circulação*. Para tal, busca meios para o estabelecimento de uma *circulação alternativa* para os produtos agrícolas, de forma a contribuir para o enfrentamento da atual crise, tanto ecológica, quanto social. É nesta proposta de *circulação alternativa* da produção camponesa, apontada por Guzmán, que se inserem as feiras agroecológicas. A concepção de *desenvolvimento participativo* que as envolve se inicia no processo produtivo através do manejo dos recursos naturais sob um pressuposto ecológico e se estende até o processo de comercialização/circulação da produção, através da organização coletiva e integrada onde os camponeses interagem de forma direta com outros *atores sociais*, entre estes, os técnicos agrícolas, extensionistas ligados às ONG's ou Universidades, consumidores e trabalhadores urbanos.

Nas feiras agroecológicas, são ofertados alimentos orgânicos através de uma relação direta entre os que os produziram e os que os consomem, ocorrendo o seu processo de consolidação através da

[...] construção de um espaço de interação social – entre urbano e o rural – com estreitamento de relações de convivência, de cordialidade, de amizade, de troca de informações e de parceria entre estes dois segmentos sociais. Ressalte-se que este espaço vai além da oferta de alimentos sem agrotóxicos aos consumidores ou da simples agregação de valor econômico. Outro aspecto relevante das formas alternativas de comercialização, é que elas cumprem um importante papel no estímulo a mudanças na consciência de agricultores, consumidores, entidades e profissionais (BURG, 2005, p.83).

Nesta interação social se estabelece, em muitos casos, uma relação recíproca de respeito e amizade entre os *atores* envolvidos no processo, a partir da qual, os camponeses passam a se perceber como *sujeitos* importantes no interior das relações sociais no campo e também nas cidades. Ocorre, pois, por parte dos freqüentadores das feiras, o reconhecimento da *função social* do campesinato em meio à força do capital internacional, que tenta se fazer hegemônico, através das redes de supermercados e distribuidoras de alimentos. Estabelece-se, neste sentido, um processo de construção de uma nova *consciência para o consumo*, onde aquele que compra o alimento considera fundamental saber *o que está por trás* deste.

Não se trata apenas de escolher produtos que fazem bem à saúde e não agredem o meio ambiente, mas, principalmente, consumir produtos que promovam a fixação de famílias camponesas no campo, particularmente aquelas que se encontram nas áreas de assentamentos rurais, estimulando o crescimento e o fortalecimento da economia local¹³.

Mesmo diante de uma conjuntura adversa representada pela ação do agronegócio em meio ao capitalismo mundializado e pelas empresas multinacionais que o representam, em várias partes do território brasileiro, e mesmo paraibano, são muitas as experiências que demonstram que a organização do campesinato, de fato, tem caminhado para a conquista de um *lugar social* como produtores de alimentos. É inegável, nesta perspectiva, a importância da agroecologia como alternativa construída em oposição ao capitalismo e às consequências sociais geradas a partir das suas contradições. Desde sua origem, a agroecologia procurava atender simultaneamente às necessidades de preservação ambiental e de promoção social e econômica dos camponeses afetados direta ou indiretamente pelo avanço da

¹³ Boletim Projeto Feira Agroecológica do Campus I da UFPB. Ano I, Número II, p.4. *O que é consumo responsável*, Abril de 2006.

agricultura do tipo capitalista e das medidas tomadas a partir do que se convencionou chamar de Revolução Verde.

Torna-se de fundamental importância, a nosso ver, avaliar, nesta perspectiva, até que ponto o movimento agroecológico tem levado muitos camponeses à superação de vários problemas vinculados tanto à *produção*, quanto à *comercialização* dos alimentos dos assentamentos rurais. Notamos, no entanto, que não faltam elementos que apontam para a confirmação da superação de tais problemas e da conquista da autonomia sobre o processo de produção, comercialização e sobre o tempo de trabalho. Embora em níveis bastante variados, entendemos que as feiras agroecológicas podem contribuir para a conquista da autonomia, por parte do campesinato, na medida em que estas:

- Eliminam a figura do *atravessador*, possibilitando o escoamento direto dos alimentos do campo para as cidades, dando aos camponeses a oportunidade de ofertarem os seus produtos diretamente aos consumidores, obtendo maior rendimento financeiro sobre os produtos comercializados;
- Trazem melhorias na alimentação dos camponeses produtores e dos consumidores, pois nestas feiras são ofertados alimentos orgânicos, que não foram, portanto, produzidos a partir do uso de agrotóxicos/insumos químicos;
- Envolvem uma concepção de agricultura diferente daquela do tipo capitalista, tendo neste caso, como fundamentos o respeito à natureza e aos homens e mulheres que produzem e consomem os alimentos produzidos; entre vários outros motivos.

Deste modo, a busca por autonomia e liberdade camponesa a partir das feiras agroecológicas, a nosso ver, imprime no *território* novas formas de relações de poder. O campesinato, cada vez mais instrumentalizado de estratégias, com o crescente apoio da sociedade, enfrenta diretamente o capital que historicamente o colocou em uma situação de subordinado, explorado. A sua busca por um meio alternativo de escoamento da produção, é uma luta contra os mecanismos de *sujeição da renda da terra* representados pela *monopolização do território* nos assentamentos pelo capital comercial ou industrial. Nessa luta, novas perspectivas de futuro são traçadas para o campesinato. Assim, no campo brasileiro já se apresentam novos sinais de que estamos diante de novas possibilidades, cada vez

mais fortes, de estabelecimento de *territórios* efetivamente *de camponeses*, nos quais a autonomia e a liberdade sejam *práxis* cotidianas.

CAPÍTULO 4 – A Feira agroecológica da UFPB

4.1 Adversidades e superações: Os assentamentos rurais da região da várzea paraibana e o nascimento da feira agroecológica da UFPB

A Paraíba foi o segundo estado brasileiro em número de desapropriações para fins de Reforma Agrária no ano de 1996 (BAMAT, 1998, p.1). Dentro do referido contexto, temos o caso específico dos assentamentos localizados na região da várzea do Rio Paraíba, onde após a conquista da terra, os camponeses receberam crédito para o custeio da produção, sobretudo de lavoura branca, através do Banco do Nordeste. Em sua fase inicial, os camponeses já se deparavam com problemas e dificuldades, como fica claro nas palavras de um assentado:

Ocupou-se a terra, conquistou-se, agora vamos para o setor de produção e comercialização. Na produção, você perde porque você não tem um planejamento, falta uma infra-estrutura, um investimento da forma em que o trabalhador quer pra investir pra ele ter um desenvolvimento, isso é um fato. Na questão da comercialização, também perde, porque se entregar pro atravessador você vai entregar quase 50% da sua renda, então não dá (Luizinho, Assentamento Pe. Gino, Sapé-PB – Fev/2007).

Conscientes das perdas oriundas da relação comercial que eles estabeleciam com os atravessadores nos assentamentos rurais, já a partir do ano de 1997, um grupo de camponeses assentados buscou alternativas e, para isto, obteve o apoio da CPT e de técnicos agrícolas vinculados ao gabinete do então deputado do Partido dos Trabalhadores (PT), Frei Anastácio. Naquele momento, os problemas eram discutidos em reuniões mensais¹⁴ a partir de três frentes: *organização, produção e comercialização*. Apesar do interesse na resolução dos problemas

¹⁴ Inicialmente tais reuniões contavam com a presença de representantes de todos os assentamentos da região da várzea do Rio Paraíba, representantes da EMATER, Banco do Nordeste e Universidade Federal da Paraíba (MARCOS *et al.*, 2005, p.3)

enfrentados nos assentamentos participantes das reuniões, os poucos resultados práticos das discussões desestimularam vários camponeses e a presença nos encontros era cada vez menor.

Diante da necessidade da resolução dos problemas existentes, por volta do fim do ano de 2000 e início de 2001, as discussões foram realizadas com maior seriedade. Naquele contexto, o objetivo principal era o de viabilizar a comercialização direta da produção oriunda dos assentamentos rurais. Sob tal perspectiva, foi planejado o estabelecimento de um local para a venda dos produtos dos assentamentos, no município de Sapé-PB. A escolha pelo referido município se deu em decorrência da sua localização, que, pela sua centralidade, facilitaria o escoamento da produção originada dos assentamentos envolvidos naquele projeto. A idéia era que nesse “ponto” de comercialização fossem ofertados alimentos para consumidores de Sapé, Mari, Santa Rita, Sobrado, João Pessoa e Cruz do Espírito Santo, todos localizados no estado da Paraíba. Aceita a idéia pelo grupo, o próximo passo foi a busca pelo apoio da prefeitura de Sapé-PB, que se negou a apoiar a iniciativa. Com insistência, os camponeses conseguiram um pequeno espaço na feira livre¹⁵ do referido município para que pudessem comercializar a produção.

Naquele mesmo período um técnico vinculado ao gabinete do então deputado Frei Anastácio realizou uma *visita de intercâmbio* ao município de Santa Maria-RS e teve a oportunidade de conhecer uma feira agroecológica naquele município, ligada à *Rede Ecovida de Agroecologia*. Entusiasmado por aquela iniciativa, o referido técnico trouxe consigo o Regimento Interno daquela feira e as suas impressões sobre a *experiência vivida*, colocando-as em discussão com os assentados paraibanos. Estes, contentes com a novidade, decidiram buscar a viabilização de algo semelhante.

Ainda no início do ano de 2001, a Cáritas Brasileira apoiava camponeses do assentamento Dona Helena, localizado em Cruz do Espírito Santo-PB, para a implantação de projetos também para a comercialização. Apesar dos projetos da Cáritas, naquele período, estarem destinados apenas ao assentamento Dona Helena, uma representante daquela entidade, ao tomar conhecimento da idéia de implantação de uma feira agroecológica dos assentamentos da várzea paraibana, buscou meios para apoiar a iniciativa. Foi então que aqueles camponeses:

¹⁵ Segundo Luizinho, membro do Assentamento Pe. Gino, tal espaço para a comercialização era limitado e não atendia as necessidades de todos os assentados envolvidos nas reuniões mensais.

- Realizaram oficinas de comercialização, onde foram incorporados alguns princípios caros à *Economia Solidária*;
- Abandonaram completamente o uso de qualquer tipo de agrotóxico no processo de produção¹⁶;
- Aumentaram a produção de hortaliças e de outros tipos de produtos como mel, ervas medicinais, frutas, etc.;

Tais mudanças ocorreram em razão da busca por uma *produção diferenciada* que pudesse dar conta de atender a um tipo de mercado também distinto. Com esta perspectiva foi feito um orçamento para avaliar as despesas necessárias para que se iniciasse, enfim, o processo de produção agroecológica. Para isto, se fazia necessária a compra de vários materiais, como caixotes, barracas, bonés, entre outras coisas. No orçamento realizado, tais despesas foram estipuladas em R\$ 6.000,00. Munidos deste orçamento, os camponeses e as entidades apoiadoras buscaram apoio de vários bancos e todos se negaram a ajudar. O recurso só foi conseguido através da Cáritas, que se dispôs a oferecê-lo em forma de empréstimo, devendo este ser pago até o mês de junho de 2003. Para que tal empréstimo fosse quitado ficou decidido em reunião que seria descontado 3% da renda bruta¹⁷ de cada feirante a partir da primeira feira a ser realizada.

4.1.1 O Regimento Interno e o processo organizativo da *feira agroecológica*

No decorrer do processo de preparação para a realização da primeira feira agroecológica, os camponeses iniciaram os trabalhos para a definição da sua organização. Tendo “em mãos” o Regimento trazido do Rio Grande do Sul, realizaram adaptações à realidade local e aprovaram-no, em assembléia realizada em 12 de Novembro de 2001. O Regimento Interno¹⁸ da feira agroecológica dos camponeses assentados da região da várzea paraibana tem o objetivo de estabelecer a orientação normativa a ser seguida pelos participantes da feira, para que sejam respeitados os princípios da agroecologia e da *Economia Solidária*. Após

¹⁶ Mesmo antes do interesse pela agroecologia, os agrotóxicos eram pouco usados entre os assentados, sobretudo em razão da ausência de dinheiro para a compra.

¹⁷ Sem contar com as despesas com o frete.

¹⁸ As Informações que seguem foram extraídas do Regimento Interno (ANEXO) da Feira Agroecológica da Várzea paraibana, de 12 de Novembro de 2001, alterado em 10 de Março de 2004.

realizar uma pequena *definição* da feira agroecológica, o próprio regimento trata de apresentar a sua fundamentação na agroecologia e na *Economia Solidária*:

Artigo 1º - A feira agroecológica da Várzea Paraibana é um espaço de bancas de comércio de produtos primários e agroindustriais, oriundos das áreas de reforma agrária da referida região.

Artigo 2º - A feira agroecológica se constitui como um espaço educativo de integração cooperativista de *Economia Solidária*.

Artigo 3º - A feira é composta por agricultores e agricultoras que trabalham com princípios da agroecologia.

Tendo já estabelecido as *Definições* acerca da feira agroecológica e da suas *orientações gerais*, o Regimento estabelece alguns objetivos que caracterizam a feira. Tais objetivos estão contidos no **Artigo 4º** do referido documento, dividido em sete parágrafos. Estes estabelecem que a feira agroecológica da Várzea paraibana deve:

Parágrafo 1º - Incrementar a comercialização de produtos orgânicos;

Parágrafo 2º - Ampliar/Estimular o consumo de produtos ecológicos ao maior número de consumidores e agricultores;

Parágrafo 3º - Fortalecer a autogestão dos associados pela organização, administração e comercialização de seus produtos;

Parágrafo 4º - Criar novos canais para escoar a produção dos trabalhadores e trabalhadoras assentadas nas áreas de reforma agrária;

Parágrafo 5º - Eliminar o intermediário na comercialização dos produtos;

Parágrafo 6º - Inserir o produtor no ato de aprendizagem nas questões da comercialização;

Parágrafo 7º - Fornecer a troca compensatória dos produtos entre os próprios produtores.

Nos objetivos citados se torna evidente o interesse pela autonomia sobre a produção agrícola entre aqueles camponeses, como também sobre a comercialização, onde se destaca a busca pela desvinculação das antigas relações comerciais com os atravessadores, como foi descrito nos parágrafos quarto, quinto e sexto, do **Artigo 4º**, acima citado. Para o bom andamento das atividades de comercialização e para que aquela feira se estabeleça dentro dos princípios objetivados, o Regimento trata de expor alguns *Critérios* de funcionamento, onde estes definem que:

Artigo 5º - Os produtos serão da produção exclusiva do feirante;

Artigo 6º - A comercialização só será feita pelo grupo de produtores agroecológicos;

Parágrafo 1º - No caso dos participantes do grupo não terem produto(s) poderão recorrer a outros produtores dos assentamentos da várzea paraibana desde que os mesmos atendam aos princípios da agroecologia referidos nesse regimento interno.

Artigo 7º - Os participantes deverão possuir uma identificação pessoal; de banca; produtos; durante as feiras;

Artigo 8º - Os feirantes participarão das reuniões pós-feira;

Artigo 9º - A boa apresentação dos produtos, sua identificação e a sua qualidade são de responsabilidade do feirante;

Artigo 10º - O horário de chegada no local da feira para os participantes, será de 30 minutos antes do início de cada atividade;

Artigo 11º - Na definição dos preços/produtos em comum poderá haver diferença dependendo da quantidade do produto;

Artigo 12º - Só no caso dos participantes do grupo não terem o(s) produto(s) poderão recorrer a outro produtor dos assentamentos, desde que atenda os critérios da feira, ficando sob a responsabilidade do requisitante do produto.

Nas discussões iniciais de implantação da feira agroecológica um ponto importante levantado se refere ao ingresso de novos participantes. Entendendo que as dificuldades enfrentadas nos assentamentos rurais não são poucas, sobretudo para o processo de comercialização, aqueles camponeses optaram por dar a oportunidade para que outros assentados possam se inserir na feira após o seu estabelecimento. Para tal, o interessado deve estar, antes de tudo, comprometido com os princípios agroecológicos (**Artigo 13º**). No **Artigo 14º** estão destacados os procedimentos para a inclusão dos novos feirantes, onde se deve:

Parágrafo 1º - Fazer um requerimento à coordenação da feira solicitando a sua entrada e adesão aos princípios estabelecidos;

Parágrafo 2º - A coordenação da feira apresentará as solicitações aos produtores para uma primeira apreciação;

Parágrafo 3º - A coordenação da feira encaminhará à assessoria técnica para ser feita uma visita à área plantada.

O mesmo Regimento trata ainda de definir a composição e as tarefas a serem realizadas pelos associados. Para isto, em seu **Artigo 15º**, o Regimento determina que a *Estrutura Organizacional* da feira esteja formada por: *coordenação executiva*, *coordenação ampliada* e *assembleia dos feirantes associados*.

A *coordenação executiva*, de acordo com o Regimento Interno, deverá ser formada por quatro sócios que deverão ocupar os cargos de: *coordenador geral*; *secretário*; *tesoureiro* e um representante da *comissão de ética*. As atribuições da *coordenação executiva* estão expressas no **Artigo 16º**, do Regimento Interno, segundo o qual cabe à *coordenação*:

Parágrafo 1º - Executar as deliberações dos feirantes;

Parágrafo 2º - Organizar, supervisionar e manter os registros;

Parágrafo 3º - Organizar as reuniões pós-feira;

Parágrafo 4º - Manter atualizado os preços;

Parágrafo 5º - Fazer a Divulgação, escala de trabalho, estruturação de eventos;

Parágrafo 6º - Encaminhar as solicitações de entrada de novos feirantes, apresentar ao grupo e acompanhá-los em seu processo inicial de ingresso na feira.

Aos membros da *comissão de ética*, de acordo com o **Artigo 18º** do Regimento Interno, cabe a tarefa de:

Parágrafo 1º - Controlar a pontualidade dos participantes;

Parágrafo 2º - Fiscalizar o tipo, preço e apresentação dos produtos;

Parágrafo 3º - Executar a disposição das barracas, organização do local, etc.;

Parágrafo 4º - Zelar pela higiene, manutenção da limpeza local, materiais e processos utilizados para embalagens;

Parágrafo 5º - Zelar pelos princípios das normas estabelecidas e respeito interpessoal.

Além do encontro semanal no *dia de feira*, o Regimento Interno discorre acerca da realização mensal da Assembléia Geral da feira agroecológica. Sobre isto, fica evidenciado que:

Artigo 19º - A Assembléia geral da feira agroecológica é a expressão máxima de sua representação e deliberação e será composta por todos os seus sócios;

Artigo 20º - A Assembléia poderá ser ordinária ou extraordinária, sendo que a ordinária se realizará mensalmente e a extraordinária será convocada para fim determinado e urgente;

Parágrafo 1º - A convocação da assembléia será feita pela coordenação geral da feira ou por dois terços de seus membros natos.

Artigo 21º - As decisões da Assembléia serão válidas quando aprovadas por maioria absoluta de seus membros presentes na sessão de votação.

Ao término da cada feira, o Regimento Interno define acerca do pagamento do *fundo de feira*. Em tal definição, no **Artigo 22º**, fica regulamentado que cada feirante associado, ao fim de cada feira realizada, deverá destinar 2% da quantia arrecada, excluindo-se as despesas com frete, para o pagamento do *fundo* referido¹⁹. No **Artigo 23º** consta a destinação do *fundo de feira*, servindo este para “as atividades formativas, culturais e para o acompanhamento técnico aos assentados associados participantes da feira”.

Diante das normas estabelecidas pelo Regimento Interno da feira agroecológica, são definidas algumas *Penalidades*, em seu **Artigo 24º**, no caso de descumprimento destas normas. Segundo o referido Artigo, serão factíveis de penalidades as ações que estiverem incluídas nos seguintes casos:

Parágrafo 1º - Chegar/sair fora de horário;

Parágrafo 2º - Limpeza inadequada do local e na manutenção do patrimônio pessoal/coletivo;

Parágrafo 3º - Ausência em três reuniões consecutivas e três assembléias sem a devida justificativa;

¹⁹ Tal *fundo* é composto pelos 3% da renda bruta destinado ao pagamento do empréstimo da Cáritas e 2% para despesas com a feira. Após o ano de 2003, quando o *empréstimo* foi quitado, os camponeses decidiram pela continuidade dos 5%, sendo estes agora destinados integralmente às despesas da feira.

Parágrafo 4º - Quem não cumprir rigorosamente os critérios estabelecidos pela feira.

No **Artigo 25º** do mesmo Regimento, está estabelecido de que forma serão feitas as advertências àqueles que descumprirem as regras estabelecidas e votadas. Tais advertências devem ser feitas pela *coordenação executiva*, que se encarregará de aumentar em 2% o valor do fundo de feira dos que descumprirem as normas. Segundo o mesmo Artigo citado, as advertências devem ser feitas inicialmente de forma *verbal* (*Parágrafo 1º*) e posteriormente *escrita* (*Parágrafo 2º*). Em caso de permanência das irregularidades constatadas, a *coordenação* realizará a *suspensão temporária* do associado, culminando com a *exclusão da feira*, constatada a continuidade do descumprimento das exigências normativas estabelecidas.

4.1.2. A feira agroecológica: De Mangabeira ao Campus I da UFPB

Tendo já adquirido os materiais necessários para a realização da primeira feira agroecológica e definido o Regimento Interno, o próximo passo era a escolha do local do seu funcionamento. O interesse inicial era pela realização da feira no Campus I da UFPB, em João Pessoa-PB, por entenderem os camponeses e os representantes das entidades parceiras que, naquele local, seria maior a quantidade de clientes em busca de alimentos orgânicos e de melhor qualidade. No entanto, em razão de uma greve instaurada naquela instituição no fim do ano de 2001, tiveram que procurar um outro local para instalar a feira.

Pensaram então no município de Santa Rita-PB, para onde levaram a proposta para a discussão com o Secretário de Desenvolvimento e Infra-Estrutura. Tal proposta não foi aceita, já que, segundo o Secretário, a instalação de uma feira agroecológica naquele município iria gerar conflitos com os “feirantes livres” ali já existentes. Diante da resposta negativa, os camponeses buscaram outros locais e decidiram realizar a primeira feira agroecológica na Praça Cristo Rei²⁰, no bairro de Mangabeira, também localizado em João Pessoa-PB. Tal escolha se deu, sobretudo, em razão da grande quantidade de habitantes do referido bairro e do conseqüente número de clientes em potencial.

²⁰ No referido local tiveram o apoio do padre de uma paróquia próxima, para que ali fossem guardadas as barracas e os demais materiais ao término de cada feira.

Realizaram um levantamento da produção a ser direcionada à feira, conseguiram o transporte para levá-los ao local²¹ e trataram de realizar uma divulgação, tendo sido esta feita em jornais, panfletos, rádio e “carro de som”. Após a realização da primeira feira agroecológica, foi feita a prevista *reunião de fim de feira*, para uma avaliação geral daquela primeira experiência, com o objetivo de levantar os principais pontos positivos e negativos. Como resultado da referida reunião, optaram por dar continuidade à feira naquele local, na semana seguinte.

Além da primeira feira, onde alcançaram uma renda bruta total de R\$ 600,00, foram realizadas mais cinco feiras naquele local, mas a renda decrescia continuamente. Diante do referido decréscimo, voltaram a avaliar a situação e notaram que o principal problema existente não era na comercialização propriamente dita, mas sim no processo produtivo. Segundo Luizinho, então coordenador da feira, não faltavam clientes para a feira, mas sim quantidade e diversidade de produtos para atendê-los. Viram, pois, a necessidade de melhor planejar a produção, para garantir semanalmente o atendimento aos clientes. Diante da necessidade de tais melhorias no processo produtivo, levantaram a possibilidade de terem técnicos agrícolas exclusivos para o atendimento à produção agroecológica por eles realizadas. Diante disto, a CPT destinou o apoio técnico²² solicitado, para que fosse intensificado o acompanhamento, sobretudo no processo produtivo. No mês de Dezembro de 2001, em razão das quedas sucessivas no rendimento bruto da feira, os camponeses feirantes decidiram não mais realizar a feira naquele local.

Do mês de Dezembro de 2001 até Abril de 2002, os camponeses assentados da Várzea paraibana deram continuidade às *assembléias mensais*, trabalharam no planejamento da produção agrícola, e puderam realizar várias visitas de intercâmbio para conhecer outras feiras agroecológicas, sobretudo no estado de Pernambuco. O conhecimento adquirido transformou-se novamente em *prática*, quando, após pedirem autorização à reitoria do Campus I da UFPB, os camponeses puderam realizar ali, no dia 10 de maio de 2002, a primeira feira agroecológica. Na Universidade, inicialmente as feiras eram realizadas em um estacionamento próximo

²¹ Segundo informações de Luizinho, então coordenador da feira, o custo para o transporte foi de R\$ 120,00, quantia esta que foi dividida entre cada um dos feirantes participantes, retirado da renda bruta pessoal após a feira.

²² O primeiro técnico a realizar tal acompanhamento foi Luiz Pereira de Sena. Posteriormente, diante da necessidade de maior acompanhamento técnico, foi contratado o técnico agrícola Flávio Junior Brito. Ambos acompanham a feira até o momento.

à *Central de Aulas* (CA) (Fig. 2), tendo sido posteriormente deslocada para o estacionamento próximo à Biblioteca Central, onde está até hoje (Fig. 3).

No seu período de implantação participavam da feira agroecológica da UFPB, camponeses de quatro assentamentos de reforma agrária e um acampamento. São eles os assentamentos: Dona Helena, localizado no município de Cruz do Espírito Santo-PB; Padre Gino, Rainha dos Anjos e Boa Vista, localizados em Sapé-PB; e o acampamento Ponta de Gramame, localizado no bairro de Valentina, em João Pessoa-PB²³.



Fig. 2 – Antigo local de realização da feira agroecológica, tendo ao fundo a Central de Aulas/UFPB. Fonte: Arquivo da feira. 2002.



Fig. 3 – Atual local de realização da feira agroecológica, no estacionamento da Biblioteca Central/UFPB. Fonte: Pesquisa de Campo. 19/05/2006.

No ano de 2005, o próximo passo foi a busca da formalização jurídica da feira agroecológica da UFPB. Naquele período, a indecisão era entre o estabelecimento de uma *cooperativa* ou de uma *associação*. Após algumas discussões, decidiram criar a *Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos da Várzea Paraibana – a Ecovárzea*. A opção por uma *associação*, segundo Luizinho²⁴, se deu naquele momento sobretudo devido aos menores tributos a serem pagos. São objetivos da *Ecovárzea*, entre outros,

[...] unir os camponeses que optaram pela agricultura agroecológica, garantindo as condições de continuidade da

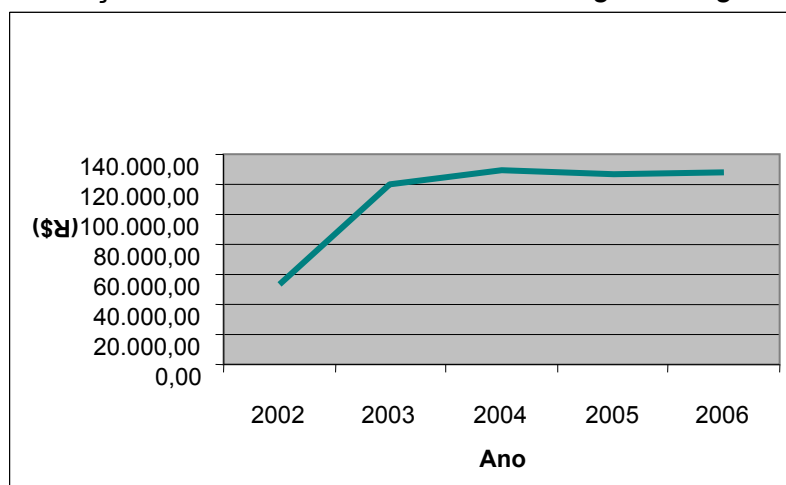
²³ Até o presente momento permanecem na feira camponeses dos quatro assentamentos citados e do acampamento.

²⁴ Então coordenador da feira agroecológica da UFPB e integrante do Assentamento Pe. Gino, Sapé-PB.

produção e comercialização dos associados; criar novos canais de escoamento da produção; fortalecer a auto gestão dos camponeses e intermediar na elaboração de projetos que visem a melhoria das condições de produção dos associados (MARCOS *et al.*, 2005, p.4/5).

Desde o seu estabelecimento, até os dias de hoje, várias foram as transformações ocorridas na feira agroecológica da UFPB. Essas transformações estiveram fundamentadas em um processo de amadurecimento contínuo, cujos resultados indicam o crescimento da feira. Tal crescimento pode ser percebido no aumento da quantidade de camponeses participantes²⁵, aumento na oferta e diversidade de produtos, como também na quantidade de barracas e outros materiais. Além dos citados, um importante aspecto que aponta para o crescimento referido da feira é o aumento progressivo na sua *renda bruta anual*²⁶ (Fig. 4).

Fig. 4 – Evolução da renda anual bruta da *feira agroecológica* da UFPB



Fonte: Relatório técnico da feira. Org.: Thiago A. Santos.

Através da leitura da informação acima representada, fica evidenciado o rápido crescimento da *renda bruta* da feira nos dois primeiros anos. De R\$ 53.953,65, no ano de 2002, a *renda bruta* da feira deu um salto para R\$ 120.408,82, em 2003. Isto representa um crescimento de aproximadamente 120% no seu primeiro ano de realização. A partir da metade do ano de 2003, a feira diminuiu o

²⁵ Hoje a feira conta com um total de 20 barracas onde participam cerca de 40 pessoas diretamente e aproximadamente 90 pessoas indiretamente.

²⁶ O cálculo da *renda bruta anual* obtida pela feira é feito pelo feirante ocupante do cargo de *tesoureiro*, responsável pela prestação de contas mensal do *fundo de feira* e por outras coisas ligadas às *finanças*. Tal cálculo é o resultado da soma do faturamento semanal de cada feirante no decorrer de um ano.

seu ritmo de crescimento, mantendo-se no patamar então alcançado, com pequenas variações até 2006, quando alcançou uma *renda bruta* de R\$ 127.829,69.

4.2. Dinâmica e funcionamento da feira agroecológica da UFPB

Nas quintas-feiras, semanalmente, se iniciam os preparativos para a realização da feira que será realizada no dia seguinte. A colheita dos alimentos começa a ser realizada quando a incidência solar diminui, por volta das 16h. É comum, para a realização do referido trabalho, a participação de vários membros da família e amigos residentes no assentamento (Fig. 5). Normalmente no período da noite, é feita a limpeza dos produtos, “amarração” das verduras e demais preparativos para a feira. Já organizados, tais produtos são colocados nos caixotes e levados às duas caminhonetes²⁷ (Fig. 6) que aguardam os camponeses em uma área central dos dois assentamentos que contam com o maior número de feirantes (Assentamento Dona Helena e Padre Gino)²⁸.



Fig. 5 – Ajuda da família na colheita de cenoura a ser comercializada na feira agroecológica da UFPB. Assentamento Pe. Gino, Sapé-PB. Fonte: Pesquisa de campo. 08/02/2007



Fig. 6 – Caixotes empilhados na caminhonete, contendo os produtos que serão vendidos na feira da UFPB. Assentamento Pe. Gino, Sapé-PB. Fonte: Pesquisa de campo. 09/02/2007.

²⁷ Os custos do frete são divididos entre os feirantes no término de cada feira realizada.

²⁸ Os demais feirantes dos assentamentos Rainha dos Anjos e Boa Vista, por estarem em menor número, transportam os caixotes no ônibus que, atualmente, leva os feirantes para João Pessoa-PB. O ônibus é disponibilizado pela prefeitura de Sapé-PB, para a ida semanal dos camponeses à Universidade. Os feirantes do acampamento Ponta de Gramame se dirigem à feira com transporte próprio.

Nas madrugadas das sextas-feiras, o trabalho começa mais cedo para os participantes da feira agroecológica. Saindo dos assentamentos rurais/acampamento por volta das 2h30m, estes se dirigem para João Pessoa-PB, para o momento de comercialização. Chegando à UFPB aproximadamente às 4h30m da manhã, iniciam a armação das barracas (Fig. 7) e organizam os produtos sobre as bancas. Os primeiros clientes começam a chegar por volta das 5h, iniciando-se, assim, o processo de comercialização. É nas primeiras duas horas de realização da feira que se dá a maior concentração de clientes. Entre outros motivos, isto ocorre pela maior oferta de produtos e por estes estarem mais frescos, nas horas iniciais de realização da feira.



Fig. 7 – Armação das barracas para o início da feira na UFPB. Fonte: Pesquisa de campo. 09/02/2007.



Fig. 8 – Venda de acerola na feira agroecológica na barraca de Geraldo (Assentamento Pe. Gino, Sapé-PB). Fonte: Pesquisa de Campo. 05/05/2006.

Ao longo da manhã, nos intervalos das vendas realizadas, os camponeses vão colocando a conversa “em dia” e revendo alguns amigos/clientes. Em tais conversas os clientes têm a oportunidade de tomar conhecimento sobre a *história* dos produtos que abastecem a sua mesa e a de quem os produz. Entre 7h e 8h é grande a procura pelo *cafezinho*, *tapioca*, *bolo* e *beiju* nas barracas de *comidas prontas* da feira. É para lá que vários estudantes, professores e funcionários da UFPB se dirigem para tomar o seu *café da manhã* antes de iniciarem as suas

atividades²⁹. Por volta das 10h o movimento na feira já é mais reduzido, sendo este horário mais propício para a venda da água de coco. A partir das 11h, vão chegando os clientes para o almoço na barraca de Gabriel Boiadeiro³⁰, onde a *carne de bode* e a *buchada com macaxeira* são os pratos mais procurados.

Por volta do meio-dia se inicia a preparação para o fim do dia de feira. As barracas são desmontadas e guardadas em um espaço reservado por trás da Biblioteca Central da UFPB. Posteriormente os camponeses se agrupam, realizam uma oração (Fig. 9) e iniciam a *reunião de fim de feira*, onde geralmente discutem temas pontuais e específicos, apontando problemas a serem resolvidos, geralmente, em um curto espaço de tempo. Terminada a reunião, os camponeses empilham os caixotes nas caminhonetes e se posicionam nas mesmas para o retorno às suas residências (Fig. 10).



Fig. 9 – Momento da oração realizada antes da *reunião de fim de feira*. Fonte: Pesquisa de campo. 19/01/2007.



Fig. 10 – O retorno para os assentamentos em uma das duas caminhonetes fretadas semanalmente para a realização do transporte dos caixotes e dos feirantes. Fonte: Pesquisa de campo. 19/01/2007.

²⁹ Segundo dados do projeto “Feira agroecológica da UFPB: certificação social e revitalização”, cerca de 57% da clientela da feira agroecológica é composta por estudantes, professores e funcionários; enquanto que os 43% restante inclui os moradores de bairros próximos à Universidade (31%) e de outros bairros mais distantes (12%).

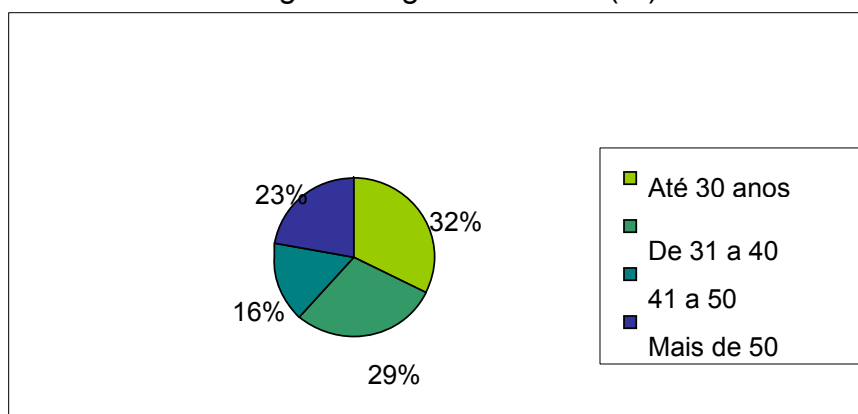
³⁰ Integrante do Assentamento Boa Vista, Sapé-PB.

4.3. Perfil dos camponeses feirantes

4.3.1. Dados Gerais

Objetivando obter informações que indiquem o perfil dos camponeses da feira agroecológica da UFPB, elaboramos e aplicamos com os feirantes um *questionário* contendo perguntas de variados enfoques. A partir das informações contidas no referido questionário, foi possível constatar uma grande participação de homens no processo de comercialização na feira, onde estes representam 65% dos entrevistados que a freqüentam, enquanto que as mulheres abrangem 35% do total de feirantes entrevistados. Uma outra informação relevante a ser destacada, a nosso ver, é a predominância de jovens na feira, onde estes (com até 30 anos), representam cerca de 32% dos que dela participam; seguidos dos que possuem entre 31 e 40 anos (29%); mais de 50 anos (23%) e, por fim, em menor quantidade estão aqueles entre 41 e 50 anos (16%) (Fig.11).

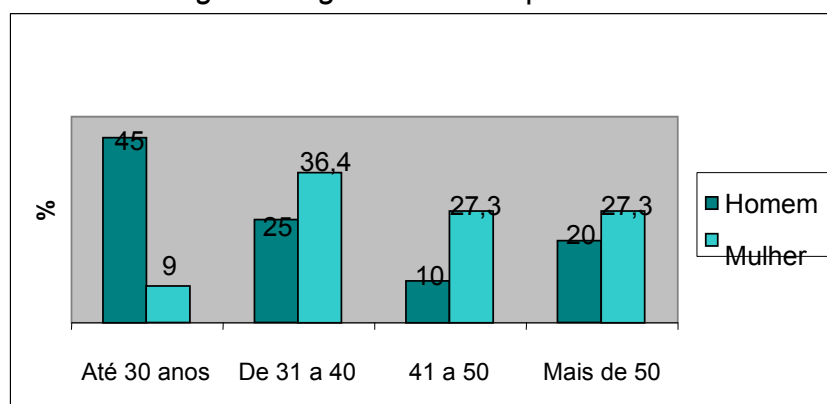
Fig. 11 – Classificação Etária dos feirantes participantes da feira agroecológica da UFPB (%).



Fonte: Pesquisa de campo -19/01/2007. Org.: Thiago A. Santos.

Quando confrontamos as informações referentes à *faixa etária* com aquelas relativas ao *gênero* dos que participam da feira, obtemos informações mais específicas. Como pode ser notado na *Fig. 12*, entre aqueles que possuem menos de 30 anos é consideravelmente maior o número de *homens*. Na medida em que a *faixa etária* passa a ser maior, o percentual de *mulheres* participantes da feira agroecológica vai se tornando predominante, quando comparado ao dos *homens*.

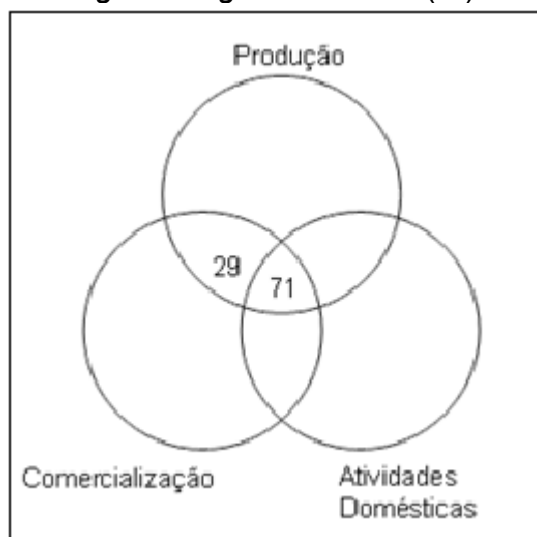
Fig. 12 – Classificação Etária dos feirantes participantes da *feira agroecológica* da UFPB por sexo.



Fonte: Fonte: Pesquisa de campo -19/01/2007. Org.: Thiago A. Santos.

É importante, a nosso ver, relacionar as atividades de *produção agrícola*, *comercialização* e os *trabalhos domésticos* realizados por aqueles entrevistados com a questão do *gênero*. Tal trabalho faz-se necessário, para que possamos notar uma possível existência de uma divisão do trabalho familiar entre os *homens* e as *mulheres* participantes da feira agroecológica. Para desvendar a informação referida, questionamos os entrevistados acerca do tipo de trabalho por eles realizados. A partir de tal questionamento pudemos notar que 71% destes trabalham na *produção agrícola*, nas *atividades domésticas* e na *comercialização* dos produtos (Fig. 13). Isto quer dizer que é considerável o número de homens que dizem trabalhar *também* nas atividades domésticas (55%). Enquanto isto, 29% dos entrevistados afirmam trabalhar *apenas* na *produção* e na *comercialização* dos produtos, não participando, pois, das *atividades domésticas*, sendo estes entrevistados *todos homens*.

Fig. 13 – Tipo de trabalho realizado pelos feirantes participantes da *feira agroecológica* da UFPB (%).

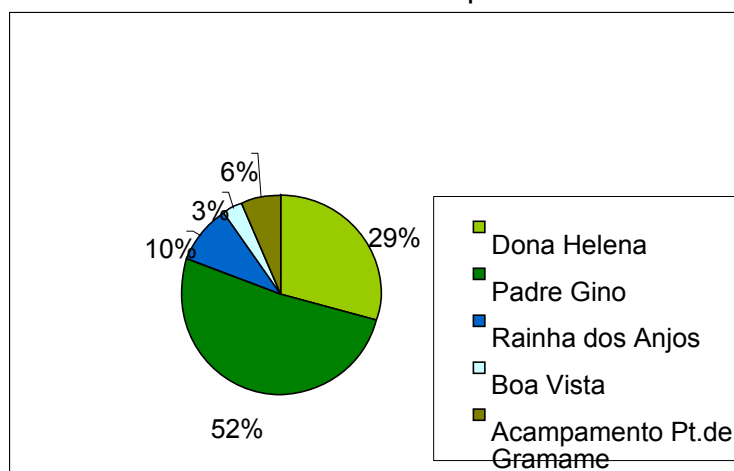


Fonte: Pesquisa de campo -19/01/2007. Org.: Thiago A. Santos.

4.3.2. Organização e participação

A feira conta, atualmente, com camponeses de quatro assentamentos rurais, vinculados à CPT, e um acampamento ligado ao MST. Partindo desta informação e das respostas obtidas através da aplicação do questionário, notamos que 52% dos camponeses feirantes entrevistados são do Assentamento Pe. Gino, seguidos pelos camponeses do Assentamento Dona Helena (29%), Rainha dos Anjos (10%), Acampamento Ponta de Gramame (6%) e, por último, aquele do Assentamento Boa Vista, que representa 3% dos feirantes (Fig. 14).

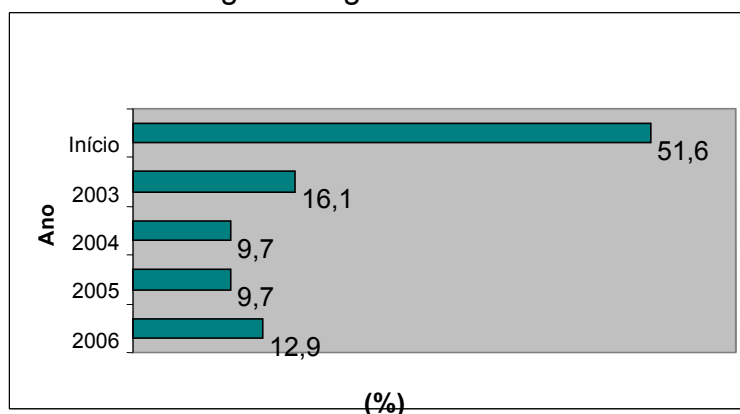
Fig. 14 – Participação na *feira agroecológica* da UFPB por assentamento/acampamento.



Fonte: Pesquisa de campo -19/01/2007. Org.: Thiago A. Santos.

Tem sido freqüente o ingresso de *novos membros* na feira agroecológica. A partir desta constatação empírica, decidimos buscar meios de desvendar os momentos de *maior e menor* entrada de *novos participantes*. Assim, pudemos levantar, através da aplicação do questionário, que 51% dos entrevistados fazem parte da feira desde o seu período de implantação e permanecem nela até hoje. Os demais camponeses ingressaram na feira entre 2003 e 2006 (Fig. 15). Após o período inicial, o ano que teve a maior quantidade de camponeses ingressando na feira foi o de 2003 – tendo este sido o ano de ingresso de aproximadamente 16% dos camponeses atualmente participantes. Em seguida temos o ano de 2006, quando cerca de 13% dos feirantes entrevistados entraram na feira.

Fig. 15 - Ano de ingresso dos feirantes entrevistados participantes da feira agroecológica da UFPB.



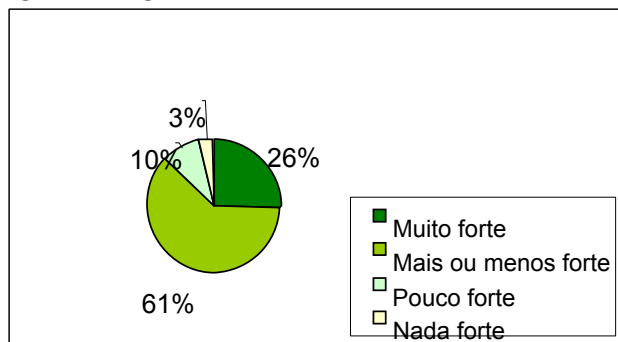
Fonte: Pesquisa de campo -19/01/2007. Org.: Thiago A. Santos.

Quando questionados sobre a *união* existente entre os participantes da feira, 61% dos camponeses entrevistados entenderam que tal união é “*mais ou menos forte*”. Em seguida, correspondendo a 26% daqueles entrevistados, estão os que entendem que a união do grupo da feira é “*muito forte*”. Em menor número, estão aqueles que consideram tal união “*pouco forte*” (10%) e “*nada forte*” (3%) (Fig. 16). A nosso ver, o fato de a maioria dos entrevistados achar que a *união* entre os participantes da feira varia entre “*mais ou menos forte*” e “*muito forte*” nos indica que, apesar da existência de divergências internas, a *união* entre os camponeses é uma realidade. Esta interpretação também está presente, por exemplo, no depoimento de um daqueles feirantes:

Eu acho que a solidariedade aqui no processo da feira é muito ampla e coletiva. Porque quando um agricultor está com uma dificuldade imensa, eles procuram dar uma força para que aquela pessoa não caia, para que cresça, cada vez mais, no processo da feira (Cleibson, Assentamento Pe. Gino, Sapé-PB, Fev/2007).

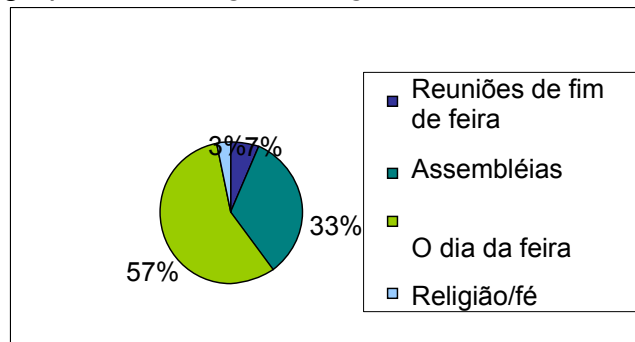
Tendo em consideração a realização de várias atividades conjuntas entre os participantes da feira, procuramos saber quais destas atividades mais *unem* o grupo, fortalecendo, deste modo, o sentido de *coletividade* na feira. Diante de tal questionamento, 57% dos entrevistados afirmaram que a principal atividade responsável pelo fortalecimento da *união* do grupo é a própria *realização da feira*. Uma outra atividade considerada muito importante sob o aspecto citado é a realização das *assembléias mensais* da feira, sendo considerada a atividade *coletiva* mais importante para 33% dos feirantes entrevistados. Em seguida, a *reunião de fim de feira*, é considerada a atividade mais importante para 7% dos feirantes, enquanto que as atividades relacionadas à *religião* ou à *fé* foram entendidas como mais importantes para apenas 3% dos entrevistados (Fig. 17).

Fig. 16 - Nível de união do grupo da *feira agroecológica* da UFPB.



Fonte: Pesquisa de campo -19/01/2007. Org.: Thiago A. Santos.

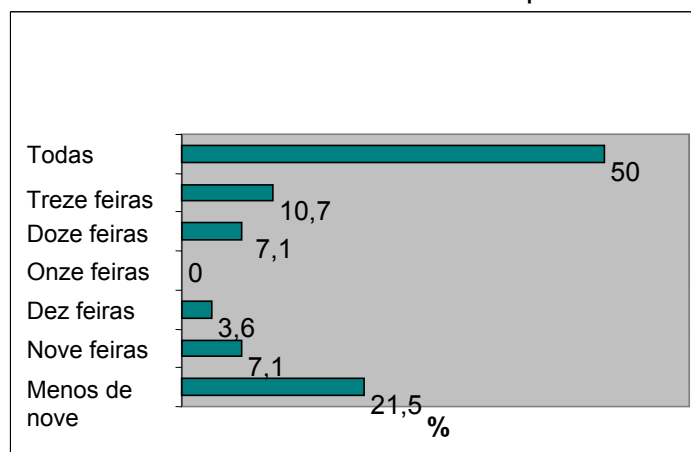
Fig. 17 – Atividade coletiva que mais une o grupo da *feira agroecológica* da UFPB.



Fonte: Pesquisa de campo -19/01/2007. Org.: Thiago A. Santos.

Levando-se em conta que o *momento de realização da feira* é considerado o mais importante para o fortalecimento da *união* do grupo, resolvemos verificar o nível de participação na referida atividade. Para tal, através de informações obtidas do relatório técnico elaborado pelo técnico da CPT, Luiz Sena; pudemos levantar o nível de presença dos camponeses em um total de *quatorze* feiras seguidas, realizadas entre o dia 13 de Outubro de 2006 e 12 de janeiro de 2007 (Fig. 18).

Fig. 18 – Nível de participação dos feirantes participantes da *feira agroecológica* nos dias de feira em um total de quatorze feiras seguidas.



Fonte: Relatório Técnico da CPT, de 24/01/2007.
Org.: Thiago A. Santos.

As informações acima representadas indicam uma boa participação dos camponeses nos momentos de realização das feiras, na medida em que 50% dos integrantes não faltaram a nenhuma das *quatorze* feiras analisadas. Os demais integrantes estão divididos entre os que participaram de menos de *nove* dias de feira

(21,5%) e os demais feirantes que estiveram presentes entre *nove* e *treze* das feiras realizadas, onde estes representam 28,5% do total de entrevistados.

Um outro aspecto que consideramos relevante tratar é aquele relacionado ao nível de engajamento dos camponeses feirantes nos principais grupos organizados, presentes nos assentamentos rurais/acampamento dos quais aqueles fazem parte. Para tal, elaboramos uma classificação que indica diferentes *graus de participação*. Deste modo, pudemos avaliar o quanto, em sua própria opinião, os entrevistados contribuem, através da sua participação, nos diferentes grupos citados (Tabela 2).

Tabela 2 - Participação dos membros da feira agroecológica da UFPB em grupos organizativos (%).

Grupos	Muito	Mais ou menos	Pouco	Nada	Total
Associação do assentamento	51,6	22,6	3,2	22,6	100
Ecovárzea	80,6	9,7	6,5	3,2	100
Grupo de Jovens	9,7	6,5	12,9	70,9	100
Grupo de Mulheres	9,7	9,7	9,7	70,9	100
Grupos Religiosos	38,7	32,2	6,5	22,6	100
Grupos Recreativos/esportivos	16,1	19,4	3,2	61,3	100

Fonte: Pesquisa de campo -19/01/2007. Org.: Thiago A. Santos.

Entre os entrevistados, aproximadamente 52% afirmaram participar *muito* da associação do assentamento. Isto nos aponta para uma boa atuação dos camponeses entrevistados nas questões ligadas aos assentamentos rurais/acampamento³¹ dos quais fazem parte. A nosso ver, tal participação pode contribuir para a difusão da agroecologia e das alternativas de comercialização a partir das feiras agroecológicas, a partir da vida associativa daqueles camponeses, através da presença em reuniões e da participação nas decisões *coletivas* tomadas junto aos demais assentados/acampados.

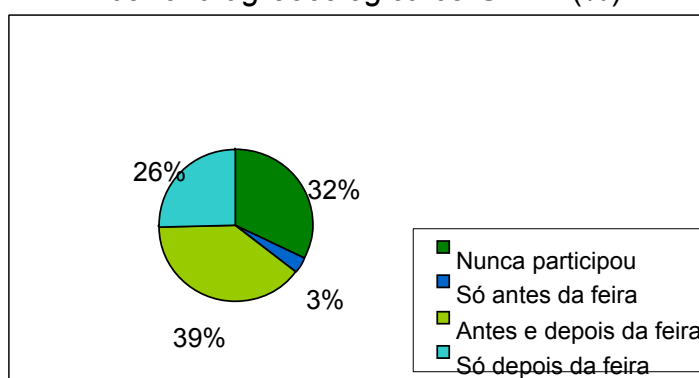
Apesar da relevância do percentual anteriormente citado, não podemos desconsiderar o fato de que, de acordo com os dados apresentados, a Ecovárzea foi o grupo organizativo que os feirantes disseram participar mais intensamente, na medida em que cerca de 80% deles afirmaram participar *muito* do referido grupo e apenas 3,2% disseram não participar *nada* deste. No que se refere aos *Grupos Religiosos*, aproximadamente 39% dos entrevistados afirmaram participar *muito*.

³¹ Em razão do Acampamento Ponta de Gramame não ser composto por uma associação, questionamos acerca da participação daqueles entrevistados na *coordenação* do acampamento.

Por outro lado, os *Grupos de Jovens* e de *Mulheres*, tiveram uma baixa participação entre os entrevistados, já que 70,9% destes afirmaram não participar *nada* de cada um destes grupos. Provavelmente, tal percentual se deve, em grande parte, às especificidades de tais grupos no que se refere ao *gênero* e *idade* dos participantes. Em relação aos *Grupos Recreativos/esportivos*, nos chama a atenção o alto percentual dos que afirmaram não participar em *nada* nas atividades relacionadas a estes (61,3%).

Um outro elemento que consideramos imperativo analisar é a participação dos camponeses feirantes em atividades para a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos ligados aos processos de produção e/ou comercialização. A partir de tal perspectiva, decidimos avaliar o nível de participação dos entrevistados em *cursos* e *oficinas*, como também relacionar tal participação com as novas oportunidades surgidas a partir da feira agroecológica para que esses *cursos/oficinas* sejam realizados. Deste modo, notamos que 68% dos entrevistados já realizaram algum *curso* e/ou *oficina* em algum momento da vida, enquanto que 32% nunca participaram. Dos entrevistados, 26% disseram ter participado de tais atividades *apenas depois* do ingresso na feira agroecológica; 39% afirmaram ter participado de tais cursos *antes* e *depois*, e apenas 3% disseram ter participado só *antes* de entrar para a feira agroecológica (Fig. 19).

Fig. 19 – Participação em cursos/oficinas por parte dos feirantes participantes da feira agroecológica da UFPB (%)



Fonte: Pesquisa de campo -19/01/2007. Org.: Thiago A. Santos.

As *visitas de intercâmbio* se configuram enquanto importantes práticas para a aquisição de novos conhecimentos e para a *troca de saberes* e *experiências* entre camponeses de diferentes localidades. Por este caminho, estas têm se apresentado

como instrumentos valiosos para a transmissão das práticas agroecológicas, como também de formas alternativas de desenvolvimento para aqueles camponeses. Várias foram as *visitas de intercâmbio* realizadas pelos participantes da feira agroecológica. Em geral, o objetivo destas é dar possibilidade de que algum representante, ou mesmo todos os integrantes do grupo, possa tomar conhecimento de outras experiências potencialmente aplicáveis à feira, como também possam transmitir para outros os conhecimentos que possuem. Os destinos são variados, tendo sido feitas várias destas visitas no próprio estado da Paraíba e Pernambuco e outras, em menor número, nos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás e até mesmo para outros países, como Áustria e Venezuela (Fig.20/21).

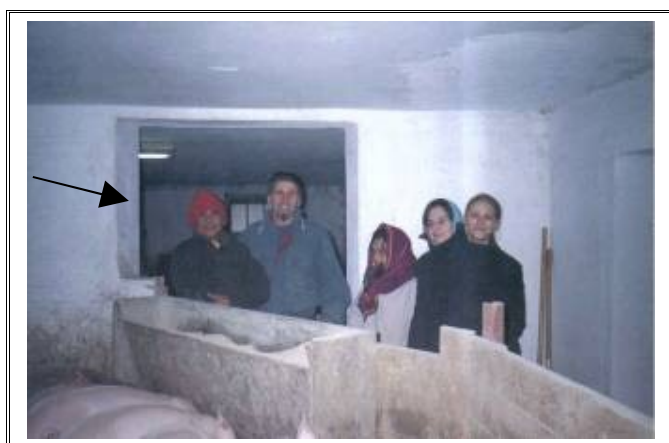


Fig. 20 - *Visita de intercâmbio* à Áustria, realizada em 2005 por Luiz Damásio (Luizinho) – Assentamento Pe. Gino, Sapé-PB. Fonte: Arquivo da feira.



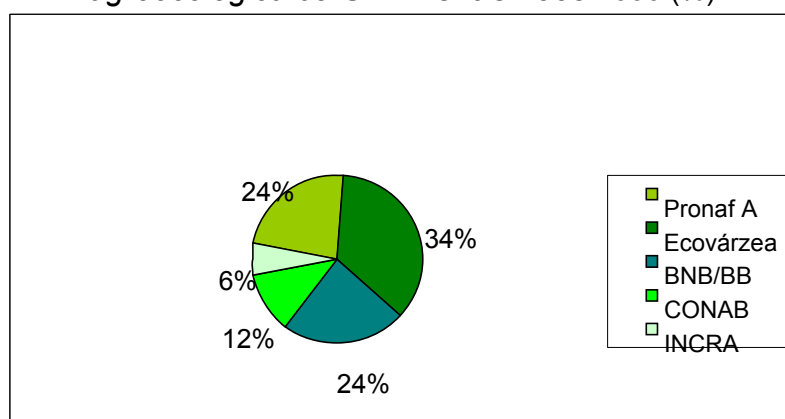
Fig. 21 - *Visita de intercâmbio* à Venezuela, realizada em 2006, por Cleibson – Assentamento Pe. Gino, Sapé-PB. Fonte: Arquivo da feira.

Foi diante, pois, da relevância de tais práticas, que buscamos levantar o percentual de camponeses que realizaram *visitas de intercâmbio* a partir da feira agroecológica. Como resultado, constatamos que, dos entrevistados, 71% já foram para alguma *visita de intercâmbio* como consequência da participação na feira agroecológica, enquanto que 29% nunca realizaram nenhuma *visita de intercâmbio*. Entre aqueles que nunca realizaram *visitas de intercâmbio*, 40% entraram na feira nos anos de 2006/2007, 30% iniciaram a sua participação entre 2002 e 2005 e 30% a freqüentam desde o seu início.

4.3.3. Acesso à Crédito/Financiamento

Considerando as dificuldades, por parte dos camponeses assentados brasileiros em acessar *créditos* e *financiamentos*, tratamos de realizar uma análise também deste aspecto. Para tal, levantamos informações relativas ao acesso a tais *créditos/financiamentos* individual ou familiar por parte dos entrevistados nos anos de 2005/2006. As informações adquiridas revelam certo equilíbrio na quantidade de camponeses da feira que fizeram uso de crédito/financiamento e dos que não fizeram, já que, dos entrevistados, 55% tiveram acesso a estes recursos, enquanto que 45% não fizeram uso destes. Entre os tipos de *crédito/financiamento* obtidos, a maior parte destes (34%) foi feito através da própria *Ecovárzea*, por recursos disponibilizados pela Cáritas. Entre os demais *créditos/financiamentos* obtidos pelos entrevistados, destacam-se aqueles disponibilizados pelo *Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar* (PRONAF A) (24%) e projetos ligados ao Banco do Nordeste Brasileiro (BNB)/Banco do Brasil (BB) (24%), seguidos de financiamentos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (12%) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que corresponde a 6% dos financiamentos obtidos (Fig. 22).

Fig. 22 – Tipo de crédito acessado pelos feirantes participantes da *feira agroecológica* da UFPB entre 2005/2006 (%).

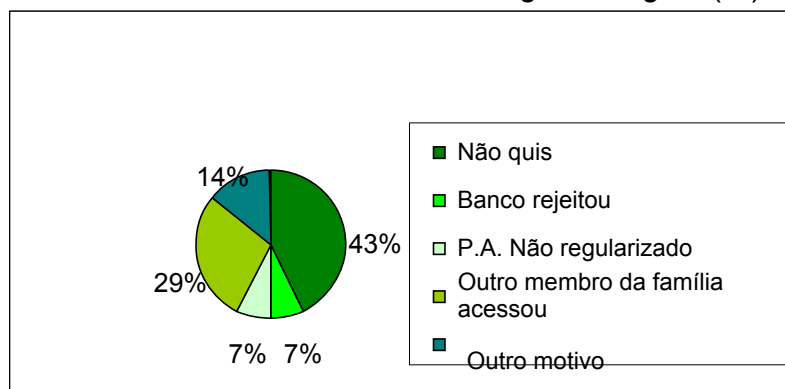


Fonte: Pesquisa de campo -19/01/2007. Org.: Thiago A. Santos.

Entre os entrevistados que não fizeram uso de qualquer tipo de *crédito/financiamento* individual e/ou familiar nos anos de 2005/2006, constatamos que 43% não o fizeram, segundo eles, porque *não quiseram*; 29% deixaram de

solicitar o financiamento por *outro membro da família* já ter acessado tal recurso; 7% realizaram o pedido, mas este foi negado pelo banco; 7% não estavam com o assentamento regularizado³² para que fosse possível acessar os financiamentos e 14% alegaram *outro motivo* (Fig. 23).

Fig. 23 – Motivo para o não acesso a crédito entre 2005/2006 alegado pelos feirantes entrevistados da *feira agroecológica* (%).



Fonte: Pesquisa de campo -19/01/2007. Org.: Thiago A. Santos.

4.3.4. Produção/comercialização

O trabalho ligado à *produção* dos alimentos, em grande medida, se encontra vinculado à *comercialização* na *feira agroecológica*. Isto porque a periodicidade semanal da feira acaba por influenciar enormemente a rotina daqueles que participam dela direta e indiretamente. As *hortaliças* enquanto tipo de cultivo predominante entre os alimentos comercializados, exige, por sua própria característica, uma considerável quantidade de trabalho empregado para a obtenção de um alimento de boa qualidade. A *rotina de trabalho* semanal sobre os cultivos de *hortaliças* pode ser dividida em três grandes segmentos: *plantio*, *irrigação* e *colheita*. Levando-se em consideração a variação do ciclo de cada uma das variedades de *hortaliças* cultivadas, como também de outros tipos de cultura, podemos caracterizar, grosso modo, a *rotina de trabalho* dos membros da feira agroecológica para a produção das *hortaliças* em um calendário semanal com a seguinte estrutura:

³² Casos correspondentes aos camponeses do Acampamento Ponta de Gramame.

Quadro 1 - Rotina semanal ligada ao cultivo de hortaliças entre os membros da *feira agroecológica* da UFPB

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
Irrigação	Irrigação	Irrigação	Irrigação	Irrigação	Irrigação	Irrigação
Plantio	Plantio	Plantio	Colheita	Feira agroecológica	Outras Atividades*	Descanso

* É comum neste dia a ida ao centro das cidades próximas para a realização de compras ou resolução de problemas. Fonte: Pesquisa de campo - 08/02/2007. Org.: Thiago A. Santos.

A irrigação e os cuidados tomados com as *hortaliças*, como também com os demais tipos de culturas, são realizados diariamente pelos membros da *feira agroecológica*. No caso específico do cultivo de *hortaliças*, a irrigação chega a ser realizada duas vezes por dia, geralmente no início do dia e no período final da tarde³³. O plantio das novas sementes é realizado, sobretudo, entre as segundas e as quartas-feiras, pelo fato de nos referidos dias, os camponeses terem mais “tempo livre”. Além da irrigação, na quinta-feira realiza-se também a *colheita* daqueles alimentos que serão destinados, no dia seguinte, à feira agroecológica.

Uma boa oferta de produtos na feira requer, antes de qualquer coisa, um bom *planejamento*. Enfrentando problemas ocasionais para manter a estabilidade da produção e a oferta constante de determinados produtos na feira, os camponeses buscaram criar meios de superação para estes. Nesse contexto, foi construído no ano de 2006, o *Centro de Apoio à Produção Agroecológica* da feira da UFPB, através de uma parceria daqueles camponeses com o Projeto “Feira agroecológica da UFPB: certificação social e revitalização”. Esse *Centro de Apoio* se localiza nas proximidades da associação do Assentamento Pe. Gino, em Sapé-PB e conta atualmente com três *minhocários* (Fig. 24), utilizados para a produção de *húmus de minhoca* e com um *viveiro* (Fig. 25) para a produção de *mudas* vendidas por um preço simbólico aos camponeses participantes da feira³⁴. Através do *Centro de Apoio*, torna-se mais fácil para os feirantes terem acesso às diversas variedades de mudas disponíveis, viabilizando-se, assim, o seu plantio e possibilitando, como consequência, uma melhor diversidade na oferta de alimentos para a comercialização na feira.

³³ Nas épocas de estiagem a irrigação tende a ser realizada com menor frequência.

³⁴ O dinheiro arrecadado com a comercialização das mudas é destinado à manutenção do próprio *Centro de Apoio*.



Fig. 24 – Mudanças de tomate na estufa do Centro de Apoio à Produção Agroecológica. Assentamento Pe. Gino, Sapé-PB. Fonte: Pesquisa de Campo. 08/02/2007.



Fig. 25 – Minhocários do Centro de Apoio à Produção Agroecológica. Assentamento Pe. Gino, Sapé-PB. Fonte: Pesquisa de Campo. 08/02/2007.

No objetivo de avaliar o *destino da produção* dos camponeses dos assentamentos/acampamento integrantes da feira, decidimos incluir no *questionário* aplicado com aqueles feirantes, questões referentes ao aspecto citado. Neste sentido, o *Quadro 2* demonstra as opções de comercialização adotadas pelos camponeses participantes da feira agroecológica.

Quadro 2 - Tipo de comercialização utilizada pelos membros da *feira agroecológica* da UFPB

	%
Apenas <i>feira agroecológica</i>	22,6
<i>Feira agroecológica</i> e atravessador	35,5
<i>Feira agroecológica</i> e indústria	12,9
<i>Feira agroecológica</i> e feira livre	0,0
<i>Feira agroecológica</i> , atravessador e indústria	12,9
<i>Feira agroecológica</i> , atravessador e feira livre	3,2
<i>Feira agroecológica</i> , atravessador, indústria e feira livre	12,9

Fonte: Pesquisa de Campo. 19/01/2007. Org.: Thiago A. Santos.

O resultado acima representado nos mostra que é comum, entre os participantes da feira, a utilização de outros canais de comercialização, tais como venda ao atravessador, agroindústria e feira livre. Quando indagados sobre o tipo de produto vendido para cada um dos canais de comercialização citados, temos que a produção destinada aos atravessadores é predominantemente composta pelo *gado*

e outros *pequenos animais*. Os que disseram comercializar para as indústrias em geral vendem a *cana-de-açúcar* (usinas) e a *mandioca* (indústrias de farinha). Os que afirmaram vender também para as *feiras livres* dizem comercializar, nos referidos locais, sobretudo, o *inhame*, *macaxeira* e *comidas típicas*. No entanto, é para a feira agroecológica que é destinada a maior parte da produção dos camponeses entrevistados. Este fato é atestado também pela sua grande variedade de produtos, que abrange cerca de 35 tipos de *hortaliças*, 11 de *cereais* e 28 de *frutas*, além das *comidas típicas*, *plantas medicinais*, *remédios* fitoterápicos, entre outras coisas³⁵.

Constatado o uso de outros canais de comercialização por parte dos feirantes, a nosso ver, torna-se imperativo avaliar quais destes são considerados os mais importantes. Diante disto, no *questionário*, elencamos os vários canais de comercialização citados e pedimos para que os camponeses colocassem por ordem de importância cada um desses canais de comercialização. Através deste exercício, pudemos levantar a *porcentagem acumulada* em cada um dos itens citados e obter a seguinte hierarquia:

Quadro 3 – Prioridades para a comercialização entre os participantes entrevistados da *feira agroecológica* da UFPB.

1º - Feira agroecológica
2º - Feira livre
3º - Indústria
4º - Atravessador

Fonte: Pesquisa de Campo. 19/01/2007. Org.: Thiago A. Santos.

Nota-se que, na opinião dos entrevistados, a feira agroecológica é considerada o canal de comercialização mais importante, seguida da feira livre. Isto significa que maior importância é dada pelos entrevistados aos tipos de *comercialização* realizados *diretamente* aos consumidores, já que, nesses casos, os ganhos obtidos com a venda dos produtos são maiores do que quando se destina a *produção* aos atravessadores ou diretamente às indústrias.

³⁵ Segundo informações coletadas através da aplicação de *questionário* com os clientes da feira agroecológica da UFPB pela equipe do projeto “Feira agroecológica da UFPB: certificação social e revitalização”, a maioria dos clientes da feira (64%) consideram *boa* a variedade e qualidade dos produtos ofertados; 27% acham *regular*, enquanto que 9% consideram a qualidade e variedade dos produtos ofertados na feira *excelentes*.

4.3.5. A importância dos elementos da agroecologia

Como consequência da participação na feira agroecológica da UFPB, vários camponeses puderam se aproximar de alguns elementos componentes da agroecologia. Tais elementos estão intimamente ligados às mudanças ocorridas no relacionamento dos camponeses com a sociedade e com o ambiente. No objetivo de melhor compreender o *perfil* dos camponeses participantes da feira agroecológica, incluímos no *questionário* aplicado sete elementos que consideramos os mais relevantes referentes à feira agroecológica, sendo estes:

- Preservação do meio ambiente;
- Independência em relação ao atravessador
- Aumento da renda;
- Diversificação da produção;
- Melhoria na qualidade da alimentação (alimentos orgânicos);
- Relação com os clientes;
- Oferta de alimentos orgânicos para a população.

No objetivo de compreender, na opinião dos feirantes, quais dos elementos citados são considerados os mais importantes, solicitamos dos entrevistados que os classificassem a partir de *uma ordem de importância*³⁶. Deste modo, pudemos organizar uma seqüência hierárquica dos elementos citados a partir da utilização da *porcentagem acumulada* em cada um deles. Quando, na ocasião da aplicação do questionário, era pedido para que os elementos fossem distribuídos a partir de uma *ordem de importância*, a reação dos entrevistados indicava a dificuldade de elencar prioridades entre aspectos tão relevantes e complementares entre si, como os citados. O resultado de tal exercício nos revela a seguinte seqüência de importância atribuída pelos entrevistados da feira:

³⁶ Exercício similar, sob diferente abordagem, foi realizado por Ieno Neto; Amado (1998, p.173-175).

Quadro 4 - Prioridades entre os entrevistados da *feira agroecológica* da UFPB, em ordem de importância.

1º - Preservação do meio ambiente
2º - Melhoria na qualidade da alimentação
3º - Aumento da renda
4º - Relação com os clientes
5º - Independência em relação ao atravessador
6º - Oferta de alimentos orgânicos para a população
7º - Diversificação da produção

Fonte: Pesquisa de Campo. 19/01/2007. Org.: Thiago A. Santos.

Partindo da *hipótese* de que poderiam ocorrer diferenças nas opiniões dos feirantes em decorrência do tipo de participação em grupos e organizações ligados aos assentamentos ou à feira agroecológica, decidimos expor as *diferenças* e *semelhanças* nas opções escolhidas pelas *lideranças*³⁷ e *não lideranças* que fazem parte da feira (Quadro 5).

Quadro 5 – Prioridades entre os entrevistados que são *Lideranças* e *Não lideranças* da *feira agroecológica* da UFPB, em ordem de importância.

<i>Liderança</i>	<i>Não liderança</i>
1º - Preservação do meio ambiente	1º - Preservação do meio ambiente
2º - Diversificação da produção	2º - Aumento da renda
3º - Melhoria na qualidade da alimentação	3º - Melhoria na qualidade da alimentação
4º - Oferta de alimentos orgânicos para a população	4º - Independência em relação ao atravessador
5º - Relação com os clientes	4º - Relação com os clientes*
6º - Independência em relação ao atravessador	6º - Oferta de alimentos orgânicos para a população
7º - Aumento da renda	7º - Diversificação da produção

* Tal opção teve a mesma porcentagem acumulada da alternativa “*não depender mais do atravessador*”. Fonte: Pesquisa de Campo. 19/01/2007. Org.: Thiago A. Santos.

Diante das informações expostas nos dois últimos quadros, realizaremos em seguida a análise detalhada sobre a importância dada pelos entrevistados a cada um dos elementos apontados, tendo como principais referências os dados apresentados, entrevistas já realizadas junto a alguns dos camponeses participantes da feira e o conhecimento adquirido mediante a realização de *pesquisas de campo*.

4.3.5.1. A Consciência Ambiental

³⁷ No grupo das “lideranças” incluímos aqueles que atuam ou já atuaram na diretoria/coordenação de algum grupo organizativo ligado ou não à feira agroecológica.

O amadurecimento acerca da necessidade de *preservar a natureza* é algo extremamente importante entre os camponeses participantes da feira, sendo considerado pelos entrevistados, o aspecto mais relevante a ser destacado entre os demais destacados no *Quadro 4*. O entendimento da *preservação do meio ambiente*, como aspecto mais importante inerente à agroecologia, esteve em concordância entre as *lideranças* e *não lideranças* da feira. Esse sentido de preservação revela uma consciência daqueles feirantes acerca das limitações dos recursos naturais e indica a consciência da necessidade de que estes sejam utilizados de forma menos ofensiva, como fica claro nas palavras de um deles:

Eu acho que a preservação do meio ambiente é o ponto fundamental. Porque a terra faz parte da nossa vida, porque sem ele a gente num vive. Porque se você num cuida dela, a cada ano que passa, você vai ter mais dificuldade de sobreviver em cima dela. Isso eu tou falando da parcela, num tou falando nem do planeta no geral. Mas, se você, na sua parcela, faz a sua parte, e todo o mundo fizesse a sua parte, o planeta, a cada ano que fosse passando, ele ia melhorando e estabilizando (Marcos, Assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo-PB).

O resultado desse amadurecimento da *consciência ecológica* pode ser notado também na *prática* dos feirantes, na medida em que deixam de fazer as *queimadas* para a preparação do solo, realizam o *reflorestamento*, praticam a *compostagem orgânica*, utilizam *biofertilizantes* e *defensivos naturais* para o controle de pragas, entre uma infinidade de outros exemplos. Tais práticas viabilizam a conservação e regeneração do solo, da água e da biodiversidade presentes nas áreas de produção agroecológicas.

4.3.5.2. A qualidade da alimentação

Um outro elemento que foi considerado extremamente relevante pelos entrevistados é aquele que se refere à *melhoria na qualidade da alimentação*, estando este em “segundo colocado”, entre os elementos citados por ordem de prioridade dos entrevistados da feira agroecológica. Também neste caso, a opinião foi idêntica entre as *lideranças* e *não lideranças*. Entendemos que a relevância desse aspecto relativo à *melhoria na qualidade da alimentação* é creditada,

sobretudo, à desvinculação dos agrotóxicos para o processo de produção e à oportunidade, conquistada por aqueles camponeses, de terem acesso aos alimentos orgânicos, sobretudo hortaliças, produzidos a partir do trabalho familiar. A consequência disto, segundo um dos entrevistados, é uma perceptível melhoria na saúde, pois:

A saúde ela mudou muito, porque eu dou assim o exemplo de meu pai. Ele vivia doente, com problema nos olhos, porque ele usava o veneno, né? Aí que quando ele usava o veneno, que era muito forte, ele ficava com os olhos irritados. E hoje não acontece mais isso, a nossa saúde tá melhor, eu acho que isso é que é o principal, a saúde (Cleibson, Assentamento Pe. Gino, Sapé-PB).

4.3.5.3. A renda familiar

Um outro aspecto considerado também extremamente importante é aquele relacionado à *renda familiar*, sendo este o terceiro aspecto mais indicado enquanto relevante entre os entrevistados da feira agroecológica como um todo. No entanto, a relevância deste aspecto é relativizada pelas *lideranças*, que o colocaram em último lugar enquanto prioridade. Diferentemente destes, os que *não são lideranças* atribuíram uma maior importância ao aspecto referido, colocando-o em segundo lugar entre os elementos citados.

Acreditamos que a diferença existente no nível de importância atribuída ao elemento referido tem a ver com outro ponto que será discutido posteriormente: a *independência em relação aos atravessadores*. Isso porque, em alguns momentos das entrevistas, as *lideranças* afirmavam que o aumento da *renda familiar* é muito importante, mas que tal aumento só pôde ser viabilizado graças à conquista da *independência diante dos atravessadores*. Isso, para alguns deles, justifica a opção pelo segundo elemento, em detrimento do primeiro.

4.3.5.4. A relação dos camponeses com os clientes

A possibilidade de comercializar a produção diretamente aos consumidores, contribuiu sobremaneira para a construção de novas amizades no círculo social dos camponeses assentados/acampados. Tal aspecto foi considerado pelos

entrevistados o *quarto* ponto mais importante da feira, tanto para as *lideranças*, quanto para as *não lideranças*.

A convivência semanal ao longo dos anos de funcionamento da feira agroecológica, entre camponeses feirantes e clientes/freqüentadores, solidifica amizades e compromissos entre *sujeitos* de realidades sociais bastante distintas. Isto nos demonstra que a feira agroecológica – diferente dos supermercados, e mesmo de algumas feiras livres – está fundamentada em uma relação muito além daquela eminentemente *comercial*. É comum, por exemplo, que os camponeses, em ocasiões festivas nos assentamentos, convidem os clientes para que estes estejam presentes, fortalecendo, ainda mais, as relações entre eles (Fig. 26).



Fig. 26 – Festa de aniversário da filha de “Gabriel Boiadeiro” (Assentamento Boa Vista-Sapé-PB), com a presença de vários amigos/clientes.
Fonte: Arquivo Pessoal do autor. 21/01/2007.

Eu posso dizer que surgiu nova família. Surgiu nova família, que antes eu num conhecia. O importante dessa feira é mais a relação com os cliente. O dinheiro é importante, mas a relação com os cliente, eu acho que é mais ainda. Peguei vários conhecimentos com aquelas pessoas ali daquela feira, muitas já vieram aqui na minha casa me visitar. A pessoa sair de lá de João Pessoa pra aqui... passaram o dia cum eu aqui, almoçaram comigo, um feijãozinho verde, carioca, repolho. E vários dias vieram aqui já, na minha residência. Quer dizer, isso pra mim, é uma grande coisa (Seu Zizo, Assentamento Pe. Gino, Sapé-PB, Fev/2007).

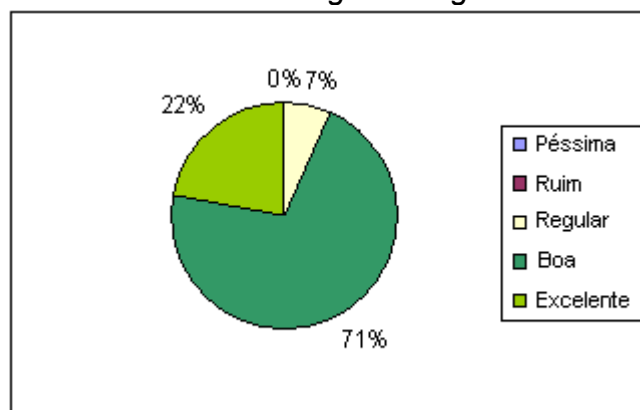
A relação de amizade construída entre camponeses e clientes/freqüentadores chegou ao ponto em que um dos feirantes, o Sr. Zizo (Assentamento Pe. Gino), tornou-se o padrinho de casamento de um de seus clientes. Sobre isso, ele conta:

Ele chegou lá com uma menina dizendo que era uma conhecida dele. Aí a gente conversando, aí eu gosto de brincar, aí eu disse: “Ela é uma conhecida, mas quem sabe num vai ser uma futura namorada depois”, aí ele olhou pra mim assim e botou pra rir: “Esse seu Zizo, num tem jeito não”. Aí o tempo foi passando, aí ele chegou e disse: “mas, Seu Zizo, aquilo que o senhor falou, num é que aconteceu mermo: tamo namorando”. Aí passou, passou o tempo, e quando dei fé chega ele e convida eu e minha esposa pra gente ser padrinho e madrinha do casamento dele (Seu Zizo, Assentamento Pe. Gino, Sapé-PB, Fev/2007).

Também é comum a troca de presentes entre clientes e camponeses, sobretudo nos festejos de fim de ano, entre várias outras manifestações de amizade entre eles. Esta aproximação entre os feirantes e os clientes também foi demonstrada com os resultados da aplicação dos questionários, onde, 58% dos feirantes afirmaram ter uma *boa* relação com os clientes enquanto que 42% avaliaram essa relação como sendo *ótima*. Nenhum dos entrevistados disse considerar *ruim* ou *péssima* a sua relação com os clientes da feira.

Os clientes da feira parecem igualmente satisfeitos com a relação que possuem com os feirantes. Isto pode ser notado quando avaliamos a opinião daqueles clientes em relação ao *atendimento* prestado pelos feirantes. Segundo informações coletadas pela equipe do projeto “Feira agroecológica da UFPB: certificação social e revitalização”, grande parte dos clientes entrevistados (93%), consideraram o atendimento realizado pelos feirantes como sendo de *boa* ou *excelente* qualidade. Apenas 7% dos clientes entrevistados classificaram o atendimento da feira como *regular* e nenhum deles considerou o atendimento da feira agroecológica *ruim* ou *péssimo* (Fig. 27).

Fig. 27 – Qualidade do atendimento por parte dos feirantes, na opinião dos clientes entrevistados da *feira agroecológica* da UFPB.



Fonte: Projeto “Feira agroecológica da UFPB: certificação social e revitalização”.

4.3.5.5. A independência em relação ao atravessador

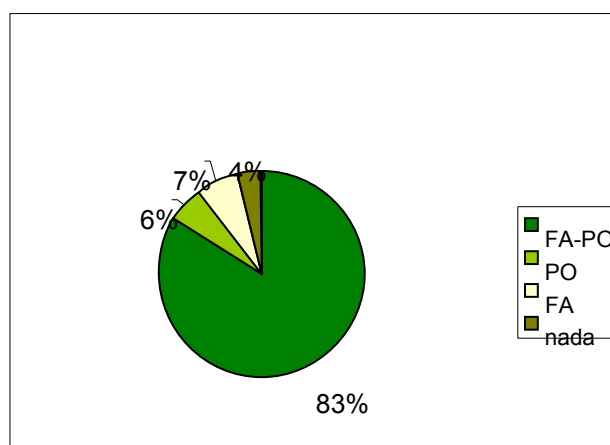
Tendo sido a principal motivação inicial na busca pelo estabelecimento da feira agroecológica, a desvinculação das relações comerciais com os atravessadores foi considerada também como uma das conquistas a partir da feira até os dias de hoje, tendo sido classificada em quinto lugar (Quadro 6), em nível de importância, entre todos os entrevistados da feira. Este elemento está intimamente relacionado com aquele relativo à *renda familiar*, já anteriormente destacado. Isto porque, em decorrência da conquista da *independência em relação aos atravessadores*, independência esta conquistada pela viabilização do canal direto de comercialização, a *renda familiar* tem maior possibilidade de ser aumentada. Entre as *lideranças*, este aspecto é considerado o *sexto* mais importante, enquanto que entre as *não lideranças* é considerado tão importante quanto a *relação estabelecida com os clientes*, sendo considerado, pois, o *quarto* elemento de maior relevância.

4.3.5.6. Oferta de alimentos orgânicos para a população

Segundo dados levantados pelo projeto “Feira agroecológica da UFPB: certificação social e revitalização”, cerca de 58% dos clientes da feira agroecológica

da UFPB a freqüentam porque ali são ofertados *alimentos orgânicos*³⁸. Isto quer dizer que são bem reconhecidas pelos clientes as diferenças existentes daquela feira agroecológica em relação às feiras livres, CEASAS, e outros locais de venda de alimentos. Informações do referido projeto apontam que cerca de 83% dos clientes da feira agroecológica sabem que aquela é uma *feira agroecológica* e que os produtos ali ofertados são *orgânicos*. Em menor número estão aqueles clientes que sabem *apenas* que aquela é uma *feira agroecológica* (7%) e 6% são os que disseram saber *apenas* que naquela feira são ofertados *alimentos orgânicos*. Do total de *clientes* entrevistados pela equipe do projeto, apenas 4% disseram não saber que aquela é uma *feira agroecológica* e que os seus produtos são *orgânicos* (Fig.28).

Fig. 28 – Clientes entrevistados que dizem saber que a feira da UFPB é *agroecológica* (FA) e/ou que os produtos nela ofertados são *orgânicos* (PO).



Fonte: Projeto “Feira agroecológica da UFPB: certificação social e revitalização”.

Sendo, portanto, a *oferta de alimentos orgânicos* um elemento considerado muito relevante entre os clientes da feira agroecológica, buscamos levantar o nível de importância atribuída ao elemento citado também entre os *feirantes*. Como resultado, notamos que o elemento referente à *oferta de alimentos orgânicos na feira*, foi entendido como sendo o *sexto* mais importante para o conjunto de feirantes entrevistados. É válido apontar que entre as *lideranças*, é dada maior importância

³⁸ Em maiores detalhes, os dados referidos podem ser encontrados em Marcos *et al* (2005, p.7).

para este aspecto do que entre aqueles que *não são lideranças*, onde os primeiros colocaram este elemento na *quarta* posição em ordem de importância, enquanto que, os segundos consideraram-no o *sexto* elemento mais relevante, entre os sete citados.

4.3.5.7. Diversificação da produção

Diante dos outros elementos, aquele referente à “*diversificação da produção*” foi considerado, entre os citados, o que em último lugar ficou na classificação hierárquica de relevância, entre os entrevistados da feira como um todo. No entanto, tal posicionamento se apresentou bem diverso entre as *lideranças e não lideranças*, na medida em que os primeiros entenderam que a *diversificação da produção* é o *segundo* elemento mais importante; enquanto que os segundos definem o elemento referido como o de *menor* importância, entre os sete citados.

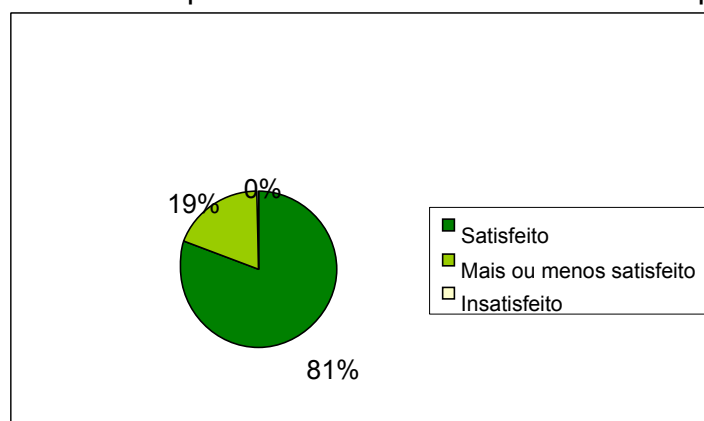
4.3.6. Nível geral de satisfação

São várias as dificuldades encontradas no cotidiano dos camponeses de assentamentos rurais de Reforma Agrária. Estas, em grande parte, são resultados da ineficiência do Estado em dar adequadas condições de vida para os assentados. Apesar disto, segundo pesquisa demonstrada por Ieno Neto e Amado (1998, p. 183)³⁹, cerca de 73% dos assentados entrevistados de assentamentos rurais paraibanos estão satisfeitos com a vida que levam. Diante deste resultado, decidimos realizar um levantamento semelhante junto aos camponeses participantes da feira agroecológica da UFPB. Este levantamento nos aponta que, entre os feirantes participantes da feira, é alto o nível de satisfação com a vida que levam nos assentamentos/acampamento. Isto por que, dos entrevistados, 81% afirmaram estar *satisfeitos* com a vida que levam e 19% se disseram *mais ou menos satisfeitos* (Fig. 29). O que mais nos chama atenção é o fato de que *nenhum* dos feirantes entrevistados se disse *insatisfeito* com a vida, apesar das dificuldades ainda encontradas no campo, sendo estas, em sua maioria, resultado da inoperância do

³⁹ A referida pesquisa foi realizada em doze assentamentos rurais no estado da Paraíba e os demais resultados podem ser encontrados em Ieno Neto e Amado (1998).

Estado na realização de uma Reforma Agrária que atenda às reais necessidades dos assentados.

Fig. 29 – Nível de satisfação dos feirantes participantes da *feira agroecológica* da UFPB com a vida que levam nos assentamentos/acampamento.



Fonte: Pesquisa de campo -19/01/2007. Org.: Thiago A. Santos

Entre alguns daqueles camponeses da feira agroecológica que afirmavam se sentir *satisfeitos* com a vida que levam, por vezes foi dito que tal satisfação deriva da concretização, através da feira agroecológica, de vários dos objetivos almejados desde o período inicial de luta pela terra. Isto é refletido nas palavras de uma das feirantes:

A feira completa o objetivo de morar em assentamento, que é você ter um meio de sobreviver, ter seu dinheiro, sem ter que ta lá no patrão às 5 horas da manhã, sem ser obrigado a ta lá naquelas horas exatas, isso é uma liberdade: trabalhar conforme a sua necessidade (Joseane, Assentamento Pe. Gino, Sapé-PB, Fev/2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como parte da sociedade, os camponeses não estão imunes às ações do capitalismo que, em seu desenvolvimento, por vezes, os *expropria* da propriedade/posse da terra e dos instrumentos de trabalho, transformando-os em *trabalhadores assalariados* do campo ou da cidade. No entanto, o capitalismo deve ser compreendido a partir das suas *contradições*. Isto quer dizer que este modo de produção engendra, contraditoriamente, relações de produção não capitalistas, como o campesinato, para que seja possível *sujeitar a renda da terra* e, por conseguinte, transformá-la em *capital* (OLIVEIRA, 2005, p.478).

Isto ocorre a partir da *monopolização* da produção camponesa pelo capital comercial ou industrial, corroborando com a perda da autonomia sobre o processo de *produção, comercialização e tempo de trabalho* por parte dos camponeses. Neste contexto, a feira agroecológica da UFPB, muito mais do que um simples local de comercialização de produtos, se constitui, de fato, como uma importante alternativa gestada pelos camponeses objetivando a superação dos limites e dificuldades comuns nas áreas de assentamentos rurais de Reforma Agrária, ou mesmo acampamentos, em busca da autonomia sobre o *trabalho familiar* e os “*frutos*” deste *trabalho*.

Os resultados satisfatórios estabelecidos a partir dessa feira agroecológica, beneficiam não apenas os camponeses feirantes/produtores, mas também os consumidores que passam a ter a possibilidade de conhecer a origem e procedência dos alimentos que consomem.

A construção dessa nova relação entre *produtores e consumidores* dá margem para a integração de toda a sociedade nessa luta por uma realidade social menos injusta. Neste sentido, ao mesmo tempo em que cresce a organização

coletiva dos camponeses nesse processo, emerge também a organização de grupos de *consumidores* favoráveis ao processo agroecológico de produção e comercialização. Do mesmo modo, nas instituições ligadas ao Ensino, Pesquisa e/ou Extensão Rural, cada vez mais são formados técnicos e intelectuais simpáticos à agroecologia. Essa considerável abrangência da agroecologia entre diferentes *atores sociais*, não deixa de fomentar novas perspectivas de *futuro* para aqueles do *campo* e da *cidade*.

Estas *novas* perspectivas de *futuro* são “desenhadas” a partir de críticas às formas de produção empenhadas pelo capitalismo no *presente*. Tais críticas não são meramente *teóricas*, mas estão baseadas em uma *reflexão/ação* cotidianamente realizadas pelos camponeses ligados à agroecologia. A feira agroecológica da UFPB carrega consigo estas *novas perspectivas*, na medida em que, entre outras coisas:

- Estimula, em seu processo organizativo, a aquisição de novos conhecimentos para os camponeses a partir das visitas de intercâmbio;
- Contribui para a superação de vários dos problemas existentes na produção e comercialização nos assentamentos rurais de Reforma Agrária/Acampamento envolvidos;
- Através das *reuniões* e *assembléias*, fortalece a unidade dos grupos organizados, facilitando a resolução de problemas enfrentados pelos camponeses;
- Representa a busca *coletiva* de caminhos para a comercialização dos produtos de Reforma Agrária;
- Estimula o cultivo de alimentos orgânicos, a diversificação da produção e, assim, viabiliza uma alimentação de melhor qualidade para os camponeses produtores;
- Facilita o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade para os consumidores/clientes;
- Contrapõe-se à lógica do agronegócio, buscando a efetivação de uma *agricultura camponesa* calcada nos princípios da agroecologia;
- Desvincula os camponeses dos agrotóxicos, fazendo crescer a preocupação com a saúde familiar e o ambiente;

- Elimina o atravessador enquanto único canal possível de comercialização, contribuindo, assim, para o aumento da renda da família camponesa, através da venda direta da produção.

Os elementos citados apontam para o fato de que um *outro* futuro está sendo construído *hoje*. Tal construção está baseada em *novas concepções*, distintas das que atualmente fundamentam, a partir da lógica capitalista, a predatória relação dos seres humanos entre si e com o ambiente em que vivem. Atuando como protagonistas desta construção, os camponeses, cada vez mais, se afirmam enquanto *sujeitos políticos*, fazendo do seu cotidiano *tempo de luta* e do seu *trabalho* instrumento de *transformação social*. Em sua busca pela *emancipação do trabalho*, provocam mudanças no *território* que vão “deixando marcas” *visíveis* e *sensíveis* para toda a sociedade. A substância de tais mudanças é a própria busca pela *liberdade de viver*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABROMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R.. O que há de novo no rural brasileiro? Terra Livre, São Paulo, n.15, p.87-112, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 391p. Tese (doutorado em geografia). Faculdade de ciências e tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Pres. Prudente, 2003.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

AMIM, S.; VERGOPOULOS, K. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. 2 Edição. São Paulo, ed. Brasiliense, 1964.

BAMAT, Thomas.; IENO NETO, Genaro (org.s.). Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba. João Pessoa: UNITRABALHO-UFPB, 1998.

BENEVIDES, Cezar. Camponeses em marcha. Ed. Paz e terra, 1985.

BETTELHEIM, Charles. A luta de classes na União Soviética (1º Período: 1917-1923) Vol.1. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. *In.*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.) Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisar-participar. *In.*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.) Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BURG, Inês Claudete. As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Campesinato autônomo: uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. *Lutas & Resistências*. Londrina, v.1, p. 146-162, set.,2006.

CHAYANOV, Alexander Vasilevich. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *In.*: SILVA, José Graziano da.; STOLCKE, Verena. (org.) A Questão Agrária. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

COSTA, Caio Túlio. O que é anarquismo. 13ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. *In.*: A questão agrária. Silva, J.G. e Stolke, V. Tradução. Sandra Brizolla. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FABRINI, João Eduardo. Contradição e resistência como parâmetros para compreensão do campesinato. *In.*: A resistência camponesa nos assentamentos de sem terra. Cascavel: Edunioeste, 2003.

Fernandes, Bernardo Mançano. MST: Formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A formação do MST no Brasil. São Paulo, ed. Vozes, 2000.

_____; LEAL, Gleisin Moreira. Contribuições teóricas para a pesquisa em geografia agrária, 2002 (Disponível em <http://www.agbnac.org.br> – Acesso em jan./2006).

_____. Agricultura Camponesa e/ou agricultura familiar. NERA - Núcleo de Estudos, pesquisas e projetos de reforma agrária. S/d. (disponível em: <http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/telas/publia%E7%F5es%20do%20nera.htm>)

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. *In.*: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.) Pesquisa Participante. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FREITAS, Marta Eislânia de Lima. Impactos da Reforma Agrária sobre a estrutura fundiária e o uso do solo na zona da mata paraibana. Universidade Federal da Paraíba/UFPB (*monografia de graduação*). João Pessoa, 2001.

GARCIA, María Franco.; THOMÁS JÚNIOR, Antônio. Trabalhadoras rurais e luta pela terra no Brasil: interlocução entre gênero, trabalho e território. Terra Livre, São Paulo, ano 18, n. 19, p.257-272, jul./dez., 2002.

GLIESSMAN, Stephen Richard. Agroecology. Researching the Basis for sustainable agricultural systems. New York: Verlang, 1990.

_____. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. Revista Nova Economia, n.7, p.43-81, maio, 1997.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. As bases sociológicas da agroecologia. Anais do Encontro Internacional sobre agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Botucatu. CD-ROOM v.1, 2001.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla.; MOLINA, Manuel Gonzáles de. Ecologia, campesinato e história. Madrid: La Piqueta, 1993.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzáles de. Sobre a evolução do conceito de campesinato. 3ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. A produção Familiar: Perspectivas de análise e inserção na microregião geográfica de Presidente Prudente. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de pós-graduação em geografia do instituto de geociências e ciências exatas da Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2000.

IENO NETO, Genaro; AMADO, Vanderlei. Participação, organização e subjetividade. In.: BAMAT, Thomas.; IENO NETO, Genaro (org.s.). Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba. João Pessoa: UNITRABALHO-UFPB, 1998.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Tradução de C. Iperoig. 3ª. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

LAMARCHE, Hugues. (coord.) A agricultura familiar: uma realidade multiforme. Campinas: ed. da Unicamp. 1993.

LENIN, Vladimir Ilitch. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, Aline Barbosa de. Potencialidades do assentamento Apasa: um estudo das estratégias de resistência camponesa e desenvolvimento local. Universidade Federal da Paraíba/UFPB (*monografia de graduação*). João Pessoa, 2005.

LOURENZO, Ivanalda Dantas Nóbrega Di. A construção da territorialidade no assentamento Dona Helena: Histórias da terra e geografia vivida. Universidade Federal da Paraíba/UFPB (*monografia de graduação*). João Pessoa, 2003.

MARCOS, Valéria de. Comunidade Sinsei: (U)topia e territorialidade. Dissertação (mestrado em geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 1996.

_____. Reforma Agrária & Produção Camponesa: A realidade dos assentamentos rurais paraibanos. In.: BAMAT, Thomas.; IENO NETO, Genaro (org.s.). Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba. João Pessoa: UNITRABALHO-UFPB, 1998.

_____. A construção do território camponês – entre velhas e novas utopias. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, 2005.

MARCOS, Valéria de. *Et al.* Feira agroecológica do Campus I da UFPB: certificação social e revitalização. III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária: Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira – Presidente Prudente, Novembro, 2005.

MARQUES, Marta Inez M. Terra e modernidade em assentamentos de reforma agrária. 2004. In: WOORTMAN, Ellen F. Significados da terra. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2004.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. 8ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 2004.

_____. Expropriação e violência (a questão política no campo). São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: vozes, 1981.

MOREIRA, Rodrigo Machado; CARMO, Maristela Simões do. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. Agric. São Paulo. v.51, n.2, p.37-56, jul./dez., 2004.

MOURA, Margarida Maria. Quem é o camponês. In: Camponeses. São Paulo: Ática, 1986 (Série princípios. Antropologia).

NEAD - Impacto dos Assentamentos: Um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; p. 173. São Paulo: Editora UNESP, 2004 (Estudos NEAD; n.6).

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. A contra-reforma agrária do banco mundial e os camponeses no Ceará – Brasil. Tese de doutorado em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), 2005.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. Tempo de Travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada. *Estudos Avançados*. Vol. 15, Nº 43. Setembro / Dezembro. 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção e agricultura. 3ª Edição. Editora Ática S.A. São Paulo, 1990.

_____. Prefácio. In.: FERNANDES. Bernardo Mançano. MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra: Formação e territorialização em São Paulo. Editora Hucitec. São Paulo, 1996.

_____. Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*. Vol. 15, Nº 43. Setembro / Dezembro, 2001a.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Terra Livre*. Ano 19, v.2, n. 21, p. 113-156. jul./dez. 2003.

_____. Agricultura brasileira: Transformações recentes. In.: ROSS, Jurandir L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. 5 ed. rev. e ampl.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Mariana Borba de. O assentamento Padre Gino e a feira agroecológica do Campus I da UFPB. Universidade Federal da Paraíba/UFPB (*monografia de graduação*). João Pessoa, 2006.

PALERM, Angel. Antropólogos y campesinos: los limites del capitalismo. Antropología e Marxismo. México: Nueva Imagem, 1980.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo de assentamentos rurais. Revista NERA, Ano 9, n.8, jan/jun, 2006.

PAULO NETTO, José. Introdução. *In.*: LENIN, Vladimir Ilitch. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

PRADO JUNIOR, Caio. O que é Liberdade. Capitalismo x Socialismo. Editora Brasiliense: São Paulo, 1980.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. Tradução de Maria Cecília. França. São Paulo: Ática, 1993.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Uma revolução perdida. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Colonos do vinho. São Paulo: Hucitec, 1978.

SHANIN, Teodor. Economía campesina: una generalizacion *in.*: Naturaleza y lógica de la economía campesina. Barcelona: Anagrama, 1976.

_____. A definição de camponês: conceituação e desconceituação – o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos Cebrap, Petrópolis, n.26, p. 43-79, 1980.

_____. La classe incómoda: sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rússia 1910-1923) Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TAVARES, Roberta de Oliveira; MARCOS, Valéria de. O uso da mandala no assentamento Acauã, em Aparecida-PB. In: XIV Encontro Nacional de Geógrafos, 2006, Rio Branco-AC. Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos. Rio Branco-AC : AGB. p. 1-12

TAVARES, Roberta de Oliveira. As mandalas e outras práticas alternativas no Assentamento Acauã, em Aparecida-PB. Universidade Federal da Paraíba/UFPB (*Monografia de graduação*) no prelo. João Pessoa, 2007.

TEDESCO, João Carlos. Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo: UPF – Editora, 1999.

WOLF, Eric. Sociedades camponesas. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. Guerras camponesas do século XX. São Paulo: Global, 1984.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Herdeiros, parentes e compadres. São Paulo: Brasília: Hucitec: Editora da UnB, 1995.

WOORTMANN, Klaas. Com Parente Não se Negueia: o campesinato como ordem moral. Anuário Antropológico, nº 87. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.